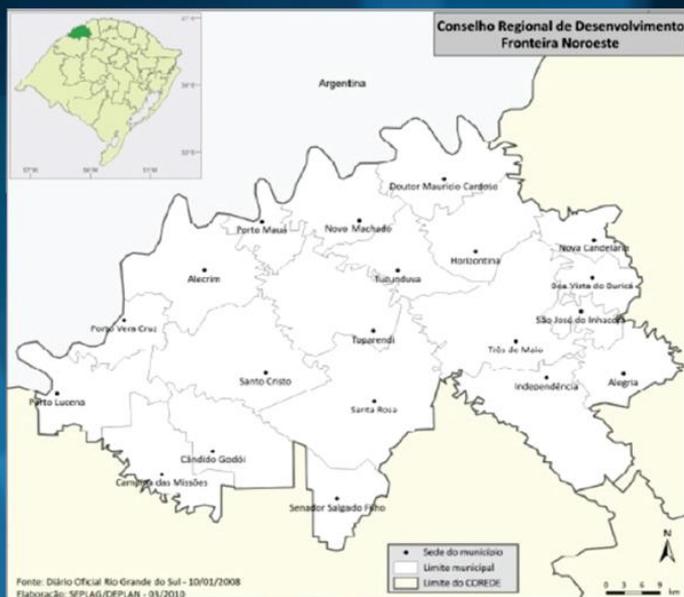


Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste

2015-2030



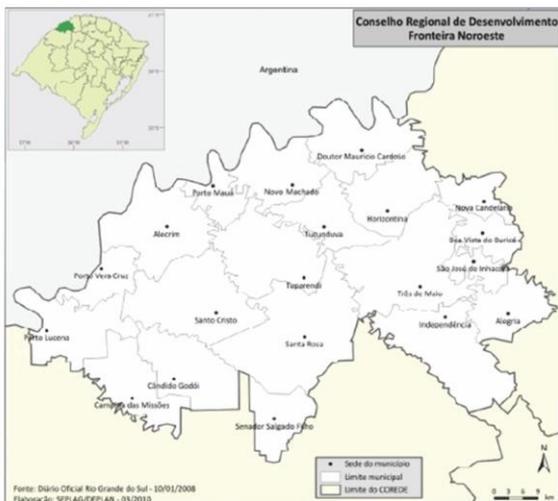
Corede Fronteira Noroeste



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste 2015-2030



Corede Fronteira Noroeste



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



Editora **UNIJUI**

Ijuí
2017

© 2017, Editora Unijui
Rua do Comércio, 1364
98700-000 – Ijuí – RS – Brasil
Fone: (0__55) 3332-0217
E-mail: editora@unijui.edu.br
Http://www.editoraunijui.com.br
Http://twitter.com/editora_unijui

Editor: Fernando Jaime González

Capa: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)

Responsabilidade Editorial:

Editora Unijui da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui; Ijuí, RS, Brasil)

Órgão financiador:

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), através do Convênio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Planejamento, Mobilidade de Desenvolvimento Regional e o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Convênio n. 1636/2015.

“Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS”.

Catálogo na Publicação:
Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijui

C755p Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Noroeste – Corede.

Plano estratégico de desenvolvimento da região Fronteira Noroeste – 2015-2030 / Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Noroeste - Corede. – Ijuí : Ed. Unijui, 2017. – 272 p. : il.

ISBN 978-85-419-0235-9

1. Gestão pública – Planejamento estratégico – Fronteira Noroeste – Rio Grande do Sul. 2. Desenvolvimento e planejamento regional – Planejamento estratégico. 3. Conselho Regional de Desenvolvimento – Fronteira Noroeste – Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU : 351

332.14(816.5)

Editora Unijui afiliada:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

DIRETORIA DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE

(Gestão 2015 – 2017)

Presidente – Pedro Luís Büttgenbender

Vice-Presidente – Vanice Helena Andrade de Matos

Secretário – Wladimir Fernando Dalla Costa Ribas

Tesoureiro – Sandro Ergang

Secretária Executiva – Dolores Elci Rutzen Turra

DIRETORIA DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE

(Gestão 2017 – 2019)

Presidente – Vanice Helena Andrade de Matos

Vice-Presidente – Sandro Ergang

Secretário – Ariosto Sparemberger

Tesoureiro – Valdemar Ferreira Fonseca

Secretária Executiva – Cristiane Maria Loebens

ORGANIZADORES E COORDENAÇÃO GERAL

Pedro Luís Büttgenbender

Alceu Van der Sand

ASSESSORIA TÉCNICA CONTRATADA

Alceu Van der Sand (Coordenador)

Roselaine R. Marconcine de Oliveira

Maicon Dall Alba

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO

Dolores Elci Rutzen Turra

Cristiane Loebens

Dionatan Perdoncini

Municípios de Abrangência da Região Fronteira Noroeste

- ALECRIM
- ALEGRIA
- BOA VISTA DO BURICÁ
- CAMPINA DAS MISSÕES
- CÂNDIDO GODÓI
- DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO
- HORIZONTALINA
- INDEPENDÊNCIA
- NOVA CANDELÁRIA
- NOVO MACHADO
- PORTO LUCENA
- PORTO MAUÁ
- PORTO VERA CRUZ
- SANTA ROSA
- SANTO CRISTO
- SÃO JOSÉ DO INHACORÁ
- SENADOR SALGADO FILHO
- TRÊS DE MAIO
- TUCUNDUVA
- TUPARENDI

Entidades participantes:

- Conselhos Municipais de Desenvolvimento – Comudes;
- Prefeitos Municipais;
- Câmaras Municipais de Vereadores;
- Agências de Desenvolvimento de Municipal e Regional;
- Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa;
- Consórcio Público Fronteira Noroeste – Cofron;
- Universidades, Instituições de Ensino Superior e demais educandários;
- Coordenadorias Regionais dos Governos Estadual ou Federal;
- Associações Comerciais, Industriais, Serviços e Agropecuária;
- Fundação Pró-Ponte Internacional Porto Mauá – Alba Posse;
- Sindicatos Patronais e de Trabalhadores;
- Cooperativas;
- Arranjo Produtivo Local – APL Leite; e
- Outras.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total dos municípios do Corede Fronteira Noroeste entre os anos de 2001 e 2014	30
Tabela 2 – Mortalidade infantil nos municípios do Corede Fronteira Noroeste entre os anos de 2013 e 2015	39
Tabela 3 – Representatividade da coleta de lixo domiciliar	51
Tabela 4 – PIB dos municípios do Corede Fronteira Noroeste e participação regional no ano de 2013.....	54
Tabela 5 – Área colhida de milho, soja e trigo no Corede Fronteira Noroeste 2015	58
Tabela 6 – Produção Leiteira no Corede Fronteira Noroeste 2015	61

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo na Região Fronteira Noroeste	34
Mapa 2 – Mapa de distribuição das Indústrias na Região Fronteira Noroeste	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro das leis ambientais do país	36
Quadro 2 – Número de beneficiários do Programa Federal Bolsa Família no Corede Fronteira Noroeste em 2005, 2010 e 2015	45
Quadro 3 – Cooperativas por ramo, no Corede Noroeste Colonial em 2016.....	66
Quadro 4 – Relação dos Projetos apresentados pela Região Fronteira Noroeste.....	97
Quadro 5 – Relação dos Projetos apresentados pela Região Funcional	244

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Corede Fronteira Noroeste – População por Faixa Etária – 2001 a 2014	32
Gráfico 2 – Valor Adicionado Bruto no Corede Fronteira Noroeste 2010/2013	56
Gráfico 3 – Produção de Leite 1991 a 2014 (em mil litros)	60
Gráfico 4 – Evolução do emprego por grau de instrução, em Santa Rosa, entre 2006 e 2016	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Construto de Governança Inovadora e Territorial do Desenvolvimento.....	239
Figura 2 – Modelo de governança e gestão da Região Funcional de Planejamento nº 7 para o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2030.....	242

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
PARTE 1 – FUNDAMENTOS E DIAGNÓSTICO REGIONAL DA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE	19
1 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	21
1.1 Objetivos do plano	22
1.2 Abrangência do plano	22
2 EXPLICITAÇÃO DA METODOLOGIA.....	23
3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO.....	25
3.1 Caracterização da região	25
3.2 Dimensão demográfica	30
3.3 Dimensão ambiental.....	33
3.4 Dimensão social e cultural	37
3.5 Dimensão infraestrutural e de gestão pública	47
3.6 Dimensão econômica	54
3.7 Dimensão institucional.....	64
4 MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	68
5 MATRIZ REGIONAL E DIRETRIZES DO PLANO	80

PARTE 2 – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE	83
1 ESTRATÉGIAS	85
2 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS	86
3 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RS.....	88
4 ESTRATÉGIAS REGIONAIS.....	91
5 PROPOSTAS PRIORITÁRIAS DA REGIÃO FUNCIONAL	95
6 CARTEIRA DE PROJETOS.....	97
7 GESTÃO E INSTITUIÇÃO DO PLANO.....	233
8 PROPOSTA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL REGIONAL	235
9 PROJETOS NO ÂMBITO DA REGIÃO FUNCIONAL	244
10 REFERÊNCIAS	260
11 ANEXOS.....	268

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede – nos seus 25 anos de trajetória e história, apresenta em nome de todo o coletivo institucional e organizacional da Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste, período 2015 – 2030. Com abrangência em 20 municípios do Noroeste gaúcho, conjuntamente com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento – Comudes – o Corede Fronteira Noroeste é reconhecido como instrumento qualificado de definição das prioridades para o desenvolvimento presente e futuro da região.

Este plano estratégico deriva da definição e prioridade estratégica dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes – que têm nos planos estratégicos um de seus propósitos fundantes. Na prática o Plano foi elaborado orientado pelas definições constantes do Convênio entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul, via Secretaria de Estado Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional – Seplan – atual Secretaria de Estado do Planejamento, Governança e Gestão – SPGG – e o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS – Coredes RS – representando os 28 Coredes, expresso pelo Convênio Seplan 1636/15 e seus anexos (Seplan/Coredes, 2015). Após todo o desdobramento estadual para as regiões, com a constituição das equipes de assessoria técnica e suas capacitações, o processo de elaboração partiu das definições anteriores do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste 2010-2030 (Corede FN, 2010). Transcendendo as definições constantes neste plano e os seus referenciais, foram também estudados e consultados publicações, registros e documentos, anteriores e contemporâneos à elaboração do presente Plano Estratégico. Estas referências são tanto de abrangência local-regional quanto estadual, nacional e internacional. Sem expor ordenamento e importância, são aqui relacionados: Estudo Rumos 2015 (RS/SCP, 2015); Documentos elaborados pelo Fórum dos Coredes RS, Cartas anuais de avaliação e planejamento dos Coredes, contendo as propostas aos candidatos ao

Executivo e Legislativo estadual e federal, intitulados de PRO-RS (Coredes-RS 1, 2, 3, 4 e 5); Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste 2006-2020 (Dallabrida; Büttendebender, 2006); Fundamentos e técnicas de planejamento territorial, elaborados por líderes da área (Siedenberg, Allebrandt, Büttendebender e Frizzo (in: Siedenberg, 2010); Estudo sobre as políticas de desenvolvimento regional no RS realizado por Cargnin (2014); estudos relevantes sobre governança territorial e desenvolvimento descentralizado político-administrativo, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais com a participação de vários estudiosos e publicado em Dallabrida (2011); Relatório e proposições para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, elaborados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDESRS, 2011); Plano de execução de uma nova política industrial de desenvolvimento econômico do RS (AGDI, 2013); Plano de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, Elaboração com participação ativa da região e coordenada pelo Núcleo de Fronteira do RS (RS/Relinter, 2012); Uma análise mais detalhada desse processo pode ser encontrada no Seplan/RS 2030, propondo uma Agenda de Desenvolvimento Territorial para o RS (Seplan, 2014); Cadernos de Regionalização do PPA 2015-2019, Região Funcional 7 (Seplan/RS, 2016a); Perfil Socioeconômico do Corede Fronteira Noroeste (Seplan/RS, 2016b); RS em números elaborado pela FEE/RS (FEE, 2015); Mapa estratégico do governo do RS, com produtos e metas (RS/Seplan/Deplan, 2015); Um estudo sobre os planos estratégicos de desenvolvimento em algumas regiões do RS liderados por Felippi, Silveira e Allebrandt (2015); Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos Municípios, elaborados no ano de 2014, nos municípios de Nova Candelária, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Tuparendi e Três De Maio; Plano da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo (Comitê Turvo, 2012); Estudo sobre a região hidrográfica do Rio Uruguai (MMA, 2006); Estudos sobre impactos das hidrelétricas no Rio Uruguai – Garabi e Panambi (Eletrobrás, 2010); As Pequenas Centrais Hidrelétricas e sua maior harmonia nos impactos ambientais (Minas e Energia, 2016); estudo sobre aproveitamento da biomassa para a produção de energia (Odorico, 2016); Estudo sobre a viabilidade e prioridade na

construção de ponte internacional na região (DNIT, 2016); um estudo sobre a indústria agropecuária na Fronteira Noroeste (Sleimann, 2014); Estudo sobre as novas territorialidades na Região Sul do Brasil (Rambo et al., 2016); Estudo sobre o potencial logístico para exportação de grãos no Noroeste Gaúcho pela hidrovía do Rio Paraná (Büttenbender; Van Der Sand, 2016).

Também foram considerados documentos gerados pela região em propostas, reivindicações e posicionamentos, liderados pelo Corede Fronteira Noroeste, alguns em conjunto com Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa e/ou demais Coredes da Região Funcional 7, entre outros. Nesta relação destacam-se: Propostas da Região Funcional 7 para o PPA 2016-2019 e a LOA-2016 (2015); Propostas da RF7, Associações de Municípios e Red Cidir para o governo do Estado e o Ministério da Integração Nacional, com prioridades da região da Faixa de Fronteira Internacional do Brasil/RS e Argentina/MI (2015); Propostas dos Coredes da RF7 para o Projeto RS 2030 coordenado pela Famurs (2015) entre outros, que estão disponíveis na sede do Corede Fronteira Noroeste.

Adicionalmente a estas referências estão documentos e aportes advindos das entidades e organizações locais-regionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento, entre os quais se destacam Conselhos Municipais de Desenvolvimento, Coordenadorias Regionais dos governos estadual e federal, Associações de Municípios, consórcios, universidades, empresas e outras organizações regionais, nacionais e internacionais.

O desenvolvimento das regiões, assim como de outras escalas regionais, nacionais e subnacionais, é sustentado em seus planejamentos estratégicos, táticos e operacionais (projetos). São entendidos como complexos, não lineares e que reconhecem diferentes estruturas de poder e de articulação política, a partir de distintos grupos de interesse. O presente Plano Estratégico de Desenvolvimento reconhece e é fruto das diversidades econômicas, culturais, tecnológicas, sociais, ambientais, ideológicas, partidárias e outras.

O planejamento estratégico, na condição de experiência inovadora, constitui-se em uma das principais ferramentas de gestão

do desenvolvimento regional e, adicionalmente, consolida-se como: contribuição como insumo para as proposições e reivindicações dos municípios das entidades locais-regionais; processos de aprendizagem e capacitação individual e coletiva; apropriação coletiva, participativa e cidadã pela execução de políticas públicas de promoção do desenvolvimento; acúmulo e referência institucional de planejamento, gestão e avaliação da trajetória do desenvolvimento regional e territorial; um instrumento vivo e sensível à evolução e às mudanças e transformações da sociedade; uma referência para a avaliação quanto aos avanços e/ou retrocessos nos processos de desenvolvimento regional.

O Corede Fronteira Noroeste, em conjunto com as demais entidades regionais e locais, os governos das esferas municipal, estadual e federal e demais organizações de fomento ao desenvolvimento, constitui-se em uma valorosa ferramenta de gestão e de governança com vistas ao desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste, do Estado do RS e do Brasil.

Fronteira Noroeste (RS), março de 2017.

Pedro Luís Büttgenbender
Presidente Corede FN
Gestão 2015 – 2017
p/ Coordenação

Vanice Helena Andrade de Matos
Presidente Corede FN
Gestão 2017 – 2019

INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se a mais uma etapa do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional da Fronteira Noroeste. Este produto atende ao plano de trabalho acordado no âmbito do Convênio nº 1.636/2015 celebrado entre o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – Coredes RS – e a Secretaria de Estado Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional – Seplan – atual Secretaria de Estado do Planejamento, Governança e Gestão – SPGG.

O presente documento tem por finalidade sistematizar a atualização dos dados do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Corede Fronteira Noroeste, cujo encaminhamento e coordenação estiveram a cargo da Assessoria de Serviços Comunitários (ASC), da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento é um instrumento de gerenciamento que possui como objetivo principal tornar mais eficientes as atividades de uma região. Deve ser entendido, portanto, como um processo permanente, que analisa o contexto, busca alternativas de como se adaptar a ele, propõe estratégias para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades, e, sobretudo, avalia a situação existente e planeja a situação que a região deseja alcançar.

As ações propostas e definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento estão alicerçadas na participação cidadã, pois os dados técnicos são apresentados em plenárias, e nestes espaços busca-se avançar com novas propostas e estabelecer a visão de futuro da região. Ademais, o Plano busca estabelecer um pacto socioterritorial do desenvolvimento entre o Estado, a sociedade e o mercado.

A organização do processo de planejamento teve como instâncias político-deliberativas a Assembleia Geral do Corede, Assembleias municipais em cada um dos 20 municípios, o Fórum Regional de Desenvolvimento e uma série de encontros setoriais e temáticos. Além disso, conta com as contribuições do conselho de representantes em sete comissões setoriais, ou seja: educação; saúde;

assistência e inclusão social; segurança; agricultura; indústria e comércio e infraestrutura e gestão pública.

Da mesma forma, a Coordenação Técnica, a assessoria técnica contratada e a equipe de apoio contaram com o apoio de recursos tecnológicos, técnicos e financeiros do Fórum dos Coredes; da Secretaria de Estado de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (Seplan/RS); da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí); dos Comudes; dos Executivos e Legislativos municipais; dos Comitês de Bacias; das Associações Comerciais e Industriais; dos Sindicatos; etc.

O Plano é resultante do conjunto de ações desenvolvidas no decorrer das distintas etapas de sua elaboração, que foram precedidas de capacitações e oficinas dirigidas às equipes técnicas e de apoio. Neste documento é apresentado um resumo diagnóstico regional nas dimensões técnica, demográfica, econômica, ambiental, social, cultural, educacional, saúde, segurança, habitacional, equidade e inclusão social e na gestão pública, nesta última contemplando a infraestrutura logística, energia, comunicação e saneamento básico.

Posteriormente é apresentada a análise situacional, com base na matriz Fofa (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), em cada uma das dimensões anteriormente detalhadas, com a participação dos atores locais regionais nos seminários municipais e regionais. A partir desta análise foram propostas a matriz regional e as diretrizes do plano estratégico de desenvolvimento, que sustentaram a definição dos referenciais estratégicos para o desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste e a carteira de projetos. Inclui esta última parte o rol de prioridades para a Região Funcional de Planejamento 7 (compreende os Coredes Fronteira Noroeste, Celeiro, Missões e Noroeste Colonial), seus respectivos projetos e a proposta de governança territorial regional. O documento é finalizado com os referenciais bibliográficos e os anexos.

A carteira de projetos é resultado da avaliação dos planos anteriores e das reuniões regionais, com os representantes da sociedade participando de reuniões em dois turnos de trabalho. Nessas ocasiões foram tratadas as áreas temáticas e definidas as prioridades e demandas que se transformaram em projetos de acordos com a

orientação da Secretaria de Estado Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional – Seplan – atual Secretaria de Estado do Planejamento, Governança e Gestão – SPGG.

Os projetos também foram discutidos com as entidades de caráter regional: AMGSR, Comitê de Bacias, Agências de Desenvolvimento, Emater, Polícia Civil, Brigada Militar, Consórcio Público Fronteira Noroeste, Federação Empresarial Brasil, Argentina e Paraguai, Instituições de Ensino Superior, Sindicatos, Cooperativas, entre outros.

Todos os aspectos foram definidos regionalmente e debatidos com a sociedade, por meio de formulários *on-line* que foram disponibilizados no site e enviados por e-mail para os atores regionais, e de reuniões e com entidades parceiras.

O resultado é fruto de um intenso trabalho de articulação e participação regional liderado pela Diretoria do Corede. Coube à equipe técnica elaborar a sistematização deste plano que aqui é apresentado.

PARTE 1

FUNDAMENTOS E DIAGNÓSTICO DA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE

1 – O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Este processo de Planejamento Estratégico está alicerçado na metodologia organizada por Siedenberg (2010), que foi elaborada a partir da temática do desenvolvimento territorial centrado em políticas públicas participativas.

São sete as etapas do planejamento estratégico, que se desdobrarão em três produtos. O primeiro produto é o diagnóstico e o segundo é o relatório de propostas. O último produto é a consolidação, publicação e impressão dos Planos Estratégicos.

O primeiro produto, o diagnóstico, compreende três etapas. A primeira etapa constitui-se do diagnóstico técnico, no qual se busca organizar os dados existentes sobre a região, baseados em fontes primárias e secundárias. A segunda etapa, a análise situacional, constitui-se em momentos de debate e discussão em seminários ampliados dos quais participam técnicos, agentes políticos e a sociedade civil organizada, em que os dados são apresentados, interpretados e validados à luz da realidade regional. Por fim, na terceira etapa procede-se à análise de forças e fraquezas, oportunidades e ameaças (Fofa), com o objetivo de construir coletivamente, com base no diagnóstico técnico e na análise situacional, bem como numa leitura correta do cenário externo, uma noção apropriada das principais potencialidades, limitações, riscos e desafios regionais.

O Relatório de Avaliação, que é o segundo produto, compreende a quarta, a quinta e a sexta etapas. Na quarta etapa proceder-se-á à definição de visão, vocação e valores regionais, constituindo-se os referenciais estratégicos. Segue-se a quinta etapa, quando objetivos, projetos e ações são definidos, ou seja, é a elaboração da chamada carteira de projetos e ações.

Por fim, o terceiro produto é consequência das etapas anteriores, constituindo a sétima etapa, que se preocupa com a divulgação e a efetiva definição das ações no sentido de executar o plano aprovado.

1.1 OBJETIVOS DO PLANO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Corede Fronteira Noroeste tem como objetivo identificar e propor estratégias que contribuam para a ampliação das liberdades individuais e coletivas dos cidadãos. Visa, portanto, a integrar diferentes atores sociais para promover uma disputa política em que cada grupo procura influenciar a adoção de um projeto coletivo a partir de suas expectativas em relação ao que se almeja para o futuro da região e a definição de quais meios e instrumentos serão utilizados para que este projeto seja posto em prática.

1.2 ABRANGÊNCIA DO PLANO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento, em razão da sua dimensão temporal, 2016-2030, pretende abranger a ampla gama de temas pertinentes ao crescimento e desenvolvimento da região. Envolve as principais áreas pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico, previamente definidas no seu plano de trabalho. São elas distribuídas em sete setoriais temáticas. No caso, segurança, agricultura, indústria e comércio, infraestrutura e gestão pública, inclusão social, saúde e educação. Sobre todas elas é realizada uma análise preliminar, discussões com os representantes da sociedade civil ligados às distintas áreas e incluídos os projetos prioritários de cada uma das áreas.

2 EXPLICITAÇÃO DA METODOLOGIA

O diagnóstico técnico, elaborado pela equipe de consultores contratada pela Assessoria de Serviços Comunitários da Unijuí, abordou as seguintes dimensões: Demográfica; Ambiental; Social e Cultural; Infraestrutural e de Gestão Pública e Econômica. Além disso, a região foi caracterizada quanto aos aspectos físico-naturais e históricos.

Os dados referentes às dimensões citadas anteriormente foram apresentados para os cidadãos em dois momentos. O primeiro momento consistiu na realização de 11 seminários municipais de desenvolvimento regional, que tiveram a intensa participação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes). Já o segundo momento consistiu na realização de 7 reuniões setoriais, incluindo Educação, Saúde, Assistência e Inclusão Social, Segurança, Agricultura, Indústria e Comércio e Infraestrutura e Gestão Pública.

Após a realização das reuniões municipais e setoriais, oportunidade em que os participantes puderam expressar seus pontos de vista sobre os dados apresentados e sobre a realidade da região, a equipe técnica sistematizou a matriz de Oportunidades e Ameaças, Forças e Fraquezas (Fofa). Essa sistematização foi apresentada em um seminário aberto a lideranças e população em geral. Nessa ocasião houve a oportunidade para a inserção de novas ideias, visando a fortalecer o Plano Estratégico.

Na etapa seguinte foram construídos os referenciais estratégicos, os macro-objetivos e, também, foi definido o modelo de gestão do processo. Todas essas etapas consubstanciam a carteira de projetos, e para concretizá-la de forma efetivamente participativa novas reuniões setoriais e assembleias foram convocadas. Os referenciais estratégicos consistem na visão, vocação e valores. Já os macro-objetivos consistem na elaboração de programas, projetos e ações.

Nessa fase do planejamento foi essencial o estabelecimento de parcerias com o governo do Estado, Comudes, Comissões Setoriais, Universidades, Coordenadorias Regionais e demais entidades públicas

e privadas da região, para garantir que todos assumissem o compromisso de colocar os objetivos em prática. Outro aspecto que foi levado em consideração foi a hierarquização dos projetos estratégicos para o desenvolvimento da Região Funcional de Planejamento 7, para uma integração com a consulta popular.

Por fim, foi necessário estabelecer um processo de ampla “(...) divulgação, socialização e entendimento do plano como um instrumento estratégico de gestão” (Siedenberg, 2010, p. 79). Ou seja, os resultados devem, a partir desse momento, subsidiar o planejamento público, auxiliando o planejamento de médio prazo (PPA) e de curto prazo (Consulta Popular).

3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO

Esta seção constitui-se da organização de dados existentes sobre a região, com base em fontes primárias e secundárias.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

O Corede Fronteira Noroeste é composto pelos municípios de Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi. Pertence à Região Fronteira Noroeste Rio-Grandense, que é composta por 13 microrregiões e abrange 216 municípios gaúchos. Integra a Região Funcional de Planejamento 7 (RFP7), que é composta pelos Coredes Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Celeiro.

A seguir apresentam-se os aspectos físico-naturais e históricos, que são importantes indicadores para a compreensão dos processos de desenvolvimento nesta região. Destacam-se aspectos como as características do solo, o que propicia determinado tipo de ocupação; fenômenos naturais; a dinâmica de imigração e de ocupação do território, entre outras características.

3.1.1 Aspectos físico-naturais

A região do Corede Fronteira Noroeste faz parte do denominado Planalto Rio-Grandense. As suas características físicas manifestam-se pela presença de basaltos resultantes de grandes derrames de lavas eruptivas basálticas que recobriram a paisagem regional. Em razão desse fenômeno, a região é bastante homogênea em termos de composição de solo. Seus solos são classificados como Nitossolos, que se caracterizam como solos profundos, ácidos e aptos

para culturas temporárias, desde que fertilizados quimicamente. Seu relevo é caracterizado por ondulações que lhe proporcionam uma paisagem permeada pelas chamadas coxilhas. Originalmente, a região era recoberta por matas subtropicais, que em parte da área limitavam-se com áreas de campos nativos que também estavam presentes na região. Atualmente a mata original pode ser avistada nas áreas mais íngremes, em grande parte como mata ciliar dos cursos de água, onde a atividade agrícola é dificultada, e nas áreas de preservação obrigatória.

A altitude média varia de 320 metros a 520 metros acima do nível do mar. A média de pluviosidade é de 1.700 mm ao ano. As variações decorrentes dos fenômenos *La Niña* e *El Niño* impactam fortemente a produção agropecuária da região, especialmente as safras de verão. A temperatura média da região é de 20 graus, atingindo picos de até 36 graus centígrados no verão e eventualmente temperaturas negativas nos meses de inverno. A umidade do ar é considerada alta, uma vez que a média é de 85% (Dados Inmet).

A Região do Corede Fronteira Noroeste está toda incluída na Bacia Hidrográfica do Rio Turvo. O Comitê da Bacia do Rio Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo tem monitorado as principais variáveis ambientais e tem proposto ações no sentido de melhoria das condições ambientais na área da Bacia. Um aspecto especial é a presença de um grande conjunto de córregos que irrigam a região, os quais em sua ampla maioria desaguam no Rio Uruguai. Esta particularidade proporciona à região uma riqueza importante em termos de cursos de água. Ou seja, a região é rica neste bem que é cada vez mais escasso. São vários os pontos em que águas com estas características afloram em suas nascentes ou são encontradas em perfurações do subsolo.

3.1.2 Aspectos históricos

A região do Corede Fronteira Noroeste, inserida em um espaço maior que é a Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul é resultante de um controvertido processo de ocupação e litígio entre Espanha e Portugal. Esta questão remonta ao período do Tratado de Tordesilhas.

A incorporação do Estado do Rio Grande do Sul no processo de formação econômica do Brasil pode ser considerada periférica e tardia em relação ao novo centro dinâmico que vinha se formando ao final do século 17. O Rio Grande do Sul passa a integrar o cenário econômico do Brasil Colônia mediante a criação de mares a serem utilizados como animais de tiro na mineração e a produção de bovinos destinados à alimentação (Simonsen, 1975, p. 158-193; Furtado, 1987, p. 76-89). Outro elemento que fez com que a sua integração fosse tardia foi a sua relação com a lógica de acumulação engendrada pela exploração colonial europeia. Segundo o plano geral europeu, a exploração colonial assentava-se basicamente em produção já existente nas áreas coloniais (as riquezas minerais, por exemplo) ou em formas de produção agrícola instaladas segundo os interesses do capitalismo nascente. (Pesavento, 1985) Seguem-se a isso várias incursões temporárias do tipo “bandeirante” e de outra parte a importante relação estabelecida com as colônias espanholas estabelecidas junto ao Rio da Prata. Na verdade, no período colonial a relação econômica mais significativa do Estado era com as colônias espanholas.

3.1.3 – A Imigração Europeia

A imigração estrangeira tem como marco principal o ano de 1824, que marca a chegada do primeiro grupo de imigrantes alemães. Imigração esta que iria exercer forte influência sobre a formação econômica do Estado do Rio Grande do Sul. É com ela que a dinâmica socioeconômica que predomina até os dias atuais inicia a sua consolidação.

Distintamente de outras regiões do Brasil, nas quais a imigração estrangeira representou basicamente o suprimento de mão de obra das grandes lavouras (principalmente a cafeeira), no Rio Grande do Sul ela atende a outros objetivos. Entre eles, a ocupação do território como estratégia político-militar de defesa.

Em razão das áreas de campo já estarem totalmente ocupadas pelo latifúndio pastoril, coube aos imigrantes a ocupação das áreas de mata. Esta ocupação acontece em duas etapas. Em um primeiro momento a região centro nordeste do Estado e em uma segunda etapa

procedeu-se à ocupação da região norte do Estado – o vale do Rio Ijuí e a região do Alto Uruguai. Estas duas etapas e suas respectivas regiões foram por muito tempo denominadas como *colônias velhas* e *colônias novas*.

3.1.4 – A Ocupação da Região Noroeste do Estado

Diferentemente da região ocupada anteriormente pela imigração, vastas regiões ocupadas por imigrantes de uma nacionalidade, aqui o conjunto de nacionalidades passa a ser muito maior. A população inicial foi constituída de poloneses, teuto-russos, italianos, alemães, austríacos, holandeses e outros. Já no início do século 20 a principal corrente migratória passa a ser de imigrantes vindos das colônias velhas, no caso descendentes de imigrantes.

Com a chegada da ferrovia, meados do século 20, observa-se um surto de crescimento econômico. A introdução deste importante meio de transporte possibilita que a pequena propriedade rural do tipo familiar encontre destino comercial aos seus excedentes. Ocorre o incremento de uma série de atividades econômicas, entre elas a suinocultura e o comércio atacadista.

A Região da Fronteira Noroeste é uma das últimas do Estado do Rio Grande do Sul ocupada por imigrantes ou seus descendentes. Uma das características que diferenciaram a ocupação da região foi a existência de colonização privada. Empresários adquiriam terras públicas, dotavam-nas de uma infraestrutur mínima e as revendiam para imigrantes ou seus descendentes. Ao mesmo tempo, já no início do século 20, via ações do Estado do RS foram delimitadas áreas a serem ocupadas para produção agrícola na região.

3.1.5 – O Processo de Modernização da Agricultura

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe como consequência grandes transformações, entre elas a consolidação da hegemonia norte-americana sobre a América Latina e o aprofundamento das relações capitalistas.

No caso específico do Corede Fronteira Noroeste, estas transformações manifestam-se de forma bastante clara mediante a modernização da agricultura. Esse processo de modernização tem algumas características próprias. De acordo com Büntenbender (1993), a agricultura tradicional caracterizava-se pela utilização intensiva dos recursos naturais do solo, da utilização de mão de obra familiar e visava à subsistência, com o excedente sendo comercializado.

Após os anos 40 reproduz-se na América Latina o modelo da *Revolução Verde*, estratégia utilizada para resolver o atraso em que se encontrava a região em se tratando de desenvolvimento econômico. A consolidação desta estratégia pode ser percebida de forma mais clara com a *Aliança para o Progresso*. Tratou-se de iniciativa do governo norte-americano, em que a modernização da agricultura aparece como objetivo estratégico.

A fundamentação teórica deste modelo contava com forte embasamento neoclássico. Na concepção neoclássica da economia a agricultura moderna é aquela que otimiza a utilização dos fatores de produção com ênfase na utilização dos recursos tecnológicos.

No caso específico da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul este modelo foi adotado e se instalou rapidamente. Os anos 60 e 70 representaram grandes transformações para a economia regional, quando a agricultura tradicional é substituída pela lavoura empresarial que se caracteriza por uma lógica de acumulação voltada a produzir para o mercado com mecanização intensiva, utilização de insumos modernos (fertilizantes e defensivos químicos) e mão de obra assalariada.

Não há dúvida de que estas mudanças nas formas de produzir geraram não só transformações nas características econômicas na região, mas também influenciaram na cultura e valores de seus habitantes.

Pode-se afirmar que o processo de ocupação mais definitivo, que proporcionou as bases para a paisagem atual ocorreu por meio de três momentos distintos entre si. O primeiro deles foi a ocupação da região por imigração de europeus e/ou seus descendentes que migraram de outras regiões do Estado. A segunda foi o processo de modernização da agricultura, período em que se consolidou a

agricultura mecanizada. Um terceiro, e mais contemporâneo, a agropecuária de alta produtividade com uso intensivo de tecnologia.

3.2 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA

O Rio Grande do Sul é o Estado da Federação que vem apresentando o menor crescimento demográfico no país nas últimas décadas. Vários são os Coredes que vêm apresentando redução em seus contingentes populacionais nos últimos períodos. As distintas regiões do território apresentam diferentes comportamentos demográficos, movidos principalmente pelas suas dimensões econômicas.

No caso da Região do Corede FN a análise ora procedida é uma leitura da evolução da população ao longo do tempo usando dois critérios de contagem distintos, no caso, Censos Demográficos do IBGE e as Estimativas Populacionais da FEE. Mesmo sendo duas fontes distintas, entende-se sejam complementares entre si. Esta forma de análise permite que se consiga uma visão atualizada da questão demográfica.

A tabela 1 mostra a evolução da população da região.

Tabela 1 – População total dos municípios do Corede Fronteira Noroeste entre os anos de 2001 e 2014

Corede FN – População Total 2001 A 2014						
Município	2001	2005	2010	2014	Var 2005 – 2014	Nº Abs.
Alecrim	8.443	7.933	7.222	6.824	-13,98	-1.109
Alegria	5.313	4.964	4.393	4.086	-17,69	-878
Boa Vista do Buricá	6.676	6.735	6.762	6.630	-1,56	-105
Campina das Missões	7.011	6.730	6.284	6.314	-6,18	-416
Cândido Godói	7.112	6.965	6.768	6.414	-7,91	-551
Dr. Maurício Cardoso	6.314	5.987	5.476	4.832	-19,29	-1155
Horizontina	17.956	18.484	19.000	18.768	1,48	274
Independência	7.321	7.171	6.869	6.897	-3,82	-274
Nova Candelária	2.896	2.866	2.811	2.806	-2,09	-60

Novo Machado	4.678	4.386	3.952	3.555	-18,95	-831
Porto Lucena	6.367	6.068	5.546	5.257	-13,37	-811
Porto Mauá	2.808	2.694	2.503	2.432	-9,73	-262
Porto Vera Cruz	2.438	2.226	1.874	1.566	-29,65	-660
Santa Rosa	66.226	68.436	70.665	72.711	6,25	4.275
Santo Cristo	14.999	15.005	14.848	14.585	-2,80	-420
São José do Inhacorá	2.415	2.353	2.230	2.125	-5,86	-138
Sen. Salgado Filho	2.938	2.916	2.885	2.800	-3,98	-116
Três de Maio	24.384	24.387	24.181	24.623	0,97	236
Tucunduva	6.337	6.247	6.004	6.043	-3,27	-204
Tuparendi	9.549	9.244	8.781	8.525	-7,78	-719
TOTAL REGIÃO	212.181	211.807	209.054	207.883	-1,85	-3.924

Fonte: Censos Demográficos e Estimativas FEE-RS

Como se pode ler na tabela anterior com base nas estimativas populacionais da FEE para o ano de 2014, a região como um todo diminuiu sua população em 3.924 habitantes no período compreendido entre 2001 e 2014. Saliente-se que o município de Santa Rosa aumenta sua população em 4.275 habitantes no período, entretanto a maioria dos demais perde população no período. Os números revelam que houve forte emigração partindo dos municípios menores. Para a maioria deles, a perda significa mais de 10% do total de sua população.

Importante salientar que dos 20 municípios componentes da região, 3 deles se destacam em termos de população. No caso, Santa Rosa, Horizontina e Três de Maio. Somados, perfazem 55,72% do total da população regional. Em termos comparativos pode-se criar pelo menos três categorias de municípios considerando sua população. Os três maiores, os de população entre 6 e 15 mil habitantes, e os menores, com menos de 6 mil habitantes, estes em sua maioria com menos de 3 mil habitantes.

Outro aspecto importante a ser verificado é a distribuição da população em seu território, partindo da premissa de que foi uma das últimas regiões de ocupação para agricultura, assim também se comporta a transição do rural para o urbano. O Estado do RS vem apresentando preponderância de população urbana desde meados dos anos 70 do século passado. Já na Região da Fronteira Noroeste, esta transição somente ocorre nos anos 90. Mesmo assim, cabe uma observação, se subtraídos os três municípios

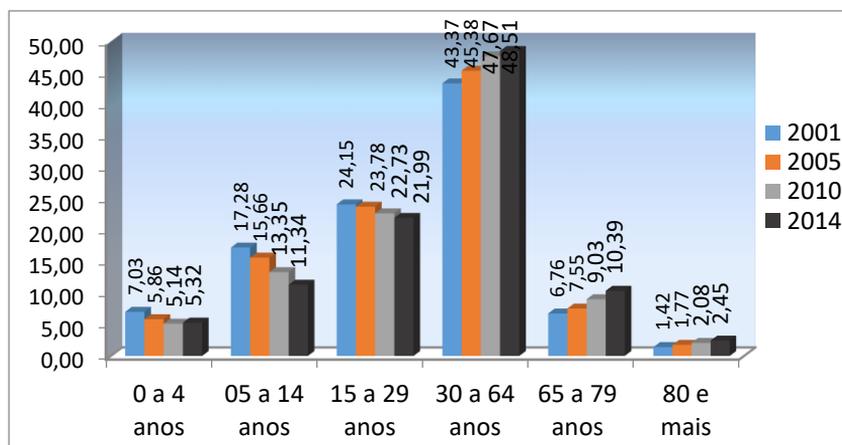
Assim como o RS é o ente da Federação que apresenta o menor índice de crescimento demográfico, e apresenta um rápido envelhecimento, a região da Fronteira Noroeste não foge a esta tendência.

O gráfico 1 apresenta de forma clara a transição demográfica que vem ocorrendo na última década e meia.

Observa-se um ritmo de crescimento significativo da população a partir dos 30 anos e um decréscimo nos estratos abaixo desta idade.

As lideranças regionais, baseadas nas observações institucionais, argumentam fortemente que a maior perda de população regional ocorre nas faixas entre 15 e 29 anos. Isto mostra que a população que está em suas melhores condições físicas e qualificação para o trabalho, abandona a região.

Gráfico 1 – Corede Fronteira Noroeste – População por Faixa Etária – 2001 a 2014



Fonte: Fundação de Economia e Estatística, 2016.

Em termos de planejamento estratégico, o Gráfico 1 pode ser considerado fundamental no sentido de se identificar o perfil da população com a qual a região poderá contar para as próximas décadas. Sem sombra de dúvida, o rápido envelhecimento é um desafio a ser enfrentado.

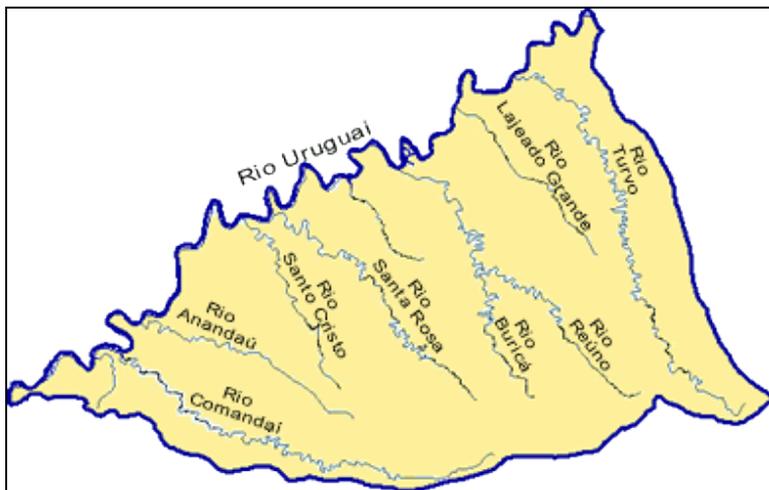
3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

Segundo a Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Fepam, a Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo, Região Hidrográfica do Uruguai/RS, abrange 55 municípios e drena uma área de 10.753,83 Km². Seus principais formadores são os rios Amandaú, Buricá, Comandaí, Lajeado Grande, Santo Cristo, Santa Rosa, Turvo e outros afluentes menores que drenam diretamente para o Rio Uruguai.

Esta Bacia Hidrográfica caracteriza-se por apresentar, atualmente, demandas significativas de água com perspectivas de aumento do consumo em razão das atividades socioeconômicas que se desenvolvem na região. A estrutura agrária é baseada predominantemente nas pequenas e médias propriedades, que apresentam como perfil de produção agrícola principal: o trigo, a soja e o milho e perfil agropecuário baseado na suinocultura e bovinocultura de leite.

Mapa 1 – Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo

Bacia Hidrográfica Região Fronteira Noroeste



Fonte: www.fepam.rs.gov.br

A Bacia conta com uma unidade de conservação, o Parque Estadual do Turvo, no município de Derrubadas, com 7.491,40 ha.

O mesmo desenvolvimento que produz riquezas e promove o bem-estar material para os indivíduos de uma região pode causar problemas ambientais. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) revelou por meio de recentes pesquisas que o Brasil é o país que mais consome veneno no mundo (7,3 litros ao ano por pessoa). Como sabemos, os municípios pertencentes ao Corede Fronteira Noroeste têm sua economia alicerçada na produção de soja, entre outras atividades agrícolas. Estima-se, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde,¹ que o Noroeste gaúcho são consumidos em média 16 litros de veneno por pessoa.

¹ Dados repassados em entrevista pelas gestoras da 14ª Coordenadoria Regional de Saúde, em Santa Rosa – RS.

Recentemente, uma das preocupações ambientais nesta região é a produção de ordem animal e a emissão de gases que contribuem com o efeito estufa. Zwick (2014) estudou os aspectos ambientais da produção leiteira em propriedades rurais familiares do Noroeste do Rio Grande do Sul. Para ela, as emissões antropogênicas de metano têm origem na fermentação entérica e nos dejetos produzidos por animais zootécnicos. “A maior parte dessas emissões provém de sistemas extensivos, que são uma das principais fontes de sobrevivência de milhões de pequenos agricultores marginalizados e descapitalizados de regiões pobres do planeta” (Zwick, 2014, p. 23).

No ano de 2015 o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) realizou o seu estudo anual que monitora os níveis de desenvolvimento socioeconômico avaliando as condições de educação, saúde, emprego e renda de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros. O resultado divulgado recentemente indica que a cidade de Extrema (Minas Gerais) teve a maior nota do país, por apresentar alto grau de desenvolvimento nas três áreas avaliadas pelo índice, o que acontece em somente 30 cidades brasileiras. O município de Santa Rosa, que faz parte do Corede Fronteira Noroeste, está na 83ª colocação, ficando entre as 100 no Brasil e entre as 10 no Estado.

Este levantamento que é feito pela Firjan exclusivamente com base nas estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, formam o índice que varia de 0 (pontuação mínima) a 1 (máxima) para hierarquizar o nível de cada cidade em 4 categorias: baixo desenvolvimento (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1). O índice de Santa Rosa é de 0,8519, ou seja, é considerado um município de alto desenvolvimento.

Segundo o Boletim Climático para o Rio Grande do Sul datado de julho/2016, as anomalias negativas observadas nestes últimos meses no Pacífico Equatorial indicam a grande probabilidade de um evento *La Niña* no decorrer do ano de 2016. No Atlântico Sul próximo à costa sul-sudeste, aconteceu a inversão nas anomalias positivas, passando a predominar padrões negativos. Este cenário é indicador de redução na umidade atmosférica contribuindo para diminuição das precipitações acumuladas em algumas regiões do Estado.

A análise detalhada do modelo estatístico (CPPMet/UFPel) indica para os meses de agosto e setembro de 2016 precipitações pouco abaixo do padrão na Metade Norte e nas demais regiões do Estado. Durante o mês de outubro de 2016 a tendência é de precipitações pouco abaixo, principalmente no sul e sudoeste.

As 17 leis ambientais mais importantes que podem garantir a preservação do grande patrimônio ambiental do país são as seguintes:

Quadro 1 – Leis Ambientais do país

Nº	Lei
1	Lei da Ação Civil Pública – número 7.347 de 24/07/1985.
2	Lei dos Agrotóxicos – número 7.802 de 10/07/1989.
3	Lei da Área de Proteção Ambiental – número 6.902 de 27/04/1981.
4	Lei das Atividades Nucleares – número 6.453 de 17/10/1977.
5	Lei de Crimes Ambientais – número 9.605 de 12/02/1998.
6	Lei da Engenharia Genética – número 8.974 de 05/01/1995.
7	Lei da Exploração Mineral – número 7.805 de 18/07/1989.
8	Lei da Fauna Silvestre – número 5.197 de 03/01/1967.
9	Lei das Florestas – número 4.771 de 15/09/1965.
10	Lei do Gerenciamento Costeiro – número 7.661 de 16/05/1988.
11	Lei da criação do Ibama – número 7.735 de 22/02/1989.
12	Lei do Parcelamento do Solo Urbano – número 6.766 de 19/12/1979.
13	Lei Patrimônio Cultural – decreto-lei número 25 de 30/11/1937.
14	Lei da Política Agrícola – número 8.171 de 17/01/1991.
15	Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – número 6.938 de 17/01/1981.
16	Lei de Recursos Hídricos – número 9.433 de 08/01/1997.
17	Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição – número 6.803 de 02/07/1980.

Fonte: <http://www.cnpma.embrapa.br/informativo/intermed.php3#127>

3.4 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL

Com base no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), no Estado do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que a região do Corede Fronteira Noroeste é uma das melhores para se viver, pois é a quinta mais bem posicionada no *ranking* dos Coredes.

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), no Estado do Rio Grande do Sul, mensura o desenvolvimento dos municípios em três blocos: educação, renda e saúde. Para avaliarmos o Idese do Corede Fronteira Noroeste, mostramos os índices de 2010 a 2013 e cruzamos com os dados dos Coredes mais bem posicionados e dos Coredes pertencentes à Região Funcional de Planejamento 7 (RFP7).

De 2010 a 2013 os indicadores do Corede Fronteira Noroeste mantiveram a região entre as mais bem posicionadas e com médias acima do Estado do Rio Grande do Sul. O Corede Serra, que abrange 32 municípios, lidera o *ranking* no Estado nestes quatro anos de análise. Já o Corede Fronteira Noroeste evoluiu notoriamente, passando da 8ª posição (2010) para a 5ª posição em 2013, significando uma evolução de 0,04 pontos, superando os índices de evolução do Corede Serra e do Rio Grande do Sul.

Em se tratando da evolução do Idese nos blocos saúde, renda e educação entre 2010 e 2013, observa-se que o índice de saúde mantém-se em destaque com números significativos, seguido pelo índice educação, que apresenta variações de crescimento de 0,068 no comparativo entre o período citado. Já o bloco renda, embora apresente valor menor comparado à saúde e educação, apresentou um crescimento significativo de 0,077 dentro do referido período.

3.4.1 Educação

O Bloco Educação registrou no Rio Grande do Sul o índice de 0,679 em 2013. Comparando este índice com todos os municípios integrantes do Corede Fronteira Noroeste percebe-se que o Estado está acima apenas de 3 destes municípios, tendo outros 17 apresentado índice maior que a média do Estado. Os 3 municípios citados que estão abaixo do índice médio do Estado no bloco educação são:

Independência (0,673), Porto Lucena (0,656), sendo seguidos por Senador Salgado Filho (0,649).

Na Fronteira Noroeste o registro é de 0,760, dado que posiciona a região em terceiro lugar, precedida de Vale do Taquari (0,764) e Norte (0,768).

Os municípios de Tucunduva (0,831), Três de Maio (0,803) e São José do Inhacorá (0,795) são os mais bem posicionados no âmbito do Corede Fronteira Noroeste.

Destaca-se a questão da identidade local, uma vez que muitas escolas estão no campo, mas não são consideradas do campo. Além disso, há um número considerável de escolas urbanas que atendem alunos oriundos do campo. Nesse sentido, uma escola com foco nas questões pertinentes ao meio rural pode contribuir para que se evite o êxodo rural que traz, entre as principais consequências, o inchaço dos bolsões de pobreza na cidade. Por fim, há dificuldade de acesso às tecnologias no meio rural e a necessidade uma qualificação mais específica para que estes jovens permaneçam no campo.

Quanto à educação em terceiro nível, ou no nível superior, ressalta-se que o Corede Fronteira Noroeste pertence à Mesorregião Noroeste Rio-Grandense, a qual abrange 216 municípios gaúchos. No ano de 2013 o Inep registrou que nesta mesorregião há 33 Instituições de Ensino Superior (IES) e um total de 58.227 matrículas.

De acordo com o Ministério da Educação (2013), é possível perceber que entre 2001 e 2010, no Brasil, houve um aumento de IES tanto na categoria pública quanto privada, com aumento maior nas categorias particulares de ensino. Em 2001 contava com um total de 1.391 IES, e em 2010 havia 2.314.

No Corede Fronteira Noroeste há cinco polos educacionais na oferta de Ensino Superior: Santa Rosa tem três IES, entre as quais duas são privadas e uma é pública. Em Três de Maio há uma IES, esta da rede privada, e no município de Horizontina também uma pertencente à rede privada.

Cabe ressaltar que em Santa Rosa, a Unijuí desponta como pioneira ao promover o acesso à educação superior, e configura-se como privada, entretanto é comunitária e não tem fins lucrativos. Já

como IES pública, de âmbito federal, temos o IFFAR – Instituto Federal Farroupilha –, que oferta cursos de Bacharelado e Licenciaturas. Há também os Polos de Educação a Distância (EaD). As demais IES privadas destacam-se por não terem suas sedes no município de Santa Rosa e região, pois pertencem a grandes grupos empresariais. Desse modo, oferecem basicamente cursos a distância e/ou semipresenciais.

3.4.2 Saúde

A vigilância à saúde materno-infantil é um dos aspectos primordiais para a qualidade de vida dos cidadãos. Nesse sentido, constatamos que a tabela a seguir apresenta uma informação alarmante sobre mortalidade infantil na Região Fronteira Noroeste, que no período de três anos (2013 a 2015) apresentou um aumento de 59,45% no índice de mortalidade infantil de crianças entre zero e 1 ano, com um coeficiente de 14,1 na região, enquanto que na média estadual o coeficiente em 2015 foi de 10,1.

A média do Idese 2013 no Estado do RS, segundo a Fundação de Economia e Estatística, é de 0,925, enquanto na Região Fronteira Noroeste é de 0,927, ou seja, desde o ano de 2013 esta escala vem crescendo vertiginosamente e causando grande preocupação aos órgãos competentes nos âmbitos municipal e estadual.

Tabela 2 – Mortalidade infantil nos municípios do Corede Fronteira Noroeste entre os anos de 2013 e 2015

Mortalidade Infantil – Corede FN		
Ano	Óbitos	Coeficiente
2013	22	8,9
2014	38	14,7
2015	37	14,1
MÉDIA		
ESTADUAL 2015		10,1

Fonte: SES, 2016

O Bloco Saúde avalia, basicamente, a saúde infantil e da mulher; mortes por causas evitáveis e saúde pública; longevidade e qualidade de vida. O índice saúde, para o Estado do Rio Grande do Sul, é de 0,809. Já no Corede Fronteira Noroeste, a média entre os 20 municípios é acima do índice estadual, ou seja, de 0,828. Entre os Coredes, o Fronteira Noroeste está em 8ª posição, precedida dos Coredes Centro Sul (0,843), Central (0,843), Celeiro (0,844), Campos de Cima da Serra (0,850), Campanha (0,857), Alto Jacuí (0,858) e Alto da Serra do Botucaraí (0,874). Estabelecendo o ranking entre os municípios do Corede Fronteira Noroeste, destacam-se nas primeiras posições Boa Vista do Buricá (0,886), São José do Inhacorá (0,871) e Porto Mauá (0,871). Os menores índices são em Campina das Missões (0,776), Porto Lucena (0,782) e Porto Vera Cruz (0,7916).

3.4.3 Segurança

A segurança de uma região diz respeito desde a preservação da ordem pública e o estabelecimento de políticas de controle da criminalidade e da violência, até a construção de um projeto de desenvolvimento social que busque melhorar a qualidade de vida por meio da inclusão social. Nesse sentido, os indicadores criminais mostram que o Corede Fronteira Noroeste tem índices razoáveis de segurança, mas enfrenta problemas com entorpecentes e tráfico de drogas, de infraestrutura e de defasagem no número de efetivos.

Quanto à incidência de furto de veículos, em 2005 houve um registro de cem ocorrências. No ano de 2010 este número apresentou um pequeno decréscimo, registrando-se 92 ocorrências, e em 2015 chegou a 166 ocorrências. Nos índices de homicídios e de roubos, o primeiro teve o registro de 12 ocorrências em 2005, subindo para 14 em 2010 e decrescendo para 6 ocorrências no ano de 2015. Já o segundo teve o registro de 127 ocorrências em 2005, 125 em 2010 e 139 ocorrências em 2015 (FEE, 2016).

De acordo com a 10ª Delegacia Regional da Polícia Civil, os crimes que persistem na região estão ligados, basicamente, ao tráfico de drogas. De fato, os indicadores criminais mostram o aumento das ocorrências relacionadas a entorpecentes, uma vez que em 2005 foram registrados apenas 88 casos, em 2010, 143 casos, e em 2015, com um significativo acréscimo para 302 casos registrados.

A defasagem no número de efetivos pode ser constatada na medida em que não há, nas delegacias, um número mínimo estimado de agentes policiais para operacionalização de uma Delegacia de Polícia. Por fim, uma das principais questões que são levantadas pelos agentes públicos que atuam na área de segurança é a necessidade de que se crie um projeto de renovação de frotas e de melhorias na infraestrutura dos prédios públicos que abrigam tais instituições.

3.4.4 Habitação

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010 viviam na região do Corede Fronteira Noroeste 209.054 habitantes. Destes, 96% viviam em residências com água encanada, 95% viviam em residências com banheiro e com água encanada; 99% viviam em residências com coleta de lixo e 100% vivam em residências com energia elétrica.

A média do percentual de pessoas que viviam em domicílios com paredes inadequadas, ainda de acordo com o IDH 2010, era de apenas 0,64%. Os municípios com índices mais preocupantes são Independência (3,67%); Nova Candelária (2,41%) e Horizontina (1,17%).

Para analisar a evolução e melhoria da habitação nos municípios do Corede Fronteira Noroeste, buscou-se na Caixa Econômica Federal os valores de financiamento/repasso para a construção de novas moradias. Entre 2010 e 2015 foram financiados cerca 650 milhões de reais no âmbito dos 20 municípios do Corede Fronteira Noroeste. A origem desses recursos é do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da Caixa Econômica Federal. Esses recursos foram destinados aos programas Carta de Crédito de FGTS para a compra de imóveis novos, usados e em construção; Pró-Cotista; Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); Programas para a aquisição de imóveis na planta; etc.

Os microdados do Censo de 2010 (IBGE) mostram o quantitativo do déficit habitacional por município brasileiro. De acordo com estas informações, há, nos 20 municípios do Corede Fronteira Noroeste, 49.207 domicílios, entre os quais 714 configuram-

se como habitação precária, das quais 339 localizam-se no meio urbano e 375 no meio rural.

3.4.5 Cultura

A região conta com o Serviço Social do Comércio (Sesc), que está localizado em Santa Rosa, e tem um teatro equipado para espetáculos teatrais, com sonorização, iluminação cênica e equipamentos de projeção, com capacidade para cerca de 150 pessoas. Além disso, o programa cultural “Art Sesc” promove apresentações de espetáculos musicais e teatrais, assim como sessões de cinema, exposições de artes e demais eventos que elevam a cultura da região.

Esta entidade desenvolve um importante trabalho por meio do Programa Maturidade Ativa, que é direcionado para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Estas atividades contemplam reuniões de continuidade: que promovem a convivência; palestras ou bate-papos educativos: atividades nas quais um palestrante aborda um tema transversal relacionado ao envelhecimento humano, como: saúde bucal, atividade física, nutrição, prevenção e tratamento de doenças, planejamento financeiro, sexualidade na 3ª idade, cultura e envelhecimento, memória e envelhecimento, etc.; campanhas sociais: as campanhas sociais são atividades voltadas para as necessidades da comunidade local; oficinas: são atividades que têm como objetivo o desenvolvimento das potencialidades dos participantes em relação a um assunto ou área específica, que podem ser realizadas com todo o grupo ou com apenas uma parte dele; eventualmente ou sistematicamente; eventos da unidade do Sesc: são acontecimentos especiais, realizados sempre de maneira alinhada às diretrizes do Sesc, por exemplo: bailes temáticos, torneios esportivos da maturidade, caminhadas temáticas, mostras de dança, Dia do Desafio, mesa Brasil; eventos corporativos: o Sesc realiza, anualmente, os seguintes eventos corporativos com foco no atendimento aos participantes do Programa Sesc Maturidade Ativa: Mês do Idoso, Convenção da Maturidade Ativa e Passeios Turísticos.

A cidade de Santa Rosa dispõe de um Centro Cívico e Cultural com capacidade para aproximadamente mil pessoas que atende a eventos da cidade e da região, tais como: palestras, fóruns,

conferências, mostras, encontros, formaturas, atividades artísticas como Musicanto Sul-Americano de Nativismo, Santa Rosa em Dança, Shows Prata da Casa e reuniões em geral. Há também dois museus, o Museu Municipal e o Museu da Soja e também a Casa de Visitação da Xuxa.

Há também, mantida da Fundação Educacional Machado de Assis (Fema), a Rádio Fema Educativa FM, uma emissora de caráter educativo, abordando diversos gêneros musicais e produzindo notícias acerca de temas fundamentais para o exercício da cidadania. A Fema Educativa FM caracteriza-se, sobretudo, por valorizar temas ligados a pesquisas científicas e eventos acadêmicos.

As escolas de música da região integram um rol de escolas particulares como a Recital, que é a mais popular e promove eventos anuais abertos ao público, e a Escola de música do Serviço Social da Indústria (Sesi) do sistema Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), que dispõe de uma orquestra composta por crianças e adolescentes, filhos de profissionais ligados à indústria local. Além disso o Sesi promove o *Programa Sesi Oficinas Culturais*, com o objetivo de contribuir para a formação cultural do trabalhador e seus dependentes. O Serviço Social da Indústria (Sesi-RS) promove ações educativas e continuadas em diversas áreas da expressão artística, como teatro, música, dança, artes visuais e técnicas circenses. O programa busca dar acesso à cultura, seja pela prática ou pelo conhecimento. A intenção é trabalhar elementos como a ludicidade, a criatividade e o senso crítico visando ao crescimento do indivíduo.

Anualmente acontece a Oktoberfest Santa Rosa, a festa da etnia alemã com diversas atrações da cultura germânica, entre elas a gastronomia, as danças típicas e o tradicional desfile em carreta.

Uma questão relevante para a cultura regional é a presença de diversas etnias, e esta pluralidade caracteriza, especificamente, Santa Rosa, que abarca no Parque Municipal de Exposições Alfredo Leandro Carlson as diversas sedes das etnias dormadoras da nossa região. Esta temática é explorada bianualmente pela Feira Nacional da Soja (Fenasoja) e o Encontro Estadual de Hortigranjeiros, que acontecem no Parque Municipal de Exposições de Santa Rosa/RS.

Nos demais municípios destaca-se a importância das bibliotecas públicas municipais, das livrarias, das bandas escolares e de iniciativas promissoras que contribuem para que se criem meios e formas de expressões intelectuais e artísticas por meio da literatura, da pintura, da dança e do teatro.

Pode-se afirmar que, atualmente, a escola tem cumprido este papel que é fundamental para que as pessoas encontrem seu espaço para se expressarem de forma crítica e criativa, ampliando as capacidades e também as perspectivas de agir no mundo. Tais iniciativas, contudo, dependem, ainda, da atitude individual de professores e demais profissionais do âmbito educacional. É necessário que se invista mais em cultura, que mais espaços sejam criados para que as pessoas tenham acesso a conteúdos culturais. Alguns municípios ainda não dispõem, por exemplo, de salas de projeção e de cinema, e tantos outros projetos que podem vir da iniciativa privada, como cafés culturais, etc.

3.4.6 Equidade e inclusão social

Um dos aspectos relacionados à equidade e inclusão social que influenciaram no desenvolvimento humano no Corede Fronteira Noroeste na última década foi a recente criação de uma Política Nacional de Assistência Social que possibilitou a conjunção de esforços no âmbito dos municípios para a proteção à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e às pessoas com necessidades especiais.

Além do aumento de profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeiros, médicos e demais trabalhadores da saúde, houve uma formulação de políticas de defesa e garantia dos direitos fundamentais do homem, como o acesso à habitação, ao alimento, à saúde, etc. Para atuarem nestas frentes os municípios têm o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), duas unidades públicas que atuam com foco nas pessoas em situações vulneráveis e de risco social.

O Programa Bolsa Família, por exemplo, transfere renda às famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover a superação da pobreza. Este Programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. No Quadro 2 é possível conferir o número de beneficiários do programa, por município do Corede Fronteira Noroeste, nos anos de 2005, 2010 e 2015.

Quadro 2 – Número de beneficiários do Programa Federal Bolsa Família no Corede Fronteira Noroeste nos anos de 2005, 2010 e 2015

Municípios	Nº de Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família		
	2005	2010	2015
Alecrim	642	644	481
Alegria	424	364	290
Boa Vista do Buricá	109	110	91
Campina das Missões	268	239	184
Cândido Godói	247	263	224
Dr. Maurício Cardoso	340	246	160
Horizontalina	801	645	530
Independência	433	553	443
Nova Candelária	89	43	20
Novo Machado	315	328	278
Porto Lucena	535	429	277
Porto Mauá	157	159	193
Porto Vera Cruz	183	192	137
Santa Rosa	2.832	3.413	2.345
Santo Cristo	573	547	413
São José do Inhacorá	114	65	26
Senador Salgado Filho	207	255	158
Três de Maio	1.184	1.049	854
Tucunduva	307	181	158
Tuparendi	377	426	286
Região	10.137,00	10.151,00	7.548,00
Estado	39.813,20	45.376,10	42.222,03

Fonte: CAIXA, 2016

Além do Programa Federal Bolsa Família, a sanção do novo Plano Nacional de Educação em 2014, que, entre outras prioridades, estabeleceu a oferta de escolas em turno integral, possibilitando que crianças e adolescentes permaneçam mais tempo na escola e estejam menos expostos à criminalidade. Outras políticas também contribuem para a capacitação dos jovens e para tirá-los do ambiente hostil das ruas. Um deles é o Projovem, desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que paga uma bolsa mensal a jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental para estimular a conclusão da escolarização.

Outra política é o Programa de Aceleração ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que mediante parcerias com universidades, com o Sistema S e com outras instituições, viabiliza a formação técnica de jovens de baixa renda para contribuir para a melhoria das condições de vida dessas pessoas, por meio do acesso à qualificação, o que lhes possibilita conseguirem melhores empregos.

No que se refere a pessoas em condições de pobreza ou indigência, segundo IBGE (2016), a região do Corede Fronteira Noroeste, que abarca 20 municípios, apresenta 8 com maior (pior) índice de pobreza. O município de Alecrim, que possui uma população de 7.045 pessoas, de acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2016), apresenta o pior índice, 9,48%, ou seja, entre as 7.000 pessoas que compõem a população, quase mil estão em situação de pobreza. Os municípios de Porto Mauá (6,59%), Alegria (6%) e Independência (4,53%), respectivamente, apresentam altos índices de pobreza. Estes municípios caracterizam-se por serem de regiões fronteiriças e de difícil logística.

Os municípios do Corede Fronteira Noroeste, em ordem de classificação, que apresentam os melhores (menores) índices de pobreza são: Nova Candelária (0%), Santa Rosa (0,55%), Santo Cristo (0,79%), São José do Inhacorá (0,85%). Estes são municípios que possuem maior industrialização e oferta de postos de trabalho.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios que compõem o Corede FN, há três que merecem destaque pelo seu alto desempenho: Horizontina (R\$ 84.842,04), Nova Candelária (R\$ 35.969,43) e Santa Rosa (R\$ 31.205,10). De um espectro de 20

municípios, 11 estão na faixa entre R\$ 20.0000,00 e R\$ 30.000,00. Outros 6 municípios estão abaixo de R\$ 20.000,00, estando 5 destes abaixo da média da região, que é R\$ 16.925,29.

3.5 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E DE GESTÃO PÚBLICA

3.5.1 Logística e transporte

Em uma região em que a presença de importantes indústrias metalmeccânicas, ligadas à área mais moderna do agronegócio, ou mesmo às grandes indústrias processadoras, a logística e o transporte são fundamentais para a competitividade do setor.

Em âmbito nacional, o transporte rodoviário é responsável por 61% de todo o transporte de bens. Na Região Fronteira Noroeste, este é responsável por praticamente 100% do fluxo logístico de mercadorias e pessoas.

Em termos de vias de transporte, a Região da Fronteira Noroeste é servida por uma rodovia federal no caso a BR 472, que faz a ligação entre a região e o restante do país. Esta rodovia caracteriza-se também como alimentadora da malha viária de acesso a grande parte dos municípios costeiros do Rio Uruguai.

As rodovias estaduais funcionam como as principais vias de integração regional. Destacam-se as rodovias RS 342, 305, 210, 344, 540, 162 e 307. No momento atual, de acordo com os critérios do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), as rodovias são avaliadas como em bom estado de trafegabilidade.

Importante salientar que na região existem quatro municípios que ainda não possuem ligação asfáltica até as suas sedes. São eles: Alegria, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho e Porto Vera Cruz.

Com relação ao tema dos serviços relacionados ao transporte, observa-se que o trecho urbano da BR 472 no município de Santa Rosa é contemplado com um grande número de serviços voltados a

esse setor. Neste trajeto estão localizadas importantes empresas transportadoras, concessionárias e demais serviços. Também estão presentes serviços de manutenção de caminhões e carrocerias. Ou seja, os serviços de apoio ao transporte em Santa Rosa vão muito além dos postos de combustíveis ou restaurantes.

Outro aspecto importante é a presença institucional. A região possui uma unidade do Sest – Senat, além de cooperativas de transportadores e sindicatos de empresas transportadoras e trabalhadores no transporte.

Uma particularidade da região é a existência de dois portos habilitados para passagem para a Argentina, no caso, Porto Vera Cruz e Porto Mauá. Em período recente a região conquistou importante passo na questão do alandegamento de Porto Mauá. Este local de passagem está devidamente habilitado para o transporte de cargas, constituindo-se em importante ponto de intercâmbio para o incremento do comércio exterior do Estado do Rio Grande do Sul.

A região também é dotada de uma frota especializada de veículos e equipamentos para o transporte especializado de máquinas e equipamentos. Outro elemento importante são as empresas transportadoras de leite e derivados. Várias delas que atuam em âmbito estadual têm sede na região.

Existem também, dois aeroportos com condições de operação comercial na região, no caso, Santa Rosa e Horizontina. No momento atual ocorrem tratativas no sentido de retomar voos comerciais no aeroporto de Santa Rosa.

Por fim, cabe ressaltar um tema de recorrente menção pela população regional com relação ao transporte público: a precariedade das estações rodoviárias ou a inexistência delas. Em boa parte dos municípios estações foram fechadas ou são objeto de críticas por parte dos usuários.

3.5.2 Energia e Comunicações

Existem algumas afirmações de que energia e alimentos comandam o desenvolvimento. Considerado insumo fundamental para

o desenvolvimento de um determinado território, a energia desempenha importante papel no grau de desenvolvimento. O Brasil é considerado um país com uma matriz energética bem balanceada em razão de ter grande produção de energia elétrica baseada em energia hídrica, o álcool e o biodiesel. A biomassa é fonte energética para a maior parte da sua produção agroindustrial, por exemplo.

A região do Corede Fronteira Noroeste apresenta uma situação confortável em termos de distribuição e geração de energia. São três os principais entes responsáveis pela distribuição da energia na região: RGE – Rio Grande Energia, Cooperluz – Cooperativa de Eletrificação Fronteira Noroeste Ltda. e a Certhil – Cooperativa de Distribuição de Energia Entre Rios Ltda.

A região é servida por uma série de subestações rebaixadoras, o que garante oferta de energia o suficiente para as principais operações industriais e consumo residencial.

Importante salientar que nos últimos tempos foi construída mais uma PCH – Pequena Central Hidrelétrica – na região. Atualmente são em número de cinco centrais em funcionamento. Uma das cooperativas está associada a um consórcio de exploração da energia eólica. Tal projeto está em estudos atualmente.

Em razão da forte presença da indústria de alimentos na região, o consumo de lenha como combustível para geração de vapor é significativo. Atualmente a maior parte desta matéria-prima para queima tem sido trazida de outras regiões, de certa forma encarecendo os custos de produção em razão da logística.

Do lado da demanda, nos últimos períodos dois foram os elementos de ampliação. O primeiro foi um claro aumento de demanda no meio rural. Duas são as atividades responsáveis por este aumento de demanda: os projetos de irrigação, em que se destacam os pivôs centrais, e a pecuária leiteira, que vem apresentando grande expansão, exigindo aumento de carga de energia.

No meio urbano verifica-se um significativo aumento de conexões de energia no período. Este fato é decorrente da instalação dos projetos de habitação na região. Outro aumento significativo é o da demanda ocorrido na indústria metalmeccânica no período.

Na área das comunicações a região possui um grande número de jornais e rádios. Nos pequenos municípios, as rádios comunitárias têm desempenhado importante papel de repercussão dos temas locais.

Nos últimos anos observa-se um aumento significativo da oferta de serviços de Internet por meio de fibra ótica, apesar da falta de conexões físicas, de sinal de Internet por esta modalidade.

Um dos grandes limitadores em termos de comunicações é precariedade de sinal de telefonia celular na maior parte do meio rural da região. Diga-se de passagem, área em que reside a maioria da população da maior parte dos municípios.

Por consequência, o acesso a serviços de Internet no meio rural é de muito precário, todavia grande parte dos produtores rurais considera a Internet como uma importante ferramenta de trabalho, entretanto seu acesso é muito limitado regionalmente.

3.5.3 Saneamento básico

Em relação ao saneamento básico, sabe-se que a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água colabora para a degradação dos recursos hídricos. No Corede FN os serviços de água e esgoto são prestados pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) em 15 dos 20 municípios. Nos 5 municípios restantes – Alegria, Novo Machado, Porto Mauá, Senador Salgado Filho e Nova Candelária – os serviços são prestados pelos Departamentos Municipais de Águas. Exceto por Santa Rosa, os demais municípios do Corede FN não contam com serviços de tratamento de esgoto.

Informações coletadas pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), revela que no ano de 2014, 93,41% de domicílios com banheiro ou sanitário são ligados a uma fossa séptica, não constituindo um serviço público, mas um dispositivo instalado na propriedade, que é particular. Apenas 3,43% dos domicílios são ligados a uma rede pública de esgoto, e 3,18% constitui a porcentagem de esgoto a céu aberto.

Embora a média de rede de esgoto a céu aberto na região seja a metade da média nacional, municípios como São José do Inhacorá (45,45%), Independência (35,32%) e Três de Maio (27,85%) apresentam índices seriamente preocupantes.

Quanto à coleta de lixo, o levantamento foi elaborado a partir dos dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS). A tabela a seguir mostra a porcentagem de lixo domiciliar recolhido, lixo queimado ou enterrado e lixo a céu aberto.

Tabela 3 – Representatividade da Coleta de Lixo Domiciliar

Coleta do Lixo Domiciliar – Região Fronteira Noroeste			
MUNICÍPIOS	Coleta do Lixo	Lixo a Céu Aberto	Lixo Queimado ou Enterrado
Alecrim	38,69	2,16	59,15
Alegria	44,29	5,36	50,34
Boa Vista do Buricá	71,93	0,38	27,69
Campina das Missões	47,17	2,83	28,08
Cândido Godói	65,39	2,38	50
Doutor Maurício Cardoso	84,13	0,18	32,22
Horizontina	0	0	15,69
Independência	60,84	0,72	0
Nova Candelária	49,05	1,41	38,45
Novo Machado	50,73	3,61	49,54
Porto Lucena	66,44	0,23	45,66
Porto Mauá	0	0	33,33
Porto Vera Cruz	89,99	0,62	0
Santa Rosa	83,35	1,55	9,39
Santo Cristo	98,58	0,24	15,10
São José do Inhacorá	31,23	7,11	1,18
Senador Salgado Filho	82,1	0,95	61,66
Três de Maio	83,78	0,06	16,95
Tucunduva	70,63	0,76	16,16
Tuparendi	71,51	0,41	28,61
MÉDIA REGIÃO	59,49	1,55	28,96
MÉDIA NACIONAL	79,56	6,95	13,47

Fonte: Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – SNIS, Diagnóstico dos Serviços de Pesquisa (2016).

Uma crescente preocupação é manifestada quanto aos Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (REEE), apresentado no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos do Município de Santa Rosa,³ o qual revela que a unidade de manejo de Reee que capta os resíduos de Santa Rosa recebe cerca de 10.000 kg/dia provenientes de municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O prestador de serviços não possui um controle específico por município, contudo o responsável técnico pela Unidade utiliza uma referência bibliográfica para estimativa de geração de REEE.

Segundo os autores, destes, apenas 20% são encaminhados para reciclagem. Com base nos dados coletados na Unidade de Manejo e no referencial teórico anteriormente citado, a geração estimada desta tipologia de resíduos sólidos para Santa Rosa é de 506 ton/ano. Destas, cerca de 20%, ou seja, 101 ton/ano vão para reciclagem.

Quanto ao aterro sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), a cidade de Santa Rosa e região se ocupa da Companhia Rio-Grandense de Valoração de Resíduos S.A., que conta com 17 colaboradores diretos e 5 indiretos. Esta está localizada na Rodovia VRS 867, km 2, s/n.

O aterro sanitário compreende uma área de 20 hectares totalmente cercada e com cortina vegetal, no qual são realizadas as atividades administrativas, deposição de resíduos e tratamento dos efluentes líquidos gerados.

O empreendimento é constituído de prédio administrativo, edificação destinada à educação ambiental, balança rodoviária, célula de resíduos e estação de tratamento de efluentes.

O local opera desde 2011 e tem previsão de operação de 20 anos e um total de 2 milhões de toneladas de resíduos dispostos.

O empreendimento conta também com uma unidade de tratamento de efluentes constituída de três lagoas de armazenamento provisório (utilizadas até instalação de um sistema definitivo de tratamento), três lagoas de tratamento primário e um sistema de tratamento final por osmose reversa, o qual trabalha atualmente com 85 a 90 m³ de efluente por dia. Os efluentes após tratamento e cloração são reutilizados no local para irrigação de gramados,

umidificação de solo para compactação e usado para diminuir a poeira nas estradas internas.

De acordo com a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul (Sema), a Bacia Hidrográfica Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo situa-se a norte-noroeste do Estado, entre as coordenadas geográficas 27°07' a 28°13' de latitude Sul e 53°24' a 55°20' de longitude Oeste. Abrange a Província Geomorfológica Planalto Meridional.

Possui área de 11.056,23 km², abrangendo municípios como Horizontina, Ijuí, Porto Xavier, Santa Rosa, Santo Ângelo e Três de Maio, com população estimada em 371.199 habitantes. Os principais cursos de água são os rios Turvo, Santa Rosa, Santo Cristo, Amandaú e Comandá. Os principais usos da água destinam-se à dessedentação animal, abastecimento humano e irrigação.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao país no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

Institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, os cidadãos e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na logística reversa dos resíduos e embalagens pré-consumo e pós-consumo.

Cria metas importantes que irão contribuir para a eliminação dos lixões e institui instrumentos de planejamento nos âmbitos nacional, estadual, microrregional, intermunicipal, metropolitano e

municipal, além de impor que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Esta lei não foi aplicada em sua plenitude no âmbito dos municípios do Corede Fronteira Noroeste.

3.6 DIMENSÃO ECONÔMICA

A economia da região, decorrente da sua própria história de ocupação e geração de riqueza originada na agropecuária, vem seguindo sua tradição. Com o passar dos anos verifica-se a consolidação de alguns setores industriais e de serviços que proporcionam variação na geração de renda e formação do produto regional. Uma marca importante é a diversidade industrial. A presença de indústrias a montante e a jusante do complexo agroindustrial contribui de forma decisiva para o padrão de desenvolvimento regional.

A primeira grandeza a ser analisada é o Produto Interno Bruto (PIB) regional.

A tabela 4 mostra o PIB da região em valores correntes calculado pela FEE.

Tabela 4 – PIB dos municípios do Corede Fronteira Noroeste e participação regional no ano de 2013.

Municípios	PIB Fronteira Noroeste	Participação na Região
Alecrim	84.261,71	1,27
Alegria	74.510,49	1,12
Boa Vista do Buricá	148.358,64	2,24
Campina das Missões	102.149,07	1,54
Cândido Godói	163.957,43	2,47
Doutor Maurício Cardoso	145.450,43	2,20
Horizontina	1.621.501,10	24,47
Independência	171.733,94	2,59
Nova Candelária	101.505,74	1,53

Novo Machado	87.811,49	1,33
Porto Lucena	78.274,11	1,18
Porto Mauá	40.987,66	0,62
Porto Vera Cruz	29.391,34	0,44
Santa Rosa	2.236.313,44	33,75
Santo Cristo	389.003,86	5,87
São José do Inhaçorá	64.087,68	0,97
Senador Salgado Filho	68.809,99	1,04
Três de Maio	658.602,20	9,94
Tucunduva	152.852,12	2,31
Tuparendi	205.580,10	3,10
REGIÃO	6.625.142,54	100,00
ESTADO	331.095.182,85	

Fonte: FEE, 2016

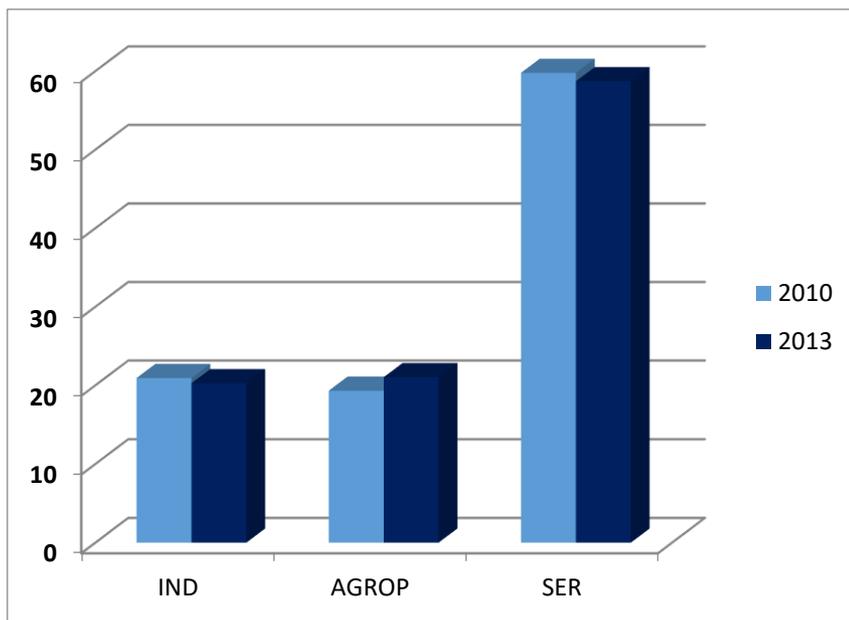
Como é possível observar na Tabela 4, no ano de 2013 o PIB da região representava 2% do PIB do Estado do Rio Grande do Sul. Importante assinalar que se somado, o produto dos três maiores municípios, Santa Rosa, Horizontina e Três de Maio, perfazem 68,16% do total do PIB da região. Assim sendo, no conjunto de 20 municípios, existem 3 que detêm mais de dois terços da geração de riqueza na região.

Também ficam evidenciados outros dois grupos comparáveis de municípios na região. Os municípios novos que participam com um valor que não chega a 2% cada um para a região e os mais antigos, que representam entre 3% e 5% individualmente na formação do PIB regional.

Ainda, para o ano de 2013 o PIB per capita da região foi equivalente a R\$ 26.082,70, enquanto que o do Estado do Rio Grande do Sul foi de R\$ 29.657,28, portanto praticamente igualado com a média do restante do Estado, o que revela uma situação boa em relação a outras regiões.

Em termos do Valor Adicionado Bruto, o VAB, também chamam a atenção algumas situações marcantes. O gráfico a seguir demonstra a importância que a indústria representa na região. Com segurança, é a maior participação em toda a Região Funcional 7, assim como em todas as regiões, enquanto que os setores de comércio e serviços perfazem o restante dos 60% do valor adicionado.

Gráfico 2 – Valor Adicionado Bruto no Corede Fronteira Noroeste, 2010/2013



Fonte: FEE, 2016

Há, entretanto, de se considerar alguns aspectos intrarregionais que se diferenciam de forma marcante.

A importância é relativizada se isolados os dois maiores municípios da região, no caso, Santa Rosa e Horizontina. Verificar-se-á que a agropecuária acaba assumindo uma importância relativamente maior. Ou seja, no restante do território, a agropecuária é o principal setor econômico formador do produto regional, tendo-se claro que em

todos os municípios o setor de serviços é sempre o mais importante. Cabe considerar, no entanto, que este é composto de uma gama muito maior de subsetores, serviço público, comércio, saúde e educação, por exemplo.

Em se tratando dos pequenos municípios da região, dois deles destacam-se em termos da importância da indústria: Nova Candelária e São José do Inhacorá que, mantidas as suas proporções, vêm apresentando um setor industrial importante, o qual vem crescendo de ano a ano.

3.6.1 Setor Agropecuário

Como já referenciado em itens anteriores deste trabalho, a agropecuária desempenha papel de maior importância no processo de desenvolvimento regional. Para ampla maioria dos municípios da região, a produção agropecuária é a principal atividade econômica a contribuir para a formação do PIB.

As lavouras temporárias são responsáveis pelos maiores volumes de produção regional. Em termos gerais, a área plantada das principais culturas, no caso soja, milho, trigo e aveia, sofrem variações de acordo com as flutuações de mercado das *commodities*.

A soja, como a principal cultura da região, é a que ocupa a maior área plantada. Pelo que se verifica nas últimas décadas, há uma variação pequena na área plantada. Ou seja, trata-se de uma cultura consolidada. A tabela 5 apresenta a área colhida das três principais culturas da região, em que fica clara esta situação.

Tabela 5 – Área colhida de milho, soja e trigo. Fronteira Noroeste 2015

Município 2015	MILHO	SOJA	TRIGO
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Alecrim	3.500	2.000	400
Alegria	2.500	7.000	2.635
Boa Vista do Buricá	3.800	3.200	650
Campina das Missões	4.600	6.000	900
Cândido Godói	6.000	10.200	3.900
Dr. Maurício Cardoso	8.200	13.750	5.000
Horizontina	5.510	10.500	1.900
Independência	6.000	21.700	7.000
Nova Candelária	2.400	2.800	400
Novo Machado	3.800	11.000	3.300
Porto Lucena	1.800	4.800	650
Porto Mauá	1.100	4.200	750
Porto Vera Cruz	2.000	400	2
Santa Rosa	4.320	18.600	9.500
Santo Cristo	8.700	10.100	2.200
São José Inhacorá	2.000	1.700	600
Senador Salgado Filho	2.400	8.000	4.000
Três de Maio	5.650	25.650	8.500
Tucunduva	4.978	11.000	3.200
Tuparendi	5.000	14.200	3.800
TOTAL/MÉDIA	84.258	186.800	59.287

Fonte: FEE, 2016

Como pode é possível observar na tabela anterior, a soja participa com 68,91% da área cultivada na região, no quesito culturas de verão.

Considera-se importante assinalar que em vários municípios a cultura do milho ocupa maior espaço que a da soja. Em virtude da reação dos preços do milho no último ano e do crescimento da produção leiteira, é provável que a área plantada e colhida de soja apresente uma tendência de redução nos próximos anos, apesar de esta

ser preponderante na região. Esta área deverá ser ocupada pela cultura do milho. Em termos estatísticos, há de se considerar que a cultura do milho, pela sua versatilidade em termos de nutrição animal, é utilizada na região de três formas distintas: a cultura de grão para comércio, silagem e os volumes denominados como consumo próprio.

Em se tratando das culturas de inverno, a região apresenta o trigo e a aveia como as principais. A cultura do trigo, diferentemente da soja, apresenta variações significativas em termos de sua área colhida. Nos últimos anos, as variações são grandes de ano a ano.

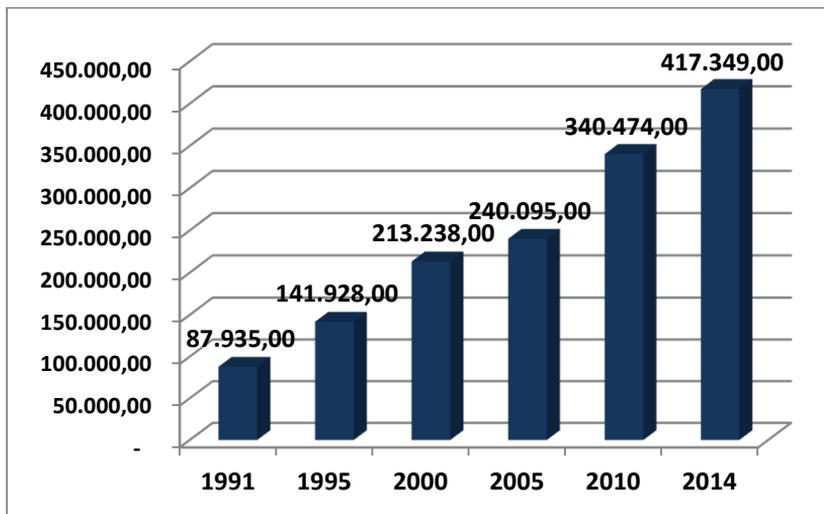
A cultura da aveia, com fins de forragem ou alimentação humana é a que vem conquistando a maior área nas últimas décadas. Uma especializada cadeia de produção de sementes, serviços de assistência técnica específicos e principalmente de processamento, vêm se desenvolvendo na região. Entende-se que a atividade merece um olhar mais atento por parte das entidades que atuam na área agrícola.

Ainda, em se tratando de culturas de inverno, a canola e o nabo forrageiro vêm se apresentando como alternativas nas temporadas de inverno. A canola tem se apresentado como alternativa econômica à cultura do trigo, assim como serve como alternativa de rotação de culturas. Da mesma forma, o nabo forrageiro tem sido largamente utilizado como cultura de cobertura de solo e incorporação de nitrogênio.

Em se tratando de agropecuária regional, a produção leiteira vem se destacando como a que mais cresce na região. Tal crescimento tem merecido grande atenção por parte da institucionalidade regional. A criação do Arranjo Produtivo Local (APL) do leite é o principal exemplo disso. O APL é uma importante articulação intersetorial para garantir a competitividade do setor.

Apesar da defasagem numérica, o gráfico a seguir dá uma ideia do significativo crescimento da produção leiteira na região.

Gráfico 3 – Produção de Leite 1991 a 2014 (em mil litros)



Fonte: FEE, 2016

É possível constatar que o maior crescimento apresenta-se a partir do ano de 2005. Em nove anos, a produção aumenta 70%. Dificilmente se encontrará setor importante de uma economia que apresente tal crescimento em menos de 10 anos. Acompanhando os dados apresentados pela Emater, indústrias do setor e outras instituições, o ritmo de crescimento médio vem aumentando nos anos de 2015 e 2016.

A tabela 6 apresenta a produção leiteira regional no ano de 2015.

Tabela 6 – Produção Leiteira no Corede Fronteira Noroeste-2015

Município	Produção anual de leite	Produção diária
Santo Cristo	62.640.299	171.617
Três de Maio	50.800.000	139.988
Tuparendi	31.494.875	86.287
Santa Rosa	30.295.000	83.000
Cândido Godói	29.027.000	79.526
Boa Vista do Buricá	25.546.350	20.500
Campina das Missões	24.600.000	67.397
Nova Candelária	22.584.687	61.875
Horizontina	19.012.850	52.090
Senador Salgado Filho	13.822.900	39.259
Independência	1.341.945	39.293
São José do Inhacorá	13.034.927	35.712
Dr. Maurício Cardoso	12.500.000	34.446
Porto Lucena	10.664.800	29.218
Alegria	10.000.000	27.397
Alecrim	10.000.000	27.397
Porto Mauá	8.176.000	22.400
Novo Machado	7.032.090	19.266
Tucunduva	5.445.000	14.917
Porto Vera Cruz	3.546.760	9717
Total	404.565.483	1.061.302

Fonte: FEE, 2016

Há de se considerar alguns elementos importantes no modelo de produção que ora vem sendo praticado na região.

O primeiro aspecto a ser considerado é o volume de investimentos que se observa na grande região compreendida como a Região Funcional 7 do Fórum dos Coredes. Grandes empresas vêm instalando estruturas de processamento de leite. Cálculos iniciais revelam que a partir de 2017 a região terá uma capacidade de processamento de mais de 5 milhões de litros de leite ao dia.

Uma das características deste modelo é a concentração da produção em nível de propriedade. Exemplo disso é o aumento do

número de propriedades com produção de mais de mil litros/dia e o desaparecimento dos estabelecimentos com produções com volumes inferiores 200 litros/dia.

Esta situação traz consigo dois aspectos importantes. O primeiro deles é a consolidação da região como uma das principais regiões produtoras de leite do Brasil. De outra parte, tem se apresentado excludente à medida que os estabelecimentos menores não se apresentam competitivos e acabam saindo da atividade, acarretando, desta forma, a desistência de um grande número de produtores. Esta situação apresenta o risco de problemas sociais em futuro próximo.

Importante salientar que vem se observando, em paralelo à atividade leiteira, a criação de um setor de criação de gado de corte, seja pelo engorde dos machos da pecuária leiteira, seja pelo aproveitamento das pastagens e alimentação proveniente da própria atividade leiteira, principalmente pensada como atividade acessória.

3.6.2 Setor Industrial

A indústria, nas economias capitalistas, é considerada um dos setores mais importantes. Sua capacidade de agregação de valor, integração setorial e geração de empregos é vista como fator determinante para que governos e empresários lhe dediquem grande importância.

No caso do Corede Fronteira Noroeste, a indústria representa a grande importância na economia regional, como já foi mencionado no item em que foi discutido o Valor Adicionado Bruto.

Talvez a característica mais importante do setor industrial da região seja a diversidade. Apesar de a região representar em torno de 40% da indústria de equipamentos agrícolas do país, não se pode desconsiderar a importância da indústria de processamento de alimentos. A indústria de laticínios e carnes é de muita relevância.

Não se pode, também, desconsiderar a situação particular do município de Horizontina, em que a indústria de colheitadeiras é uma das mais importantes da América Latina.

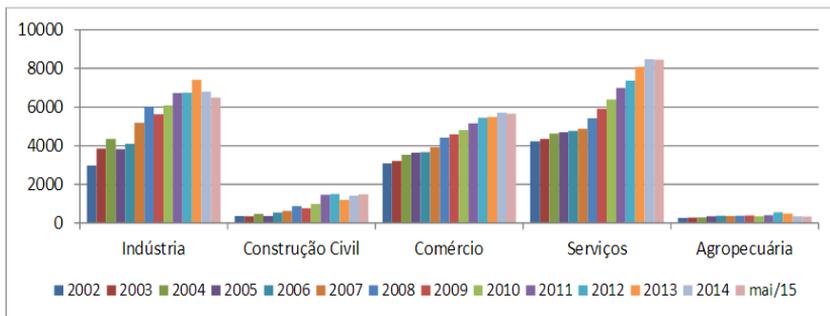
3.6.3 Setor de Serviços

O setor de comércio e serviços, assim como no restante do Estado, é o de maior importância na formação do valor adicionado.

Em termos da concentração de serviços de saúde, educação, órgãos públicos, sem sombra de dúvida Santa Rosa joga o papel de centro regional.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, o maior contingente de empregados deste município está na área de serviços.

Gráfico 4 – Evolução do emprego por setor em Santa Rosa, entre 2002 e 2015



Fonte: MTE – Rais e Caged, 2016

No restante dos municípios o setor de comércio e serviços é preponderantemente compreendido pelas atividades do comércio e serviço público.

3.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) estão distribuídos, atualmente, em nove Regiões Funcionais de Planejamento (RFP). Esta regionalização é utilizada como instância de elaboração do Plano Plurianual e Orçamento do Estado. O Corede Fronteira Noroeste pertence à FP7, que abrange outros três Coredes: Celeiro; Missões e Noroeste Colonial.

No âmbito dos municípios, destacam-se os conselhos gestores de políticas públicas que contribuem para a ampliação da participação democrática da população na formulação e instituição das políticas públicas e para o controle social.

Os diversos conselhos municipais têm seu funcionamento regulado em lei, entretanto nem todos funcionam regularmente. Os conselhos, como um avanço do ponto de vista do protagonismo da cidadania no processo de gestão, ainda não foram plenamente entendidos e assimilados pela população como instrumentos seus.

Além de conselhos setoriais, que estão presentes em boa parte dos municípios do Corede Fronteira Noroeste, existem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes), que agregam todas as reivindicações e demandas dos cidadãos, e que estão presentes nos 20 municípios. Os Comudes participaram ativamente das diversas ações desenvolvidas no decorrer desta primeira fase do planejamento estratégico.

As estruturas apresentadas anteriormente constituíram-se, nos últimos anos, como instâncias de planejamento do desenvolvimento territorial. Uma das problemáticas apontadas é que além de duplicarem esforços ao envolverem áreas setoriais, conselhos deliberativos e assembleias públicas para as tomadas de decisão coletivas, tais entidades não dialogaram ao longo de sua trajetória.

Há, ainda, outras divisões governamentais setoriais, como a 17ª Coordenadoria Regional de Educação e a 14ª Coordenadoria Regional de Saúde de Santa Rosa, que se localizam em Santa Rosa e abrangem os municípios do Corede Fronteira Noroeste. Na área da segurança pública, o Corpo de Bombeiros está sob o comando do 11º Corpo de Bombeiros de Santo Ângelo (CRB), a 10ª Regional do Departamento de Política, 4º Batalhão de Policiamento Área de Fronteira de Santa Rosa, entre outras entidades.

Além disso, Santa Rosa e Três de Maio abrigam sedes de entidades que atendem à região. Há subseções da Ordem dos Advogados do Brasil; agências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE).

Ademais, há uma variedade de cooperativas que atuam na região, e as sedes também se localizam nestes municípios.

O Quadro 3 lista as cooperativas por ramo no Corede Fronteira Noroeste, em 2016, e a área de atuação destas cooperativas abrange todos os municípios. Destacam-se as que atuam no ramo agropecuário; na área da saúde; na área de crédito; de infraestrutura e de transportes.

Quadro 3 – Cooperativas por ramo, no Corede Fronteira Noroeste em 2016

Cooperativa	Sede	Região	Ramo
Cotrirosa	Santa Rosa	Fronteira Noroeste	Agropecuário
Coopermil	Santa Rosa	Fronteira Noroeste	Agropecuário
Sicredi União	Santa Rosa	Fronteira Noroeste	Crédito
Sicredi Noroeste	Três de Maio	Fronteira Noroeste e Celeiro	Crédito
Cotrimaio	Três de Maio	Fronteira Noroeste e Celeiro	Agropecuário
Comtul	Tucunduva	Fronteira Noroeste	Agropecuário
Unimed Fronteira Noroeste	Santa Rosa	Fronteira Noroeste	Saúde
Unicred	Santa Rosa	Fronteira Noroeste	Crédito
Cresol	Santa Rosa	Fronteira Noroeste	Crédito
Certhil	Três de Maio	Fronteira Noroeste	Infraestrutura
Cotrariu	Santa Rosa	Fronteira Noroeste	Transporte
Cooperluz	Santa Rosa	Fronteira Noroeste	Infraestrutura
Coop dos Agricultores de Santo Cristo Ltda.	Santo Cristo	Santo Cristo	Agropecuária
Coop Agropecuária Nova Visão	Horizontina	Horizontina	Agropecuária
Unimed Alto Uruguai	Três de Maio		Saúde

Fonte: Ocergs (2016).

Também é importante a articulação dos movimentos sindicais da região. Os principais deles são os Sindicatos dos Trabalhadores

Rurais, Sindicatos Rurais, Sindicatos de categorias como comerciários, metalúrgicos, professores, entre outros.

Em termos de sindicatos empresariais, o mais atuante na região é o Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil de Santa Rosa.

Uma das entidades que tem apresentado crescimento em termos de representatividade e ações é a Agência de Desenvolvimento de Santa Rosa.

4 MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

4.1 MATRIZES POR DIMENSÕES

COMISSÃO SETORIAL EDUCAÇÃO	
Forças ou potencialidades da região	
N	Descrição
1	Recursos humanos: há profissionais qualificados atuando na educação, com Especialização, Mestrado e Doutorado.
2	Três níveis de ensino e escolas técnicas e com número de vagas adequado às necessidades da região.
3	Cursos de formação na área tecnológica nas Licenciaturas e para professores.
4	Iniciativas promissoras na oferta de educação continuada.
5	Programa Jovem Aprendiz e outras políticas de incentivo do governo federal contribuíram para a melhoria da infraestrutura nas escolas e da formação continuada dos docentes.
6	Oportunidade de obrigatoriedade de ingresso aos 4 anos de idade.
7	A municipalização da Educação Infantil possibilitou que o Estado e município pudessem focar na qualidade de ensino.
8	Diversidade de cursos técnicos no nível médio e superior.
9	Setores bem estabelecidos em ciência e tecnologia.
10	Boa estrutura educacional na região como um todo.
11	Parcerias com instituições.
12	Qualificação para profissionais do meio rural com vistas à permanência do jovem no campo.
Fraquezas ou fragilidades da região	
1	Matriz curricular das escolas de Ensino Fundamental e Médio adequada à realidade e que incentive a permanência na área agrícola.
2	Não alcance da totalidade de professores na educação continuada por falta de recursos financeiros que possibilitariam a realização de parcerias com Instituições de Ensino Superior.
3	Aumento crescente de alunos com problemas de autismo e/ou demais síndromes e falta de recursos humanos com conhecimento

	necessário para um atendimento adequado.
4	Demanda por bibliotecas interativas, que incentivem os alunos a entrarem em contato com a leitura, que sejam adequadas às modernas configurações tecnológicas.
5	Evasão dos alunos da escola, principalmente no Ensino Médio.
6	Falta de estímulo à publicação e ao relato de experiências escolares bem-sucedidas.
7	Infraestrutura, como Internet, não é compatível com a demanda por tecnologia nas escolas, pois muitas ainda não têm acesso à Internet. Além disso, as escolas trabalham com o sistema Linux, sendo este, incompatível com o conhecimento que têm os professores e com o que os alunos estão habituados.
8	Repensar a Educação de Jovens e Adultos, pois há idades incompatíveis na sala de aula.
9	Escola vulnerável à drogadição.

COMISSÃO SETORIAL SAÚDE	
Forças ou potencialidades da região	
N	Descrição
1	O SUS atuando em diversas frentes (fortalecimento e expansão da Atenção Primária à Saúde, ampliando suas responsabilidades, em que a Estratégia da Saúde da Família surge como uma estratégia de atenção à saúde e de reorientação do modelo assistencial);
2	Melhoria da atenção hospitalar, com qualificação do atendimento: critérios e fluxos; região inserida na captação e doação de órgãos e tecidos; bem-sucedido sistema de atenção em HIV/Aids e de imunizações; investigação, monitoramento e análise de óbitos fetais, infantis e maternos; investimento em educação permanente em saúde;
3	Conclusão da obra do Hospital Vida e Saúde;
4	Elaboração do Plano Regional de Saúde, construído em consonância com as diretrizes do Plano Estadual;
5	Movimentos no sentido da instituição das Redes de Atenção à Saúde e a organização da atenção, a partir da definição das Linhas do Cuidado Integral à Saúde;
6	Fortalecimento, qualificação e ampliação das ações de atenção

	especializada em saúde de média e alta complexidade, nos serviços de saúde do SUS, de referência regional e macrorregional, observando os princípios e diretrizes do SUS;
7	Estrutura Regional de Saúde (14ª CRS/SES/RS) com recursos humanos qualificados e missão de coordenar a política de saúde regional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, observando os princípios e diretrizes do SUS;
8	Proximidade geográfica entre os municípios da região. O espaço-território, muito além de um simples recorte político-operacional do sistema de saúde, é o locus em que se verifica a interação população-serviços no nível loco/regional.
Fraquezas ou fragilidades da região	
1	Escassez de recursos financeiros nas três esferas federativas;
2	Alta rotatividade dos gestores municipais de saúde (critério de partidização em detrimento da qualificação técnica);
3	Dificuldade na contratação de mão de obra médica em toda rede de atenção à saúde, desde a atenção primária à saúde até a atenção especializada;
4	Região Fronteira Noroeste distante da capital, o que dificulta o acesso aos serviços de referência em alta complexidade.
5	Subfinanciamento; corte no gasto obrigatório com saúde;
6	Dificuldade de acesso ao saneamento básico e à qualidade da água para consumo humano;
7	Possibilidade da PEC 241/2016 reduzir o atendimento do SUS;
8	Garantia do direito à integralidade na atenção à saúde;
9	A longevidade e o aumento de idosos demandam o aprimoramento da atenção básica à terceira idade, por meio de um conjunto articulado de ações e a capacitação de mais profissionais na área de geriatria (enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, médicos, etc.).
10	Crise política, econômica e social com repercussões negativas na saúde coletiva, no que se refere à manutenção e desenvolvimento do SUS;
11	Crise financeira do Estado do RS; aumento da pobreza;
12	Uso indiscriminado de agrotóxicos;
13	Alterações climáticas, como: enchentes, secas e aquecimento global. Proliferação de vetores causadores de doenças no homem.

COMISSÃO SETORIAL INCLUSÃO SOCIAL	
Forças ou potencialidades da região	
N	Descrição
1	A recente criação política nacional de assistência social possibilitou a conjunção de esforços no âmbito dos municípios para a proteção à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e às pessoas com necessidades especiais.
2	Houve aumento de profissionais capacitados para atuar na formulação e execução de políticas de promoção, atendimento, proteção, amparo, defesa e garantia da cidadania.
3	Os municípios têm o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), duas unidades públicas que atuam com foco em pessoas em situações vulneráveis e de risco social.
4	Nos últimos anos os temas sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência tem ganhado mais visibilidade nos diferentes espaços da sociedade.
5	As políticas nacionais de redução da pobreza resultaram na diminuição considerável da desnutrição infantil e na melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres.
6	Há iniciativas promissoras na construção de casas populares, resolvendo, em parte, a falta de moradia para as camadas sociais menos privilegiadas.
7	Estado tem oferecido capacitação regionalizada aos municípios.
8	Capacitação da esfera federal.
9	Capacitação <i>on-line</i> EaD.
10	Crescimento do número de técnicos de nível superior por município.
Fraquezas ou fragilidades da região	
1	O Estado não cumpre o pacto de gestão com os municípios
	O Estado não oferece assessoria técnica regionalizada.
2	Lacuna nos programas de assistência às pessoas com deficiência: entre os 19 e 49 anos. O sujeito não tem acesso a um centro de acolhimento, de modo que os municípios precisam, em alguns casos, transferir essas pessoas para outras cidades maiores que contam com essa infraestrutura.

3	Uso desenfreado de drogas que independe de gênero e/ou faixa etária.
4	Após a reabilitação dos usuários dependentes químicos, uma das maiores dificuldades é a inclusão destas pessoas no mercado de trabalho. Há a necessidade de criação de parcerias para a formação e capacitação dessas pessoas e de acolhimento nas empresas locais.
5	Embora exista uma política nacional de assistência social, bem como profissionais capacitados, os municípios ainda atendem demandas pontuais e têm dificuldades para criar estratégias de longo prazo. Além disso, não há um capital social em torno dos problemas relacionados às desigualdades sociais e econômicas, bem como não há compreensão efetiva sobre os problemas enfrentados no âmbito da assistência social, dificultando a concertação público-privada para o enfrentamento dos problemas.
6	Persistência de problemas como a violência contra mulher e violência entre os jovens – aumentar o número de Delegacias Para a Mulher.
7	Há ainda pessoas que vivem em casas de madeira ou com um número de habitantes muito superior ao número de cômodos da moradia.
8	O aumento das taxas de desemprego entre a população com menos qualificação profissional, sobretudo em cidades-polo, como Ijuí e Panambi, leva ao retorno destas pessoas às suas cidades, que são menores e não oferecem alternativas adequadas de inserção profissional, ocasionando o aumento dos índices de criminalidade.
9	Baixo reconhecimento da Assistência Social no contexto das políticas públicas dos municípios.
10	Modelos de equipamentos federais inadequados à realidade da nossa região.
11	É necessário ampliar a divulgação de pesquisas sobre a realidade social dos municípios, dirimindo preconceitos em relação às políticas sociais, orientando os cidadãos e formando, assim, um capital social que tenha um melhor entendimento sobre assistência e inclusão social.
12	Atraso nos repasses do governo federal.

COMISSÃO SETORIAL SEGURANÇA	
Forças ou potencialidades da região	
N	Descrição
1	Conhecimento técnico dos Policiais Militares.
2	Envolvimento e comprometimento dos Policiais Militares com as comunidades.
3	Atitudes proativas dos Policiais Militares na solução de conflitos.
4	A formulação e efetivação de políticas de promoção, atendimento, proteção, amparo, defesa e garantia da cidadania, como o Programa Federal Bolsa Família, que impactou na diminuição de furtos de roupas e de comida.
5	A sanção do novo Plano Nacional de Educação, em 2014, que, entre outras prioridades, estabeleceu a oferta de escolas em turno integral, possibilitando que crianças e adolescentes permaneçam mais tempo na escola e estejam menos expostas à criminalidade.
6	Houve uma considerável melhora nos indicadores criminais como furtos, furtos de veículos, homicídio doloso e roubos. Em parte isso se deve ao trabalho da Polícia, que recentemente prendeu algumas quadrilhas, e também ao fato de que os veículos possuem mais tecnologia.
7	A questão da segurança pública tem ganhado visibilidade nos diferentes espaços da sociedade, e há uma compreensão por parte dos cidadãos sobre a importância da resolutividade por meio de importantes reformas políticas.
Fraquezas ou fragilidades da região	
1	Há defasagem de efetivos nas Delegacias de Polícia e nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, ou seja, não há o mínimo estimado de agentes policiais para operacionalização de uma Delegacia de Polícia.
2	Falta de reposição de materiais e equipamentos indispensáveis à prestação dos serviços.
3	Não há um programa de renovação da frota de veículos em longo prazo para a Polícia Civil e para a Polícia Militar, sendo a

	busca por este recurso uma batalha permanente. Além disso, os prédios têm uma série de limitações e demandam melhorias em termos de infraestrutura.
4	É necessário investir em campanhas que promovam uma mudança cultural, pois as pessoas têm hábitos que as colocam em vulnerabilidade em relação à violência.
5	Incentivar a criação de políticas de prevenção efetivas, focadas na atenção à juventude e aos grupos sociais vulneráveis, e na prevenção e combate da violência contra a mulher.
6	É preciso evoluir em questões que são, basicamente, responsabilidade do Estado: reforma das polícias e estabelecimento de uma carreira única; reestruturação do ensino policial; processamento e responsabilização criminal dos autores de crimes violentos intencionais; revisão da política de drogas que superlota presídios e fortalece as facções criminais; mais transparência para a gestão da segurança.

COMISSÃO SETORIAL AGRICULTURA	
Forças ou potencialidades da região	
N	Descrição
1	A crise da produção de soja e de trigo que afetou a região há cerca de 40 anos motivou profissionais da área agropecuária a buscarem por novas alternativas, levando-os à descoberta da vocação leiteira da região. Este trabalho, que foi intenso e envolveu uma série de atores sociais, fez com que a região se consolidasse como um polo leiteiro.
2	Atualmente a economia de muitas famílias da região é sustentada pelos lucros do leite, além de uma série de empresas privadas que se estabeleceram e expandiram seus negócios, possibilitando a geração de emprego e de renda à população.
3	O Programa em Rede de Pesquisa – Desenvolvimento em Sistemas de Produção com Atividade Leiteira na Região Noroeste do Rio Grande do Sul envolve as seguintes instituições: Cooperativa Mista São Luiz, Emater Ascar/RS; Embrapa Pecuária Sul; Fepagro.
4	Há uma diversidade de empresas que atuam na área do leite e que possuem interesse em expandir os negócios, desde a

	produção de lácteos até as melhorias técnicas de produção, de genética, etc. Esta receita contribui para a economia das famílias e para o aumento de receita do poder público.
5	O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) ampliado em 2009 tem por objetivo fornecer produtos da agricultura familiar para merenda escolar no âmbito dos Estados e dos municípios, e isso pode ser considerado um potencial econômico para produção em escala e melhoria de renda para pequenas propriedades familiares.
6	A estrutura fundiária da região é composta, em sua maioria, por estabelecimentos agropecuários de até 50 hectares, ou seja, as terras são bem distribuídas.
7	Produção primária em diferentes setores.
8	Capacidade de ampliação dos negócios e da produção.
Fraquezas ou fragilidades da região	
1	Dificuldade de legalização das agroindústrias e ações fiscalizatórias que dificultam a ampliação da atividade da agricultura familiar.
2	Falta de programas associativos para formar e prestar serviços de mão de obra especializada para atender o meio rural.
3	A cadeia produtiva do leite em grande escala, por vezes, pode elevar o custo de produção e isso se reflete no aumento do preço dos produtos para o consumidor final.
4	O setor de lácteos pouco desenvolve produtos com valor agregado.
5	Precariedade na infraestrutura do meio rural: estradas não asfaltadas; acesso limitado à Internet e à telefonia móvel.
6	Há necessidade de incentivar a comissão setorial da agricultura do Corede para potencializar o Programa Rede de Leite.
7	O atual modelo de produção agrícola favorece a concentração de renda. É necessário, portanto, criar uma solução para a inclusão social da agricultura familiar, para que possam produzir em escala hortaliças e/ou outras alternativas, evitando que famílias migrem para as cidades e vivam em condições sociais precárias.
8	Evasão de mão de obra qualificada para grandes centros.

COMISSÃO SETORIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Forças ou potencialidades da região	
N	Descrição
1	Tecnologia existente e capacitação técnica para agroindústria.
2	Em 2010, a região contava com 87 Microempresas Individuais (MEIs). Em 2015 este número se multiplicou, ultrapassando a casa de 5.242.
3	O setor de serviços tem uma relevante contribuição para a economia da região, representando quase 60% do valor adicionado bruto.
4	Cultura da região no que se refere à indústria metalmeccânica, com mão de obra qualificada e especializada e a baixo custo.
5	Aumento nos investimentos públicos e privados em pesquisa, desenvolvimento e inovação.
6	As mulheres conquistaram, nos últimos anos, mais espaço no mercado de trabalho.
7	Os municípios organizam feiras industriais e comerciais que possibilitam a realização de importantes negócios na região e a movimentação de um volume financeiro considerável.
8	A região possui diversos potenciais, como a presença de diferentes etnias, a localização geográfica, etc.
9	A criação do Simples Nacional, política federal que possibilita uma redução significativa de impostos, contribuiu para a melhoria da <i>performance</i> empresarial.
Fraquezas ou fragilidades da região	
1	Diante do crescimento de Microempreendedores Individuais na região, verifica-se a falta de políticas de apoio e suporte que consolide estes empreendimentos.
2	Necessidade de incentivar o comportamento empreendedor, especialmente entre os jovens, que atualmente preferem atuar como empregados ao invés de abrirem o próprio negócio, o que os possibilitaria gerar mais oportunidades de emprego e renda.
3	As Associações Comerciais e Industriais (ACIs) e os Sindilojas estão desafiados a exercer a prática do diálogo e de intercâmbio, desenvolvendo iniciativas empreendedoras.
4	Necessidade de estimular as Associações Comerciais e

	Industriais a desenvolverem parcerias e ações associativas que venham a contribuir com o coletivo.
5	A região tem um potencial para o turismo de eventos que pode ser mais bem explorado pelos diversos segmentos da sociedade, desde o comércio local, como lojas, até restaurantes, que podem ampliar a oferta gastronômica, atraindo visitantes de outros municípios e/ou regiões.
6	Embora as Universidades da região realizem importantes pesquisas, como boletins de emprego; estudos de comportamento de compra e outros tipos de pesquisas de mercado, é fundamental que se conjugue esforços para que as empresas desenvolvam e/ou tenham acesso a um Sistema de Inteligência de Mercado, que viabilize, permanentemente, indicadores confiáveis para o processo decisório.
7	Ausência de indústria processadora para atender à agroindústria de aves na região.

COMISSÃO SETORIAL INFRAESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA	
Forças ou potencialidades da região	
N	Descrição
1	Houve, nos últimos anos, uma redução considerável de lixo a céu aberto e cerca de 80% dos domicílios nos municípios possuem coleta de lixo.
2	A região recebeu de 2010 a 2015 repasses significativos do governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal (FGTS), para a construção ou aquisição de imóveis, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis e para o aquecimento da economia via construção civil.
3	Políticas públicas federais instituídas de 2008 a 2013 viabilizaram a pavimentação asfáltica e melhorias na infraestrutura, como iluminação pública e pavimentações de ruas e bairros, no âmbito dos municípios. Além disso, houve um considerável incremento nos repasses para a aquisição de maquinários, especialmente para municípios pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania.

4	<p>Houve um crescimento significativo de rádios comunitárias nos municípios, ampliando a pluralidade de informações locais que circulam entre os cidadãos. Ademais, municípios menores possuem rádios tradicionais e jornais impressos, além da transmissão de emissoras de TV regionais.</p>
5	<p>Há uma importante cultura cooperativista na região, o que fortalece as relações institucionais e a busca por soluções de problemas coletivamente. Associações e sindicatos também figuram como importantes atores sociais.</p>
6	<p>O Programa Luz para Todos, a partir de 2005, possibilitou a ligação de energia elétrica pela Cooperluz a mil famílias na área rural, possibilitando a inclusão social destas famílias.</p>
7	<p>A Cooperluz instituiu a partir de 2004 até 2015, três PCHs com potência nominal de 7,702 MW na região Fronteira Noroeste.</p>
8	<p>Na área de distribuição, a Cooperluz investiu nos últimos 5 anos, 25 milhões de reais, com recursos próprios, em projetos de melhoria de qualidade de energia e confiabilidade do sistema.</p> <p>No ano de 2015 foram investidos 7 milhões de reais, com recursos próprios na construção de uma subestação de 69 kV, possibilitando o acesso à rede básica (SIN – Sistema Interligado Nacional).</p> <p>Previsto o investimento de mais 10 milhões de reais, financiados pelo BRDE, durante o ano de 2016 para a conclusão do conjunto de obras que compõem a subestação de 69 kV.</p>
Fraquezas ou fragilidades da região	
1	<p>Mesmo com a ampliação da oferta de energia elétrica, a falta de uma rede trifásica em propriedades em que predomina a agricultura familiar inviabiliza a inserção destes sujeitos em determinadas cadeias produtivas que demandam mais energia.</p>
2	<p>As Estações Rádio Base (ERBs) das empresas de telefonia móvel, instaladas estrategicamente em pontos</p>

	mais altos das cidades, atendem determinados aglomerados populacionais, deixando localidades mais afastadas desprovidas de comunicação.
3	. A instalação de uma rede de fibra ótica no meio rural (tipo de serviço ideal) ainda é restrita a algumas localidades dos municípios de Santa Rosa, Horizontina e Três de Maio.
3	Os municípios de Senador Salgado Filho, Alegria e ainda parte de Porto Vera Cruz não possuem acesso asfáltico.
4	Todo o lixo produzido pela região é recebido por uma única empresa em Giruá – RS, detentora de um aterro sanitário. Há a necessidade de estabelecer concessões para empresas privadas, que atuam na Fronteira Noroeste, contribuindo para qualificar a seleção de lixo, transformando-a num negócio rentável.
5	A lei n 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispõe sobre as diretrizes relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos e às responsabilidades dos geradores de resíduos e do poder público, não foi aplicada no âmbito dos municípios do Corede Fronteira Noroeste.
6	Cerca de 93,41% de domicílios com banheiro ou sanitário são ligados por uma fossa séptica, não sendo um serviço público, mas um dispositivo instalado na propriedade, que é particular. Apenas 3,43% dos domicílios são ligados a uma rede pública de esgoto, e 3,18% constitui a porcentagem de esgoto a céu aberto.
7	Necessidade de melhorar o serviço público, promovendo seminários e encontros de formação para servidores.

5. MATRIZ REGIONAL E DIRETRIZES DO PLANO

Decorrente do conjunto de atividades realizadas durante o processo de planejamento, as principais questões que emergiram são as que seguem:

5.1 Setorial Educação

- Programas de formação continuada voltados aos professores do Ensino Médio e Fundamental. A principal temática levantada é relativa ao tema da inclusão
- Retorno a programas de formação com ênfase ao meio rural
- Modernização de bibliotecas, voltadas à questão da interatividade
- Melhoria da infraestrutura de Internet nas escolas
- Programas de combate à drogadição

5.2 Setorial Saúde

Reorientação do Programa Saúde da Família

- Ampliação dos programas de saúde do idoso
- Aprofundar pesquisas e estudos relacionados ao câncer x agrotóxicos
- Profissionalização dos gestores
- Ampliar programas de saneamento básico

5.3 Setorial Inclusão Social

Aprimoramento do pacto estadual de inclusão social com os municípios

- Ampliação da rede de proteção à mulher, combate à violência contra a mulher
- Programa de habitação decente (há uma parcela vivendo em habitações sem as mínimas condições humanas)
- Estabelecimento de parcerias interinstitucionais para o acolhimento de pacientes em tratamento (álcool e drogas)

5.4 Setorial Segurança

Aumento do efetivo da Brigada Militar e Polícia Civil

- Reposição de frota
- Promoção de campanhas para que as pessoas não se exponham a situações de violência

5.5 Setorial Agricultura

- Programa de agilização da legalização das agroindústrias familiares
- Programas de formação de pessoas com vistas à mão de obra especializada (nível intermediário)
- Melhoria na infraestrutura de energia e comunicações no meio rural
- Fortalecimento do APL leite
- Programas com vistas a fixar a mão de obra no campo

5.6 Setorial Indústria e Comércio

Criação de programas de apoio ao microempreendedor individual

- Ampliar parcerias em âmbito intra e interinstitucional
- Fortalecer o turismo regional
- Criação de um sistema de inteligência de mercado
- Busca de uma alternativa de processamento de aves

5.7 Setorial Gestão Pública

- Ampliação da rede de cobertura de comunicações (Internet e celular)
- Garantir o acesso asfáltico aos municípios de Alegria, São José do Inhacorá e Senador Salgado Filho
- Intensificação de processos de reciclagem e ampliação dos investimentos em reciclagem

PARTE 2

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE

1 – ESTRATÉGIAS

Nesta parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional explanamos de forma concisa as estratégias elencadas para a região que foram discutidas e amplamente debatidas em plenária, por meio de seminários e reuniões com os entes regionais responsáveis pelas oito comissões setoriais descritas no plano de trabalho, que são: *Agricultura, Educação, Saúde, Segurança, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Infraestrutura e Assuntos Públicos.*

Dando continuidade às preocupações do PED 2010-2030, os mesmos dois pilares outrora apresentados fazem-se presente no PED 2015-2030 como indissociáveis, sendo o primeiro o crescimento e desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Dentro destas preocupações, um rol de estratégias macrorregionais foi destacado como essencial para o alcance das metas estabelecidas para o desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste.

2 – REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

MISSÃO

Ser espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em âmbito regional, por meio da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul.

VISÃO

Articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, inclusive colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim, serem construtores de seu próprio modelo de desenvolvimento regional.

VOCAÇÕES

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 1 – formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- 2 – avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação política;
- 3 – constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado;
- 4 – avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado;
- 5 – conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho;
- 6 – intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional;

7 – difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria.

PRINCÍPIOS

1 – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo central da atuação dos Coredes é a promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando competitividade, equidade e sustentabilidade.

2 – AUTONOMIA

O trabalho dos Coredes e de seus membros deve pautar-se pela autonomia, pela isenção e pela neutralidade em relação às diferentes instâncias governamentais, às correntes político-partidárias ou a quaisquer outras organizações da região ou de fora dela.

3 – PLURALIDADE E IDENTIFICAÇÃO DE CONSENSOS

Deve ser estimulada a livre expressão das diferenças de pensamento entre os membros do Conselho. Essa livre expressão deve servir de ponto de partida para um esforço no sentido da identificação de pontos de consenso entre os segmentos que compõem a sociedade da região quanto à forma de promover o desenvolvimento regional.

4 – CONFIANÇA, COOPERAÇÃO, FORMAÇÃO E PARCERIAS

A ação dos Coredes deve contribuir para estreitar os laços de confiança, estimular a cooperação e viabilizar o estabelecimento de parcerias entre os diferentes segmentos da sociedade civil da região, bem como entre esses segmentos e as diferentes instâncias da administração pública na busca do desenvolvimento regional.

3 – PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RS

A Região Fronteira Noroeste tem larga experiência de construção do desenvolvimento por intermédio de processos participativos. A constituição da sua identidade, dos seus valores, vem desde os princípios de sua ocupação. Os que aqui chegaram tiveram pouca ou nenhuma presença do Estado. As escolas e igrejas foram os primeiros espaços públicos nos quais se discutiam os temas comuns relacionados à busca de melhor qualidade de vida.

Nos distintos momentos a região, utilizando múltiplas ferramentas de participação, chegou ao patamar de desenvolvimento no qual se encontra no momento atual. A forte presença das cooperativas mostra a importância dos aspectos da participação social no processo de desenvolvimento. A criação dos Coredes e a ativa participação da sociedade regional, nos seus 25 anos de existência, revela claramente a experiência participativa regional.

A grande marca da região é a presença da agricultura familiar. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), 72% dos estabelecimentos agrícolas da região possuíam menos de 20 hectares. A região é uma das que possui o maior índice de população habitando no meio rural em relação ao restante do Estado do RS.

A pequena agricultura diversificada tem a capacidade de gerar renda de forma amplamente distribuída entre os setores. Os diferentes sistemas de produção presentes na região proporcionam um mosaico produtivo muito particular, proporcionando, a partir dele, o desenvolvimento de várias outras atividades.

Também é importante que se observe que esta paisagem regional vem sendo constituída desde o seu processo de ocupação. Historicamente passou-se pelas fases de uma agricultura de subsistência, da modernização da agricultura e contemporaneamente para a sua inserção definitiva no complexo agroindustrial.

O desenvolvimento observado a partir da agricultura familiar foi o que proporcionou o surgimento da agroindústria de

processamento de produtos locais e outra cadeia importante, a da indústria metalmeccânica.

Hoje, na região, concentram-se desde grandes indústrias de máquinas e equipamentos até a sua cadeia de suprimentos. As pequenas e microempresas do setor metalmeccânico presentes na região são importantes e cumprem importante papel como elo de uma corrente produtiva que é referência nacional.

Ainda, decorrente deste processo, observa-se a agroindústria a jusante do complexo agroindustrial. O processamento de carnes e leite são os dois ramos mais importantes presentes na região. Além deles, um grande número de pequenas agroindústrias, familiares ou não, complementam o complexo. São significativos os esforços empreendidos pelas administrações municipais no sentido de desenvolver este setor.

Outra cadeia produtiva presente na região, de grande importância, é a cadeia madeira-moveleira. Esta cadeia vem se especializando e vem evoluindo desde a produção de móveis sob medida até a produção seriada, fornecendo para o mercado nacional.

De um ponto de vista mais amplo a região tem clara visão relacionada ao seu grande potencial hidrelétrico. A presença de projetos de energia renovável, seja ela oriunda da uma usina de grande porte, de PCHs ou outras fontes alternativas, é retratada nos diversos projetos apresentados na carteira de projetos.

Por fim, a Região Fronteira Noroeste lidera proposições relacionadas à infraestrutura logística da região: os projetos da Ferrosul, da interligação com a Argentina via pontes internacionais, do transporte aeroviário e da integração internacional via acesso à Hidrovia Paraná-Paraguai.

Resultado das discussões, apoiado pelas análises técnicas procedidas, o Corede Fronteira Noroeste tem as seguintes prioridades estratégicas:

1. Incentivar o fortalecimento dos arranjos produtivos locais:
 - a. Estimular a produção de alimentos saudáveis e com tecnologia visando ao fortalecimento dos arranjos produtivos de leite, de

- suínos, de grãos (soja, milho, trigo e outros), da fruticultura e dos hortigranjeiros e da agricultura familiar.
- b. Na cadeia da indústria metalmeccânica.
 - c. Na cadeia da indústria madeira-moveleira.
 - d. Na cadeia produtiva das confecções.
 - e. Fortalecimento da cadeia do turismo.
2. Fomentar investimentos nas fontes de produção energética:
 - a. Hidrelétricas binacionais no Rio Uruguai e as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.
 - b. Estimular a produção de bioenergias limpas tais como: etanol, biodiesel, eólica e outras.
 3. Fomentar a criação de um Centro Vocacional de Tecnologia e Inovação e a constituição de um Parque Tecnológico no Noroeste Gaúcho, com estrutura e localização disseminada e interinstitucional.
 4. Ponte Internacional na região, com destaque ao acesso Porto Mauá/Alba-Posse.
 5. Impulsionar projetos de irrigação (combate às estiagens), agregando os projetos das barragens hidrelétricas na região.
 6. Investir e qualificar a infraestrutura viária e de logística:
 - a. Promover a viabilização dos acessos asfaltados às sedes de todos os municípios da região.
 - b. Instigar a ampliação e qualificação do transporte ferroviário.
 - c. Incentivar a ampliação e qualificação dos serviços aeroviários, com investimentos no Aeroporto Regional de Santo Ângelo.
 7. Fecundar a ampliação de investimentos em ciência e tecnologia e qualificar os acessos à educação técnico-profissional e superior na região. Agregar iniciativas indutoras à inovação e ao empreendedorismo.
 8. Desenvolver projetos de saneamento básico, recuperação das águas pluviais e preservação ambiental.
 9. Propor projetos habitacionais de abrangência urbana e rural.
 10. Granjear o fortalecimento e qualificação dos programas de saúde e de inclusão social, ampliando as alternativas de geração de trabalho e renda.
 11. Incentivar o fortalecimento das políticas públicas de segurança, considerando as características da região de fronteira internacional.

4. ESTRATÉGIAS REGIONAIS

Decorrente do conjunto de atividades realizadas durante o processo de planejamento, as principais diretrizes que emergiram são as que seguem:

1 – Agricultura

Desenvolver uma agricultura produtiva, fortalecida tecnologicamente, diversificada, socialmente e ambientalmente responsável de forma a garantir com plenitude a sua função social de produtora de alimentos para a região, o país e o exterior.

- Programa de agilização da legalização das agroindústrias familiares;
- Programas de formação de pessoas com vistas à mão de obra especializada (nível intermediário);
- Melhoria na infraestrutura de energia e comunicações no meio rural;
- Fortalecimento do APL leite;
- Programas com vistas a fixar a mão de obra no campo;
- Programa de formação de pessoas para atuar na agricultura;
- Programa de formação de pessoas para atuar em tambos de leite;
- Programa de formação de pessoas voltados à sucessão no campo;
- Programa de formação de pessoas voltados à criação de aves;
- Programa de formação em piscicultura;
- Programa de formação em apicultura;
- Programa regional de sistemas agroflorestais;

2 – Infraestrutura e Gestão Pública

Dotar a região de infraestrutura voltada ao desenvolvimento proporcionando competitividade, resolutividade e melhoria nas condições de vida para a população da região.

- Ampliação da rede de cobertura de comunicações (Internet e celular) no meio rural;
- Garantir o acesso asfáltico aos municípios de Alegria, São José do Inhacorá e Senador Salgado Filho;
- Intensificação de processos de reciclagem e ampliação dos investimentos em reciclagem;
- Resolução definitiva dos problemas de estradas vicinais;
- Infraestrutura de energia para agricultura;
- Ponte internacional;
- Aeroporto em Santa Rosa.

3 – Educação:

Constituir um sistema educacional que garanta a qualidade do ensino, a cidadania e igualdade entre os cidadãos.

- Programas de formação continuada voltados aos professores do Ensino Médio e Fundamental. A principal temática levantada é relativa ao tema da inclusão;
- Formação continuada formando professores para o meio rural;
- Projetos de formação continuada com ênfase no uso de novas tecnologias na aprendizagem;
- Modernização de bibliotecas, voltadas à questão da interatividade;
- Melhoria da infraestrutura de Internet nas escolas;
- Programas de combate à drogadição;
- Programa de capacitação de pessoas para atuar na pecuária leiteira;
- Programa de capacitação de agricultura orgânica.

4 – Saúde

Garantir o bem-estar da população criando políticas de saúde que atendam à plenitude das demandas regionais.

- Reorientação do Programa Saúde da Família;
- Ampliação dos programas de saúde do idoso;
- Aprofundar pesquisas e estudos relacionados ao câncer x agrotóxicos;
- Profissionalização dos gestores da saúde;
- Ampliar programas de saneamento básico;

- Fortalecer e manter a 14ª Coordenadoria Regional de Saúde em Santa Rosa, com foco na regionalização da atenção e gestão do SUS;
- Projeto de investigação da mortalidade infantil na Região Fronteira Noroeste;
- Projeto de avaliação de resíduos agrotóxicos em hortaliças comercializadas na região;
- Programa de capacitação sobre o uso de agrotóxicos;
- Programa de ampliação de estruturas hospitalares.

5 – Indústria e Comércio

Constituir na região um ambiente empresarial que proporcione crescimento das empresas por meio do empreendedorismo, inovação tecnológica e geração de resultado econômico que resulte em desenvolvimento regional.

- Criação de programas de apoio ao microempreendedor individual;
- Ampliar parcerias em nível intra e interinstitucional;
- Fortalecer o turismo regional;
- Criação de um sistema de inteligência de mercado;
- Busca de uma alternativa de processamento de aves;
- Programa para formação de gestores empresariais;
- Programa para formação de pessoas na área técnica;
- Programa para formação de pessoas para o artesanato;
- Programa para formação de pessoas para comercialização (atendimento ao cliente);

6 – Segurança Pública

Por meio da busca constante de melhorias nos recursos físicos, tecnológicos e aprimoramento do efetivo atuando de forma integrada com a sociedade. Proporcionar aos cidadãos da região um sistema de segurança pública baseado no respeito à vida.

- Aumento do efetivo da Brigada Militar e Polícia Civil;
- Reposição de frota;

- Promoção de campanhas para que as pessoas não se exponham a situações de violência.
- Formação continuada para policiais militares na região pela instalação de escolas de formação na Região Fronteira Noroeste;
- Disponibilidade de projetos e convênios (federal e estadual) para suprir materiais e equipamentos para atividade policial.

7 – Inclusão Social

Promover o respeito à diversidade buscando igualdade, dignidade e a cidadania, garantindo os direitos humanos e construindo um sistema de justiça social.

- Aprimoramento do pacto estadual de inclusão social com os municípios;
- Ampliação da rede proteção à mulher e combate à violência contra a mulher;
- Programa de habitação decente (há uma parcela vivendo em habitações sem as mínimas condições humanas);
- Estabelecimento de parcerias interinstitucionais para o acolhimento de pacientes em tratamento (álcool e drogas);
- Projetos de capacitação em justiça restaurativa;
- Projeto de construção de estabelecimentos para acolhimento de pacientes dependentes químicos em tratamento.

5 – PROPOSTAS PRIORITÁRIAS DA REGIÃO FUNCIONAL

1. Estratégias integradas e cooperadas de estabelecimento das prioridades dos planos estratégicos regionais, promovendo o fortalecimento das instituições, das estruturas de governança (Coredes, Comudes e outros) e da promoção do desenvolvimento sustentável da região.
2. Fortalecer e desenvolver programas de fomento, capacitação e integração do empreendedorismo, por intermédio de redes de cooperação (horizontais e verticais) de empresas (*clusters*-arranjos).
3. Fomentar a criação de um Centro Vocacional de Tecnologia e Inovação e a constituição de um Parque Tecnológico no Noroeste Gaúcho, com estrutura e localização disseminada e interinstitucional.
4. Investimento nas fontes de produção energética: exemplos das Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCHs e a produção de bioenergias – renováveis (etanol e biodiesel).
5. Incentivo às cadeias produtivas: alimentos/agronegócios/agroindustrialização (leite, suínos, grãos, hortigranjeiros, fruticultura, agricultura familiar), metalmecânica, madeira-moveleira, confecções e turismo).
6. Qualificação da infraestrutura viária:
 - a. Acessos asfaltados às sedes de todos os municípios da RF-7.
 - b. Pontes internacionais sobre o Rio Uruguai com Argentina e a habilitação alfandegária dos que ainda não a possuem: Porto Mauá, Porto Xavier e Porto Soberbo. Ponte interestadual entre Guarita/RS e Itapiranga/SC.
 - c. Ampliação e qualificação do transporte ferroviário, com criação da Ferrosul.
 - d. Qualificação do transporte aéreo e investimento tecnológicos e de infraestrutura nos aeroportos de Santo Ângelo, Santa Rosa, Ijuí, Horizontina e Campo Novo.
 - e. Transporte hidroviário: abrangendo a Bacia do Prata (Rio Paraná, Porto de Sant´ana, Misiones e Argentina).

7. Qualificação do turismo, com destaque para as Rotas Turísticas das Missões, do Yucumã e do Rio Uruguai; apoio aos potenciais turísticos do Santuário dos Mártires do Alto Uruguai e outros. Valorização e preservação das identidades históricas, socioculturais e ambientais da região.
8. Ampliar investimentos na educação, ciência e tecnologia, educação técnico-profissional e superior, valorização das instituições comunitárias e políticas de integração entre Estado/universidades/empresas/comunidade.
9. Fundo Estadual para Emergências, para atenuar os impactos causados pelas oscilações climáticas, com a expansão dos projetos de irrigação e fomento às atividades compatíveis com novos fenômenos agroclimáticos.
10. Programa Permanente de Recuperação e Preservação do Meio Ambiente, com ênfase aos projetos de saneamento, águas fluviais, matas ciliares, entre outros.
11. Fortalecimento e qualificação dos sistemas e programas na área da saúde, com investimentos tecnológicos e serviços de média e alta complexidade na região, e instalação de hospitais federais na região.
12. Fortalecimento das políticas públicas de segurança, com combate à criminalidade, tráfico de drogas, descaminhos e outros ilícitos na região de fronteira, investimentos tecnológicos e de infraestrutura e desenvolvimento de recursos humanos.

6 – CARTEIRA DE PROJETOS

Nesta seção é apresentada a Carteira de Projetos da Região Fronteira Noroeste. No Quadro 4 são apresentados e enumerados as estratégias e os Projetos constantes neste plano. No Quadro 4 são apresentados e enumerados os Projetos da Região Funcional 7.

Quadro 4 – Relação da Estratégias e respectivos títulos dos projetos que integram a Carteira de Projetos da Região Fronteira Noroeste

Nº	Estratégias e Títulos dos Projetos
Estratégia 1 – Desenvolver uma agricultura produtiva, fortalecida tecnologicamente, diversificada, socialmente e ambientalmente responsável de forma a garantir com plenitude a sua função social de produtora de alimentos para a região, o país e o exterior.	
1	Sistemas Agroflorestais como Atividade Inovadora para Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Leite no Noroeste do Rio Grande do Sul
2	Desenvolvimento da Agroindústria
3	Fortalecimento da Apicultura
4	Capacitação Técnica Gerencial dos Agricultores Familiares
5	Qualificação técnica de viveiristas
6	Fortalecer o associativismo e o cooperativismo na região.
7	Promover a qualificação profissional e cidadã dos agricultores familiares integrada aos valores regionais.
8	Apoio ao Desenvolvimento da Piscicultura e Pesca
9	Criar um programa regional de qualificação na gestão da propriedade
10	Consolidar o APL Leite da Fronteira Noroeste
11	Adoção do Selo de Origem dos Produtos da Fronteira Noroeste
12	Viabilizar o estabelecimento do sistema de atenção à sanidade agropecuária na Região Fronteira Noroeste.
13	Ampliação do Conhecimento em Inovação e Tecnologia no Meio Rural (projeto-piloto)
14	Uso das águas da Barragem da UHE Panambi para Irrigação
Estratégia 2 – Dotar a região de infraestrutura voltada ao desenvolvimento proporcionando competitividade, resolutividade e melhoria nas condições de vida para a população da região.	

15	Elaboração de Plano da Bacia dos Rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo.
16	Promover o Projeto de Saneamento Regional: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e tratamento de resíduos (urbanos, rurais e industriais).
17	Pavimentação asfáltica aos acessos municipais e melhorias nos acessos aos núcleos urbanos.
18	Gerenciamento e Recuperação Ambiental – Recuperação de Matas Ciliares.
19	Resíduos Sólidos
20	Proteção a Biodiversidade
21	Infraestrutura – Melhorias nos Aeroportos de Santa Rosa e Horizontina.
22	Título: Construção de Cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas.
23	Elaboração e revisão dos Planos Diretores Municipais e zoneamento ambiental e urbanístico.
24	Instalação de uma Usina de Etanol
25	Elaboração e Aplicabilidade de Planos de Mobilidade Urbana.
26	Fomentar a instalação de sistemas de energia distribuída.
27	Fomentar as dimensões de inovação e empreendedorismo junto as empresas, organizações do terceiro setor e setor público da região Fronteira Noroeste
28	Elaboração e implementação de plano de uso, manejo e conservação do solo e da água.
Estratégia 3 – Constituir um sistema educacional que garanta a qualidade do ensino, a cidadania e a igualdade entre os cidadãos.	
29	Ações de Formação Continuada para Docentes do Meio Rural.
30	Formação Continuada na Área da Inclusão.
31	Formação Continuada – Uso de Novas Tecnologias na Aprendizagem.
32	Modernização de Bibliotecas – Interatividade.
Estratégia 4 – Garantir o bem-estar da população instituindo políticas de saúde que atendam à plenitude das demandas regionais.	
33	Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos em hortaliças consumidas na Região Noroeste do Estado do RS e ações educacionais ao trabalhador rural.
34	Fortalecimento das ações da 14ª Coordenadoria de Saúde.
Estratégia 5 – Constituir na região um ambiente empresarial que proporcione crescimento das empresas por meio do empreendedorismo, inovação tecnológica e geração de resultado econômico que se converta em desenvolvimento econômico regional.	

35	Qualificação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade.
36	Capacitação de Gestão de MPEs do Setor Metalmeccânico.
37	Fomento à infraestrutura de turismo decorrente do lago da UHE Panambi
38	Criação de um sistema de inteligência de mercado.
Estratégia 6 – Mediante a busca constante de melhorias nos recursos físicos, tecnológicos e aprimoramento do efetivo atuando de forma integrada com a sociedade, proporcionar aos cidadãos da região um sistema de segurança pública baseado no respeito à vida.	
39	Aumento de Efetivo da Segurança Pública.
40	Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.
41	Projeto de redução de acidentes
Estratégia 7 – Promover o respeito à diversidade buscando igualdade, dignidade e a cidadania, garantindo os direitos humanos e construindo um sistema de justiça social.	
41	Oficinas de práticas restaurativas.
42	Geração de renda visando à inserção/inclusão/redução da pobreza e assistência social voltadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família (projeto-piloto).
43	Habitação para famílias em situação de vulnerabilidade social.
44	Fortalecimento do Estatuto do Idoso e das normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa.
45	Estruturação dos Serviços de Assistência Social Básica.
46	Profissionalização de jovens carentes.
47	Residência Inclusiva.

ESTRATÉGIA 1

Desenvolver uma agricultura produtiva, fortalecida tecnologicamente, diversificada, socialmente e ambientalmente responsável de forma a garantir com plenitude a sua função social de produtora de alimentos para a região, o país e o exterior.

Projeto 1 Prioridade 8

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Sistemas Agroflorestais como Atividade Inovadora para Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Leite no Noroeste do Rio Grande do Sul

Localização: Corede Fronteira Noroeste, Corede Celeiro e Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: 1ª etapa: R\$ 2.961.000,00 e 2ª etapa R\$ 3.344.000,00, totalizando R\$ 6.305.000,00.
Duração do projeto: 1ª etapa 48 meses e 2ª etapa 72 meses, totalizando 120 meses.
Responsável pela implementação: Fidene/Unijuí
Escopo: O Projeto desenvolverá ações de pesquisa, formação técnica e de atuação direta nos produtores, preferencialmente ligados à Rede Leite, para instalação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em propriedades rurais.
Responsável: Osório Antônio Lucchese – Unijuí
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo: Construir uma ação regional para aumento da sustentabilidade produtiva na Cadeia Produtiva do Leite com a conversão de sistemas tradicionais de produção em SAFs (especialmente silvipastoris, SSPs); promovendo ações de qualificação de pessoal técnico, de comunicação, de pesquisa para conversão e qualificação das atividades produtivas junto a produtores ligados especialmente à Rede Leite.</p>
<p>Justificativa O presente projeto será realizado partindo de demandas observadas nas Unidades Operacionais da Rede Leite, nas quais se observa diminuição da produtividade de leite em períodos de calor. Essa queda na produção de leite é decorrente das elevadas temperaturas observadas durante o verão no RS. Essa elevada temperatura tem reflexos na cadeia de produção relativos à diminuição da ingestão de alimento pelos animais e à menor oferta de forragem pela condição de deficiência hídrica, que afeta o crescimento e desenvolvimento das plantas. Nos bovinos a menor ingestão de alimento é proporcionada pelo desconforto térmico, pois os animais na sua maioria são de origem europeia e, portanto, sensíveis às temperaturas elevadas. Com isso, o animal diminui o consumo de alimento, que atrelado à elevada taxa respiratória leva à queda na produtividade de leite. Em relação às forrageiras o efeito da elevada temperatura do ar geralmente está combinado à pouca disponibilidade hídrica no solo, o que ocasiona déficit hídrico às plantas, levando-as a reduzirem seu crescimento e desenvolvimento, comprometendo a oferta de massa seca aos animais. O projeto, portanto, propõe-se a resolver este problema por meio da pesquisa, validação e apropriação pelos produtores de ambientes mais adequados para a produção de leite. Esses ambientes são denominados de Sistemas Agroflorestais. Nos SAFs o ambiente é mais restritivo quanto à disponibilidade de radiação solar, que pode comprometer o crescimento de</p>

<p>algumas espécies forrageiras, no entanto esse ambiente é de melhor conforto térmico aos animais. Assim sendo, inicialmente deve-se identificar as espécies forrageiras que apresentam desenvolvimento com qualidade neste ambiente e a aceitação dos animais a estas forragens. Com isso será constituído um ambiente que naturalmente possibilite a produção de forragens, madeira e criação dos bovinos leiteiros com conforto térmico. Ao se constituírem esses ambientes nas propriedades os agricultores não terão mais problemas relativos à queda na produção de leite devido às altas temperaturas. Além disso, espera-se melhorar a condição de saúde dos animais com ganhos no manejo clínico dos rebanhos, pela menor administração de medicamentos e aumento na sustentabilidade ambiental.</p>
<p>Beneficiários: Produtores de leite da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente ligados ao Programa Rede Leite.</p>
<p>Resultados pretendidos: Qualificar 160 técnicos de nível superior e médio para construção e manejo de SAFs, constituindo forte base de pesquisa a ser disponibilizada aos 8 mil produtores de leite na região; estabelecendo, pelo menos, 400 SAFs em propriedades com sistemas tradicionais de produção. Produzindo ampla base teórica e metodológica em SAFs, com ênfase em sistemas silvipastoris.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>1ª ETAPA: 48 meses</p>
<p>Produto 1: Constituição de conjunto de experimentos junto ao IRDeR, em Augusto Pestana, para validação de sistemas agroflorestais, com ênfase em sistemas silvipastoris. Meta: Coleta de dados de pesquisa para elaboração de 15 artigos científicos de pesquisa Custo: R\$150.000,00 Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 2: Curso de Sistemas Agroflorestais para Técnicos de Nível Superior e Médio Custo: R\$120.000,00 Meta: quatro cursos de 70 horas capacitando 160 técnicos Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 3: I Seminário Internacional em Sistemas Agroflorestais Custo: R\$ 150.000,00 Meta: Realizar um seminário com a participação de 600 profissionais e</p>

estudantes da área e publicação dos Anais do encontro.
Prazo: 48 meses
Produto 4: Dias de Campo em Sistemas Silvopastoris
Custo: R\$ 20.000,00
Meta: em quatro dias de campo reunir 2.800 participantes
Prazo: 48 meses
Produto 5: Oficinas de SAFs com produtores
Custo: R\$ 20.000,00
Meta: capacitar 160 produtores
Prazo: 48 meses
Produto 6: Reestruturação do Viveiro Regional de Produção de Mudas Florestais do IRDeR
Custo: R\$ 250.000,00
Meta: produção de 1 milhão de mudas para o Projeto
Prazo: 12 meses
Produto 7: Constituição de infraestrutura básica para desenvolvimento e acompanhamento do Projeto
Custo: R\$225.000,00
Meta: Aquisição de veículos e equipamentos para instalação e acompanhamento do Projeto.
Prazo: 12 meses
Produto 8: Estabelecimento de SAFs nas Unidades de Produção Agropecuária (UPA)
Custo: R\$ 1.000.000,00
Meta: 180 unidades
Prazo: 48 meses
Produto 9: Acompanhamento técnico e monitoramento das UPAs com SAFs
Custo: R\$ 1.026.000,00
Meta: Contratar um técnico exclusivo para o projeto e acompanhar todo o processo de articulação, mobilização, criação e monitoramento das unidades de SAFs.
Prazo: 48 meses
2ª ETAPA: 72 meses (49º ao 120º mês)
Produto 10: Dias de Campo em Sistemas Silvopastoris
Custo: R\$ 30.000,00
Meta: realizar seis dias de campo e reunir 3.800 participantes
Prazo: 72 meses
Produto 11: Oficinas de SAFs com produtores
Custo: R\$ 30.000,00
Meta: capacitar 240 produtores

Prazo: 72 meses
Produto 12: Introdução e acompanhamento de SAFs nas Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) Custo: R\$ 1.600.000,00 Meta: 220 unidades Prazo: 72 meses
Produto 13: Acompanhamento técnico e monitoramento das UPAs com SAFs Custo: R\$ 1.544.000,00 Meta: Contratar um técnico exclusivo para o projeto e acompanhar todo o processo de articulação, mobilização, criação e monitoramento das unidades de SAFs. Prazo: 72 meses
Produto 14: 2º Seminário Internacional em Sistemas Agroflorestais Custo: R\$ 150.000,00 Meta: Realizar um seminário com a participação de 600 profissionais e estudantes da área e publicação dos Anais do encontro. Prazo: 11º mês
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Grupo de Professores do Curso de Agronomia e Medicina Veterinária da Unijuí. Grupo de Pesquisadores da Embrapa Pecuária Sul (Bagé), Clima Temperado (Pelotas) e Florestas (Colombo-PR). Grupo Técnico da Emater atuando na Rede Leite.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria, Emater/RS – Regional Ijuí, Embrapa, prefeituras dos Coredes Noroeste Colonial, Celeiro e Salto do Jacuí.
Organizações parceiras: Unijuí e Programa Rede Leite.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Fapergs (SCTI), Secretaria de Agricultura e Abastecimento do RS; Fundo Estadual do Meio Ambiente (Sema/RS), Ministério da Agricultura, Fundo Nacional do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente), Banco Mundial, PNUD/ONU.
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros: Disponibilização de Recursos para Fidene/Unijuí e Emater Regional de Ijuí.

6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.546.000,00 (investimentos) R\$ 4.759.000,00 (despesas correntes)
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras no Viveiro Regional de Produção de Mudanças Florestais, aquisição de veículos, aquisição de equipamentos (computadores, projetores multimídias, equipamentos meteorológicos e de armazenamento de dados, equipamentos para manejo florestal...), mudas florestais, arame, tela, material bibliográfico.
Despesas Correntes: combustível, diárias para alimentação e hospedagens, pagamento de técnico (salário e despesas e/ou serviços de terceiros) e serviços de terceiros.
Investimentos (I) e despesas correntes (DC) por produto:
Produto 1: R\$ 100.000,00 (I) + R\$ 50.000,00(DC)
Produto 2: R\$ 10.000,00 (I) + R\$ 110.000,00(DC)
Produto 3: R\$ 20.000,00 (I) + R\$ 130.000,00(DC)
Produto 4: R\$ 20.000,00(DC)
Produto 5: R\$ 1.000,00 (I) + R\$ 19.000,00(DC)
Produto 6: R\$ 250.000,00 (I)
Produto 7: R\$ 225.000,00 (I)
Produto 8: R\$ 300.000,00 (I) + R\$ 700.000,00(DC)
Produto 9: R\$ 76.000,00 (I) + R\$ 950.000,00(DC)
Produto 10: R\$ 30.000,00(DC)
Produto 11: R\$ 30.000,00(DC)
Produto 12: R\$ 480.000,00 (I) + R\$ 1.120.000,00(DC)
Produto 13: R\$ 64.000,00 (I) + R\$ 1.480.000,00(DC)
Produto 14: R\$ 10.000,00 (I) + R\$ 140.000,00(DC)
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1: 0 a 48 meses
Produto 2: 0 a 24 meses
Produto 3: 40 a 48 meses
Produto 4: 6 a 40 meses
Produto 5: 6 a 40 meses
Produto 6: 0 a 6 meses
Produto 7: 0 a 3 meses
Produto 8: 6 a 48 meses
Produto 9: 2 a 48 meses
Produto 10: 54 a 114 meses
Produto 11: 54 a 114 meses

Produto 12: 50 a 120 meses
Produto 13: 50 a 120 meses
Produto 14: 98 a 110 meses

Projeto 2 Prioridade 6

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
1 – Título: Desenvolvimento da Agroindústria
Localização: Corede Fronteira Noroeste
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.750.000,00
Duração do projeto: 2017-2023
Responsável pela realização: Secretarias Municipais de Agricultura
Escopo: Financiamento à agroindústria para aquisição de equipamentos, construção civil e aquisição de veículos; consultoria técnica e apoio à comercialização das agroindústrias financiadas.
Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Emater
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico possibilitando aos agricultores agregação de valor aos seus produtos.
Justificativa: A busca de oportunidades em grandes centros faz com que prevaleça o esvaziamento populacional em regiões menos desenvolvidas, gerando, assim, bolsões de pobreza. Além disso, a economia da Fronteira Noroeste é altamente dependente do setor agrícola, porém não avançou em agregação de matéria-prima.
Beneficiários: Agricultores familiares, produtores formais e informais, que sejam ou não associados a cooperativas e empresas.
Resultados pretendidos: Criar oportunidades de trabalho e renda; manter a qualidade da alimentação da população regional; ampliar o associativismo e a organização em cooperativas.
Alinhamento estratégico: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Financiar ampliação e melhorias nas agroindústrias familiares da região.
Meta: Ampliar 75% do valor movimentado pelas agroindústrias da região.
Custo: R\$ 5.000.000,00
Prazo: 60 meses

Produto 2: Consultoria Técnica para melhoria da gestão e apoio à comercialização dos produtos das agroindústrias.
Custo: R\$ 750.000,00
Meta: Consolidar 80% dos empreendimentos agroindustriais da região.
Prazo: 60 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Secretarias de Agricultura, Emater, Senar, instituições de ensino técnico e IES.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Secretarias Municipais de Agricultura; Emater/Ascar; Sebrae; Instituto Federal Farroupilha de Panambi; Unijuí.
Organizações parceiras: Banrisul, Banco do Brasil, BRDE, Sicredi, Crenor
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: BNDES e Ministério da Agricultura.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Ministério da Agricultura; BNDES.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 5.000.000,00
Produto 2: R\$ 750.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017 – Projeto executivo
2019 – Lançamento do projeto
2023 – Avaliação e divulgação dos resultados

Estratégia 1 – Projeto 3 Prioridade 13

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento da Apicultura

Localização: Corede Fronteira Noroeste
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.350.000,00
Duração do projeto: 2017-2023
Responsável pela realização: Técnicos da Emater
Escopo: Oferecer cursos que possibilitem a melhor gestão de apiários, bem como boas práticas de processamento e manejo para altas produtividades. Além disso, subsidiar o equipamento de unidades de extração de mel e entrepostos, oferecendo assistência técnica específica. Por fim, criar um selo de qualidade do mel no âmbito regional.
Responsável: Emater
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fortalecer a capacidade produtiva dos apicultores possibilitando a transformação da apicultura em atividade alternativa de diversificação da produção com profissionalismo e eficiência. Proporcionar aumento de renda dos produtores familiares. Aumentar a produção em 10% ao ano.
Justificativa: A apicultura destaca-se como uma atividade que diversifica a produção agrícola e reduz o risco de que os pequenos produtores rurais caiam na marginalidade. Apesar de que na Fronteira Noroeste tem sido constatada a criação de abelhas, as técnicas empregadas pelos apicultores ainda são rudimentares, as quais não geram recursos financeiros que impactem o desenvolvimento da região. Deste modo é necessário possibilitar aos apicultores novas técnicas de produção, para que consigam explorar todo o potencial desta região para atividade apícola. A presença de abelhas tem grande importância para o desenvolvimento de algumas culturas. Exemplo: fruticultura e a canola.
Beneficiários: Pessoas físicas ou jurídicas, inclusive empresários (apicultores) registrados na Junta Comercial, cooperativas de produtores e associações de produtores de mel.
Resultados pretendidos: Promover a criação de abelhas na região com técnicas adequadas e que proporcionem rentabilidade.
Alinhamento estratégico: Fortalecer a cadeia produtiva de alimentos, com destaque a produção de mel e a agregação de valor.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Cursos técnicos de apicultura voltadas aos produtores familiares
Meta: Realizar, no mínimo, 10 cursos em cinco anos.
Custo: R\$ 350.000,00
Prazo: 60 meses

<p>Produto 2: Subsídio à aquisição de equipamento e unidades de extração de mel Custo: R\$ 675.000,00 Meta: Subsidiar a aquisição de 200 equipamentos de extração de mel. Prazo: 60 meses</p>	
<p>Produto 3: Instalação de 3 entrepostos de comercialização de mel na região Custo: R\$ 150.000,00 Meta: Aumentar o volume de mel comercializado em torno de 10% ao ano nos próximos 5 Prazo: 60 meses</p>	
<p>Produto 3: Criar selo de qualidade do mel produzido na região. Meta: Proporcionar credibilidade ao mel produzido na região. Custo: R\$150.000,00</p>	
<p>Meta: Consolidar a imagem do mel do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul em todo o território do sul do Brasil, na região fronteira com a Argentina, Uruguai e Paraguai.</p>	
<p>Prazo: 60 meses</p>	
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>	
<p>Equipe do Projeto: Emater/Ascar, Sebrae, Agit/Unijuí, UFFS</p>	
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Emater, Sebrae, Secretarias de Agricultura dos municípios, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT/RS), Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.</p>	
<p>Organizações parceiras: Emater, Sebrae, Unijuí, UFFS, Associações de Apicultores.</p>	
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>	
<p>Fonte de Financiamento: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).</p>	
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>	
<p>Desapropriação: Não</p>	
<p>Licença Ambiental: Sim</p>	
<p>Licitação: Sim</p>	
<p>Outros:</p>	
<p>6 – RECURSOS DO PROJETO</p>	
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 1.175.000,00</p>	
<p>Fontes de recursos: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).</p>	
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não</p>	
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não</p>	
<p>Investimentos: R\$ 675.000,00</p>	
<p>Despesas Correntes: R\$ 175.000,00</p>	
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>	
<p>Produto 1: R\$ 50.000,00</p>	
<p>Produto 2: R\$ 75.000,00</p>	

Produto 3: R\$ 50.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017 – Projeto executivo
2019 – Lançamento do projeto
2023 – Avaliação e divulgação dos resultados

Estratégia 1 – Projeto 4 – Prioridade 5

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Capacitação Técnica Gerencial dos Agricultores Familiares
Localização: Corede Fronteira Noroeste
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Emater
Escopo: Capacitação de agricultores familiares com vistas a instalar sistemas gerenciais de acordo com as normas ambientais.
Responsável: Secretaria da Agricultura, Sema e IES.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Capacitação técnica gerencial e ambiental à produção dos empreendimentos agrícolas.
Justificativa: A questão ambiental é tema da ordem do dia. A agricultura familiar, apesar de receber assistência técnica das cooperativas, Emater, prefeituras e outros órgãos, resente-se de um maior entendimento da legislação ambiental em vigor. A importância do correto cumprimento das normas estabelecidas é de suma importância para a melhoria das condições ambientais da região. Além de que, a competência técnico-gerencial é fundamental para a obtenção de resultado econômico nas propriedades.
Beneficiários: Produtores familiares da região Fronteira Noroeste.
Resultados pretendidos: Produtor capacitado.
Alinhamento Estratégico: Dimensão agricultura.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Realizar diagnóstico das necessidades de capacitação, constituir equipe técnica e criar material didático.
Meta: Preparar equipe e material didático para ministrar cursos de capacitação para 800 agricultores
Custo: R\$ 50.000,00
Prazo: 6 meses
Produto 2: Capacitação de agricultores familiares em gestão da propriedade
Custo: R\$ 250.000,00

Meta: Capacitar 800 agricultores familiares															
Prazo: 36 meses															
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:															
Equipe do Projeto: Técnicos da Emater e prefeituras.															
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras e Emater															
Organizações parceiras: IES, Secretaria Estadual da Agricultura, Sema e Emater.															
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Fonte de Financiamento: Seapi e MDA															
Elaboração de Projeto Executivo: Não															
Desapropriação: Não															
Licença Ambiental: Não															
Licitação: Não															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00															
Fontes de recursos: Governo do Estado do RS, Prefeituras, Cooperativas e Sindicatos															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim															
Investimentos:															
Despesas Correntes: Transporte, alimentação e aluguéis de espaços e equipamentos.															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1:															
Produto 2:															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1		x													
Produto 2		x	x	x	x										

Estratégia 1 – Projeto 5 – Prioridade 14

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título: Qualificação técnica de viveiristas	
Localização: Corede Fronteira Noroeste	
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000,00	
Duração do projeto: 24 meses	

Responsável pela instituição: Corede, Emater e Sebrae
Escopo: Realizar jornadas de capacitação técnica para viveiristas com vistas a melhorar a qualidade das mudas produzidas na região
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar viveiristas e fomentar o aumento do uso de tecnologia na produção de mudas frutíferas e nativas com o objetivo de melhorar a qualidade das mudas e garantir maior sanidade dos produtos
Justificativa: O estabelecimento de pomares frutíferos, a pecuária leiteira produzindo em harmonia com sistemas agroflorestais e o reflorestamento com objetivos econômicos são alguns dos projetos propostos pelo Plano Estratégico em elaboração. Desta forma, a demanda por mudas arbóreas tende a aumentar exponencialmente, abrindo-se então um importante mercado a produção de mudas. Garantir o vigor, a sanidade e a reprodução das mais diversas espécies vegetais é fundamental para que se alcance qualidade nas matrizes produzidas. A presença de um grande número de produtores na região, os quais cumprem papel de geradores de mudas para o mercado, necessitam de apoio técnico adequado. À medida que o Estado do Rio Grande do Sul e a região apresentam projetos de ampliação da cobertura vegetal arbórea, o setor dos produtores de mudas passa a assumir papel importante no sentido da disseminação de plantas na região.
Beneficiários: Estabelecimentos viveiristas e agricultores da Região Fronteira Noroeste
Resultados pretendidos: Capacitar os viveiristas para a melhoria da qualidade das mudas. No curto prazo, melhorar a qualidade das mudas produzidas. No médio e longo prazos, aumentar a cobertura florestal e incrementar a fruticultura na região.
Alinhamento Estratégico: Dimensão Agricultura
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Cursos e oficinas de capacitação técnica para viveiristas. Meta: Capacitação de 40 viveiristas da Fronteira Noroeste Prazo: 36 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Emater, IRDeR
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretarias Municipais de Agricultura, Senar, Secretaria do Meio Ambiente, Fepam, Secretaria da Agricultura e Pecuária e Irrigação.

Organizações parceiras: Universidades, Cofron, Corede FN																
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO																
Elaboração de Projeto Executivo: Sim																
Desapropriação: Não																
Licença Ambiental: Não																
Licitação: Sim																
Outros:																
6 – RECURSOS DO PROJETO																
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000,00																
Fontes de recursos: Seapi																
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim																
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim																
Investimentos: R\$ 60.000,00																
Despesas Correntes: –																
Investimentos e despesas correntes por produto:																
Produto 1: – R\$ 60.000,00																
7– CRONOGRAMA DO PROJETO																
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
Produto																
1	x	x	x	x	x											

Estratégia 1 – Projeto 6 Prioridade 7

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO																
Título: Fortalecer o associativismo e o cooperativismo na região.																
Localização: Região da Fronteira Noroeste																
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.100.000,00																
Duração do projeto: 48 meses																
Responsável pela execução: Corede Fronteira Noroeste																
Escopo: Criação de associações e cooperativas para produção, comercialização de produtos e compra de insumos agropecuários.																
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO																
Objetivo: Contribuir na criação e fortalecimento de associações e cooperativas em comunidades locais.																
Justificativa:																
O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Dessa forma, fundamental são as ações cooperativas já existentes e novas, ampliação da qualificação do produtor rural, da infraestrutura rural e fortalecimento das cadeias produtivas.																
Na região da Fronteira Noroeste o cooperativismo é algo do cotidiano das																

<p>peças. Existe a cultura implantada. A presença de grandes cooperativas tem significativa importância no desenvolvimento regional, entretanto existem lacunas que estas não conseguem cobrir em termos do desenvolvimento local. A criação e o fomento de ações associativas ou pequenas cooperativas são alternativas para resolver uma série de demandas específicas das comunidades.</p> <p>As atividades de apoio à criação e formação em cooperativismo estão na ordem do dia do cotidiano das comunidades.</p>
<p>Beneficiários: População rural da Fronteira Noroeste.</p>
<p>Resultados pretendidos: Aumento da produtividade e maximização de resultados</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Articulação de entidades para a criação de associações visando à compra de insumos e máquinas agrícolas, beneficiamento e venda de produtos agropecuários.</p> <p>Meta: Criação de associações para compra de insumos e máquinas agrícolas em no mínimo uma comunidade rural por município.</p> <p>Custo: R\$ 40.000,00</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 2: Formação de um grupo técnico composto de representantes de entidades relacionadas às cadeias produtivas de alimentos da região, para estudo da viabilidade da criação de novas cooperativas e associações.</p> <p>Meta: Definição de critérios de associações e cooperativas.</p> <p>Custo: R\$ 60.000,00</p> <p>Prazo: 6 meses</p>
<p>Produto 3: Criação de pelo menos 10 cooperativas/associações na região.</p> <p>Meta: Instalação e consolidação de no mínimo 10 cooperativas com acompanhamento técnico.</p> <p>Custo: R\$ 700.000,00 para fomento de ações de cada cadeia divididos em 5 anos.</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 4: Acompanhamento técnico das cooperativas por meio de equipe especializada.</p> <p>Meta: Acompanhar tecnicamente as cooperativas durante três anos.</p> <p>Custo: R\$ 300.000,00 para fomento de ações de cada município em 3 anos.</p> <p>Prazo: 36 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Secretarias Municipais da Agricultura, Emater, Sescoop</p>

Órgãos Públicos Envolvidos: SESCOOP, Cooperativas, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), SEAPI, Secretarias Municipais de Meio Ambiente ou Similares, Secretarias Municipais da Agricultura ou Similares																
Organizações parceiras: Empresas, cooperativas, Universidades, Associações de Municípios, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, EMATER; Secretarias e Conselhos Municipais de Agricultura; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.																
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO																
Elaboração de Projeto Executivo: Sim																
Desapropriação: Não																
Licença Ambiental: Não																
Licitação: Não																
Outros:																
6 – RECURSOS DO PROJETO																
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00																
Fontes de recursos: SESCOOP e cooperativas, SARC																
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim																
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim																
Investimentos: R\$ 1.000.000,00																
Despesas Correntes: 0,00																
Investimentos e despesas correntes por produto:																
Produto 1: R\$ 40.000,00																
Produto 2: R\$ 60.000,00																
Produto 3: R\$ 700.000,00																
Produto 4: R\$ 300.000,00																
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO																
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
Produto 1	x	x	X	x												
Produto 2	X	x	X													
Produto 3		x	x	x	x											
Produto 4			x	x	x	x	x									

Estratégia 1 – Projeto 7 – Prioridade 1

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Promover a qualificação profissional e cidadã dos agricultores familiares integrada aos valores regionais. .

Localização: Corede Fronteira Noroeste
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.750.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: 17ª CRE e Corede
Escopo: realizar a qualificação de pessoas em atividades profissionalizantes com foco aos valores e atividades desenvolvidas na região, visando à sucessão familiar no meio rural.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aumentar o nível de profissionalização da população vinculado ao conhecimento e local, consolidando os valores regionais no campo do trabalho e da cultura. .
<p>Justificativa:</p> <p>A região da Fronteira Noroeste vem apresentando um déficit migratório nas últimas décadas. Uma parte desta população migrante possui baixa escolaridade e migra em busca de novas alternativas de trabalho e renda. Por outro lado, a região apresenta bons indicadores de educação. Entre os anos de 2007 e 2013 verificam-se na Fronteira Noroeste, índices de Idese Educação entre 0,68 e 0,72. Ao mesmo tempo, o Rio Grande do Sul teve índices entre 0,627 e 0,679, com variação de 8,21%. Evidencia-se uma tendência ascendente da região.</p> <p>Desta forma, a busca de maior qualificação da população não apenas impacta na região como vem qualificar a mão de obra para o Estado. O componente do fator local nos programas de educação é fundamental no sentido de diminuir o fluxo migratório da população. Esta redução de fluxo implica menores custos sociais ao Estado, uma vez que a infraestrutura pública na Fronteira Noroeste já está dada. Neste intuito busca-se qualificar a população mediante conhecimentos profissionalizantes somados aos valores locais que agregam o crescimento coletivo e contribuem para o desenvolvimento regional.</p> <p>À medida que os cursos vão se desenvolvendo, deverá ser criado um sistema de avaliação dos resultados a fim de que se procedam aos ajustes necessários no decorrer do processo. Este sistema de avaliação deverá ser coordenado por instituições de ensino da região com a participação dos atores sociais envolvidos.</p>
Beneficiários: 40.000 pessoas da Fronteira Noroeste, pessoas entre 14 e 30 anos População com maior potencial migratório da Fronteira Noroeste. Foco principal na sucessão familiar agrícola.

<p>Resultados pretendidos: Médio prazo: qualificar as pessoas para atividades profissionais mantendo os valores e cultura locais. No curto prazo e médio prazos: manter a população no campo e na região. Longo prazo: aumentar o PIB per capita da região.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Agricultura</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Levantamento das necessidades e demandas de trabalhadores especializados quanto aos conhecimentos técnicos e profissionais necessários, junto as empresas e entidades de classe empresarial, cooperativas de produtores rurais e sindicato dos trabalhadores rurais e urbanos dos municípios.</p>
<p>Meta: Realizar diagnóstico das necessidades de formação de trabalhadores especializados quanto aos conhecimentos técnicos e profissionais necessários, nos municípios da região.</p>
<p>Custo: R\$ 50.000,00.</p>
<p>Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 2: Realizar 30 cursos de qualificação profissional identificados no diagnóstico.</p>
<p>Meta: Certificado de realização (30 cursos).</p>
<p>Custo: R\$ 1.500.000,00.</p>
<p>Prazo: 120 meses.</p>
<p>Produto 3: Criar sistema de avaliação e acompanhamento dos resultados</p>
<p>Meta: Avaliar os resultados a partir do terceiro ano de execução do projeto.</p>
<p>Custo: R\$ 200.000,00.</p>
<p>Prazo: 84 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Coordenadorias Regionais de Educação, Senai, Sebrae, Senac, Senar, Universidades. Escolas Técnicas, Cooperativas e Sindicatos.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: CREs, Secretarias Municipais de Educação, Secretarias de Agricultura dos municípios, Seapi, Sarc.</p>
<p>Organizações parceiras: Ifes, Emater Unijuí, Setrem, Fema, Fahor.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>

Licença Ambiental: Não														
Licitação: Não														
Outros:														
6 – RECURSOS DO PROJETO														
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.750.000,00														
Fontes de recursos: Secretaria de Educação do Estado, prefeituras, Sistema S.														
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim														
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não														
Investimentos: R\$ 3.250.000,00														
Despesas Correntes: -														
Investimentos e despesas correntes por produto:														
Produto 1: R\$ 50.000,00														
Produto 2: R\$ 1.500.000,00														
Produto 3: R\$ 200.000,00														
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Produto 1	x	x												
Produto 2			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 3			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Estratégia 1 – Projeto 8 – Prioridade 11

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO														
Título: Apoio ao Desenvolvimento da Piscicultura e Pesca														
Localização: Corede Fronteira Noroeste														
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.500.000,00														
Duração do projeto: 2017-2023														
Responsável pela execução: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/ Emater														
Escopo: O projeto prevê linha de financiamento voltada para a instalação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos na área da piscicultura, inclusive os destinados à produção de insumos, beneficiamento, preparação, comercialização e armazenamento da produção.														
Responsável: Emater e cooperativas														
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO														
Objetivo: Fomentar o desenvolvimento da piscicultura por meio da modernização da infraestrutura produtiva e da preservação do meio ambiente.														
Justificativa: O consumo de pescado representa alternativa importante em termos de nutrição humana e tem papel importante na segurança alimentar de uma														

população.

O manejo racional das fontes e recursos de água presentes na região possibilita aumento significativo na produção de pescado.

A piscicultura vem crescendo significativamente nos últimos anos na região Noroeste e pode representar uma fonte de emprego e de geração de renda. Além de o peixe ter alto valor proteico, é possível produzi-lo em áreas que até então estavam improdutivas, dando valorização imobiliária, obtendo maiores lucros se comparada a produção de peixe a outras culturas similares, e servindo como lazer, atraindo turistas – quando há o estabelecimento de pesque-e-pague, por exemplo.

Os produtores, entretanto, precisam de assistência desde o registro, a obtenção de licença, a outorga do recurso hídrico, etc. Além disso, muitos produtores desconhecem técnicas adequadas para serem empregadas na produção de peixe e cuidados maiores na conservação da carne e na produção com valor agregado. Assim, este projeto propõe-se a fomentar a cadeia produtiva do peixe, fortalecendo e desenvolvendo um programa de financiamento e oferecendo um programa de capacitação para produtores de peixe.

Beneficiários:

Pessoas físicas ou jurídicas, inclusive empresários registrados na Junta Comercial, cooperativas de produtores e associações de produtores.

Resultados pretendidos: Ampliar o mercado da piscicultura; gerar trabalho e renda para produtores rurais.

Alinhamento Estratégico:

– Dimensão Agricultura.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Financiamento para a instalação de tanques e açudes criatórios de peixes.

Meta: Ampliar o número de criatórios licenciados e tecnicamente viáveis.

Custo: R\$ 3.000.000,00.

Prazo: 60 meses.

Produto 2: Constituir equipe técnica para assessorar os piscicultores.

Custo: R\$ 800.000,00.

Meta: Prestação de serviços de assistência técnica aos piscicultores.

Prazo: 60 meses.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto/o: Emater/Ascar, Sebrae, Agit/Unijuí IES

Órgãos Públicos Envolvidos: Emater, Sebrae, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT/RS), Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Organizações parceiras: Emater, Sebrae, Unijuí, Senar, Sindicatos.

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Fonte de Financiamento: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).															
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.															
Desapropriação: Sim.															
Licença Ambiental: Sim.															
Licitação: Sim.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.800.000,00.															
Fontes de recursos: BRDE.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: sim.															
Investimentos:															
Despesas Correntes:															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 3.000.000,00.															
Produto 2: R\$800.000,00.															
7– CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1		x													
Produto 2		x	x	x											

Estratégia 1 – Projeto 9 – Prioridade 3

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO															
Título: Criar um programa regional de qualificação na gestão da propriedade.															
Localização: Região da Fronteira Noroeste.															
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.730.000,00.															
Duração do projeto: 60 meses.															
Responsável pela instituição: Corede Fronteira Noroeste.															
Escopo: Executar o programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar.															
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO															
Objetivo: Criar programa de qualificação dos produtores rurais para o uso e prática de ferramentas de gestão nas propriedades rurais proporcionando acesso a tecnologias modernas e aumento da competitividade.															
Justificativa: O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Para															

<p>tanto, fundamental são as ações cooperativas já existentes e novas, ampliação da qualificação do produtor rural, da infraestrutura rural e fortalecimento das cadeias produtivas.</p> <p>A conjuntura econômica complexa traz consigo o desafio da eficiência e eficácia nas atividades produtivas. Nas diferentes áreas o uso de ferramentas de gestão é importante suporte no sentido de alcançar resultados positivos nas atividades econômicas. No agronegócio de característica familiar, os processos de gestão são um desafio cotidiano. O emprego de tecnologias e ferramentas de gestão torna-se uma necessidade para a manutenção da população no meio rural.</p>
<p>Beneficiários: Agricultores familiares da região da Fronteira Noroeste</p>
<p>Resultados pretendidos:</p> <p>Curto prazo: Proporcionar qualificação e acesso dos produtores rurais a tecnologias e ferramentas de gestão.</p> <p>Médio prazo: Aumentar a rentabilidade e a otimização do uso dos recursos nas propriedades.</p> <p>Longo prazo: Redução do êxodo rural; maior produtividade e renda por hectare; retorno do jovem ao campo.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Diagnóstico e identificação das necessidades e adequação de ferramentas e tecnologias de gestão.</p> <p>Meta: Identificar as necessidades e definição das principais elementos didático-pedagógicos a serem utilizados na execução do projeto.</p> <p>Custo: R\$ 30.000,00 (equipe de assessoria).</p> <p>Prazo: 6 meses.</p>
<p>Produto 2: Plano de otimização da execução dos programas por área geográfica e atividade.</p> <p>Meta: Elaboração de materiais e formação dos técnicos que deverão atuar no projeto.</p> <p>Custo: R\$ 200.000,00,</p> <p>Prazo: 6 meses.</p>
<p>Produto 3: Efetivação do programa e execução das atividades formação e difusão tecnológica.</p> <p>Meta: Qualificar 5 mil produtores familiares.</p> <p>Custo: R\$ 2.500.000,00.</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Secretarias Municipais da Agricultura, Cooperativas e Emater.</p>

Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, órgãos de vigilância sanitária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Seapi, Secretarias Municipais de Meio Ambiente ou similares, Secretarias Municipais da Agricultura ou similares e Secretaria de Desenvolvimento Rural.															
Organizações parceiras: Universidades, Empresas, Cooperativas, Codeter, Associações de Municípios, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Emater; Secretarias e Conselhos Municipais de Agricultura; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.															
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Fonte de Financiamento: Orçamento federal e estadual e recursos próprios.															
Elaboração de Projeto Executivo: Não															
Desapropriação: Não															
Licença Ambiental: Não															
Licitação: Não															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.800.000,00.															
Fontes de recursos: Orçamento federal e estadual.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$. 2.730.000,00.															
Despesas Correntes: R\$ 70.000,00															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 30.000,00.															
Produto 2: R\$ 200.000,00.															
Produto 3: R\$ 2.500.000,00.															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1	x	x													
Produto 2	x	x													
Produto 3		x	x	x	x	x	x								

Estratégia 1 – Projeto 10 – Prioridade 2

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Consolidar o APL Leite da Fronteira Noroeste
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.800.000,00.
Duração do projeto: 60 meses.
Responsável pela instituição: Governança do APL.
Escopo: Com a execução do projeto buscar-se-á fortalecer e ampliar as ações do APL Leite na Região da Fronteira Noroeste.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Consolidar os APLs de forma autônoma e sustentável. – Criar, fortalecer e ampliar os programas de fomento a comercialização de produtos produzidos pela agricultura familiar, por meio de melhorias nas estruturas de armazenagem, logística e pontos de vendas. – Criar, fortalecer e ampliar os repasses de recursos para incentivo aos APLs.
<p>Justificativa:</p> <p>O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Para tanto, fundamental são as ações cooperativas já existentes e novas, ampliação da qualificação do produtor rural, da infraestrutura rural e fortalecimento das cadeias produtivas. Movimentos dos sindicatos, das entidades regionais ligadas ao APL Leite são destacados na ação em prol do desenvolvimento da agricultura familiar. Além deste, faz dois anos que a região possui um APL Leite que tem o apoio e articulação regional, inclusive com recursos da Consulta Popular.</p> <p>Uma das características marcantes de um Arranjo Produtivo Local é a sua capacidade de interface com a cadeia produtiva na qual está inserido. No caso de um arranjo produtivo do complexo agroindustrial, ele dialoga constantemente com os setores a jusante e a montante da cadeia produtiva específica.</p> <p>O Arranjo Produtivo Local (APL) – Leite da Fronteira Noroeste está inserido no Programa APLs, no Estado do Rio Grande do Sul. O APL – Leite da Fronteira Noroeste fomenta o desenvolvimento local e sustentável dos territórios e seus setores econômicos, sintonizando com a Política Industrial e a Política de Desenvolvimento do Estado e do País. A região da Fronteira Noroeste tem sua base econômica e social alicerçada na produção rural familiar.</p> <p>Entre os benefícios proporcionados pelo APL destacam-se o acesso a financiamento, ao Fundo de Fortalecimento dos APLs (Fundo APL) para investimentos em projetos cooperados, acesso a projetos e programas de</p>

instituições apoiadoras do APL nas áreas de promoção comercial, financiamento, capacitação, pesquisa, tecnologia e inovação, capacitação das empresas por meio do projeto Extensão Produtiva e Inovação e acesso a serviços produtivos, apoio para elaboração do plano de desenvolvimento, acesso ao Projeto Simbiose Industrial, maior incentivo no Fundopem/Integrar, apoio à participação em feiras, disponibilização de recursos financeiros para legalização e estruturação das agroindústrias e capacitação para produtores.
Beneficiários: Agricultores familiares, cooperativas de agricultores familiares, escolas e consumidores de alimentos, no campo e nas cidades da região.
Resultados pretendidos: – Médio Prazo: Consolidação dos APLs e ampliação da sua ação na região. – Longo Prazo: Gerar emprego e renda às famílias de cidades predominantemente rurais; diminuir o êxodo rural; aumento do crescimento econômico da região.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Realizar diagnóstico sobre a situação produtiva do leite na região.
Meta: Levantar dados sobre o mercado e situação produtiva do leite na região da Fronteira Noroeste.
Custo: R\$ 400.000,00.
Prazo: 48 meses.
Produto 2: Plano Governança do APL.
Meta: Criar e executar o plano de governança do APL Leite.
Custo: R\$ 400.000,00.
Prazo: 12 meses.
Produto 3: Desenvolver atividades de fomento à produção leiteira de acordo com o plano de governança aprovado.
Meta: Ampliar a produção e produtividade do leite em 50% na região.
Custo: R\$ 20.000.000,00.
Prazo: 48 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Governança do APL.
Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, Vigilância Sanitária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Seapi, Secretarias Municipais de Meio Ambiente ou similares, Secretarias Municipais da

Agricultura ou similares e SDR e IES.															
Organizações parceiras: Universidades, Empresas, Cooperativas, Codeter, Associações de Municípios, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Emater; Secretarias e Conselhos Municipais de Agricultura; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.															
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Fonte de Financiamento: Orçamento federal e estadual e recursos próprios.															
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.															
Desapropriação: Não.															
Licença Ambiental: Não.															
Licitação: Não.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.800.000,00.															
Fontes de recursos: Orçamento federal e estadual.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$ 20.800.000,00.															
Despesas Correntes:															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 400.000,00.															
Produto 2: R\$ 400.000,00.															
Produto 3: R\$ 20.000.000,00.															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1	x	x	x	x											
Produto 2	x	x	x	x											
Produto 3	x	x	x	x	x	x									

Estratégia 1 – Projeto 11 – Prioridade 10

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO															
Título: Adoção do Selo de Origem dos Produtos da Fronteira Noroeste															

Localização: Região da Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 90.000,00.
Duração do projeto: 36 meses.
Responsável pela implementação: Cofron.
Escopo: Criar uma comissão de organização técnica e elaborar o selo de origem “Fronteira Noroeste. “
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Criação de um selo regional para as agroindústrias e/ou produtos <i>in natura</i> .
<p>Justificativa:</p> <p>A qualidade e origem dos produtos consumidos pela população são, cada vez mais, objeto de importância em termos de saúde e vigilância sanitária. A presença de políticas estabelecidas e conhecidas de incentivo estimula os produtores a investirem em seus negócios. A criação de um selo regional de qualidade relacionada à origem possibilita a solidificação de procedência dos produtos da região.</p> <p>O certificado garante a qualidade dos produtos e dá ao consumidor a credibilidade de que precisa para poder consumir. O programa possibilita aos agricultores familiares a agregação de valor na comercialização dos produtos, garantindo renda e melhorando as condições de vida das famílias, além de contribuir para o desenvolvimento econômico em âmbito municipal, regional e estadual. Quando os consumidores locais e visitantes identificam os produtos de agroindústrias familiares produzidos na região por meio de um selo de qualidade, passam a aliar a procedência local a padrões de produção superiores.</p>
Beneficiários: Produtores rurais e consumidores da Fronteira Noroeste.
<p>Resultados pretendidos:</p> <p>Curto prazo: – Criar selo de origem relativo aos produtos de origem da região.</p>

Médio Prazo: Aumentar a credibilidade dos produtos da região advindos da qualidade conferida a eles.

Longo Prazo: Aumentar a rentabilidade e a qualidade de vida dos produtores rurais; redução do êxodo rural; maior rentabilidade aos produtores familiares.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Organização de comissão técnica para criação do selo de origem

Meta: Definir critérios técnicos para a obtenção do selo de origem dos produtos regionais.

Custo: R\$ 40.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 2: Elaborar o selo de origem.

Meta: Criar o selo de origem Fronteira Noroeste ou designação que for definida.

Custo: R\$ 50.000,00 (Registro de marca e renovações e divulgação da marca.

Prazo: 24 meses

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Emater, sindicatos, cooperativas, IF e universidades.

Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, Vigilância Sanitária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Seapi, Secretarias Municipais de Meio Ambiente ou similares, Secretarias Municipais da Agricultura ou similares.

Organizações parceiras: Empresas, Cooperativas, Universidades, Associações de Municípios, Secretaria de Desenvolvimento Rural,

Estratégia 1 – Projeto 12 – Prioridade 9

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Viabilizar o estabelecimento do sistema de atenção à sanidade agropecuária na Região Fronteira Noroeste.
Localização: Região da Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00.
Duração do projeto: 48 meses.
Responsável pela execução: Corede FN.
Escopo: Formação de um grupo de trabalho para atendimento e troca de informações que auxiliem na execução e consolidação dos sistemas de sanidade animal. Realizar um seminário sobre o funcionamento e estabelecimento de sistemas de atenção à sanidade agropecuária.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Padronizar os procedimentos de inspeção dos produtos de origem animal.
<p>Justificativa: Conforme a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf), regulamentado pelo Decreto Estadual nº 49.340 de 5 de julho de 2012, permite aos estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção Municipais e que estejam engajados neste Sistema, o comércio em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, o que só caberia àqueles registrados na Secretaria da Agricultura, Pecuária Irrigação (Seapi).</p> <p>Já o Sisbi faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e a segurança alimentar.</p> <p>A Emater e Secretarias de Agricultura atestam que as dificuldades de instituição dos sistemas de sanidade agropecuária são burocráticas e a dificuldade de obter conhecimentos sobre a aplicação e pela falta de diretrizes e de um modelo de como precisa ser a legislação municipal tornam o processo ainda mais complicado.</p> <p>Nas reuniões setoriais o tema foi debatido e entendido como de grande importância para a região.</p>

<p>Beneficiários: 207.000 pessoas (população do Corede Fronteira Noroeste).</p>
<p>Resultados pretendidos: Instalação do Suasa, do Sisbi e do Susaf em todos os municípios do Corede Fronteira Noroeste.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Formação de um grupo de trabalho para atendimento e troca de informações que viabilizem a execução dos sistemas.</p> <p>Meta: Obter todas as informações necessárias para a instalação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – Suasa –, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – Sisbi – e do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – Susaf.</p> <p>Custo:</p> <p>Prazo: 12 meses.</p>
<p>Produto 2: Realizar cursos de formação e oficinas sobre o funcionamento e efetivação de sistemas de atenção à sanidade agropecuária.</p> <p>Meta: Certificar no mínimo um conselheiro ou secretário de Agricultura nos 20 municípios da Região Fronteira Noroeste.</p> <p>Custo: R\$ 100.000,00.</p> <p>Prazo: 12 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Emater, Secretarias Municipais de Agricultura da Região, Vigilância Sanitária.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, Vigilância Sanitária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Secretarias Municipais de Meio Ambiente</p>
<p>Organizações parceiras: Empresas, Cooperativas, Universidades, Associações de Municípios, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Emater; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, SIM, Mapa, Seapi.</p>

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.															
Desapropriação: Não.															
Licença Ambiental: Sim.															
Licitação: Sim.															
Outros: Obtenção de Certificações.															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00.															
Fontes de recursos: Orçamento federal e estadual.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$ 100.000,00.															
Despesas Correntes: 0,00															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 0,00.															
Produto 2: R\$ 100.000,00.															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1	x														
Produto 2	x														
Produto 3	x	x	x	x											

Estratégia 1 – Projeto 13 – Prioridade 4

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliação do Conhecimento em Inovação e Tecnologia no Meio Rural (projeto-piloto)
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.750.000,00
Duração do projeto: 36 meses.

Responsável pela execução: Corede, Cofron, APL Leite.
Escopo: Por meio de programas de formação e troca de informações, ampliar o conhecimento tecnológico no meio rural. O projeto prevê a instalação de uma escola de formação Técnica em Agropecuária como modelo para a região.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Reduzir o êxodo rural na região, mediante o acesso à inovação tecnológica estimulando os jovens a permanecerem no meio rural.
<p>Justificativa:</p> <p>O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Urge que o tema seja enfrentado de forma a garantir a manutenção das pessoas no meio rural com melhores condições de vida.</p> <p>O número de jovens no meio rural da região vem se reduzindo de ano a ano. O envelhecimento da população no meio rural é aspecto vislumbrado no dia a dia na região.</p> <p>Movimentos dos sindicatos, das cooperativas e entidades de extensão rural têm chamado a atenção para que se enfrente a problemática da sucessão no meio rural. Atualmente a população rural da maioria dos municípios, 17 dos 20 que compõem a Região da Fronteira Noroeste, passa dos 50%.</p> <p>Nas assembleias realizadas com os Comudes, a temática da sucessão na agricultura familiar é uma das que mais aparece como desafio a ser enfrentado. Em razão da presença de uma agricultura diversificada na região, o oferecimento de cursos técnicos deverá levar em conta as áreas da suinocultura, leite, agroindústria familiar, hortigranjeiros e outros.</p>
Beneficiários: População rural dos municípios da Região Fronteira Noroeste
<p>Resultados pretendidos:</p> <p>Curto prazo: Qualificar os jovens para gerirem e trabalharem com empreendimentos rurais, e a promoção da sucessão familiar.</p> <p>Médio prazo: Aumento de jovens que assumam as propriedades familiares.</p> <p>Longo prazo: Diminuição do êxodo rural e aumento da qualidade de vida no meio rural.</p>
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Aprovação de curso Técnico em Agropecuária em escolas

<p>públicas estaduais e municipais em município da Fronteira Noroeste (a ser definido pela região)</p> <p>Meta: Aprovação de curso Técnico em Agropecuária</p> <p>Custo: 50.000,00</p> <p>Prazo: 12 meses.</p>
<p>Produto 2: Contratar professores para suprir o quadro de disciplinas específicas dos cursos Técnicos em Agropecuária nas escolas em que a sua aprovação for viabilizada.</p> <p>Meta: Contratar professores para suprir o quadro de disciplinas específicas do curso Técnico em Agropecuária.</p> <p>Custo: R\$ 2.500.000,00.</p> <p>Prazo: 36 meses.</p>
<p>Produto 3: Atividades técnicas extraclasse</p> <p>Meta: Realização de reuniões periódicas, visitas técnicas, dias de campo e aulas práticas em estabelecimentos de agricultura familiar.</p> <p>Custo: R\$ 200.000,00 ao ano nos primeiros cinco anos.</p> <p>Prazo: 60 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Agricultura.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Seapi, Secretarias Municipais de Meio Ambiente ou similares, Secretarias Municipais da Agricultura ou similares e SDR, MEC; Emater; Corede FN; escolas públicas estaduais e municipais e IES.</p>
<p>Organizações parceiras: Universidades, Empresas, Cooperativas, Codeter, Associações de Municípios, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Emater; Secretarias e Conselhos Municipais de Agricultura; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>
<p>Desapropriação: Não.</p>
<p>Licença Ambiental: Não.</p>
<p>Licitação: Não.</p>
<p>Outros: Lançamento de edital para a contratação de professores.</p>

6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 55.000.000,00.															
Fontes de recursos: Secretarias Estadual e Municipais de Educação.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.															
Investimentos: R\$ 5.250.000,00.															
Despesas Correntes: R\$ 0,00															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: 50.000,00															
Produto 2: R\$ 2.500.000,00															
Produto 3: R\$ 20.000,00															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1	x														
Produto 2		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 3		x	x	x											

Estratégia 1 – Projeto 14 – Prioridade 12

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Uso das águas da Barragem da UHE Panambi para Irrigação
Localização: Região Funcional ou Corede ou municípios de incidência do projeto: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 14.000.000,00.
Duração do projeto: 180 meses.
Responsável pela execução: Eletrobrás
Escopo: Utilizar as águas da Barragem Panambi para irrigação de lavouras temporárias pelos estabelecimentos situados à sua margem. O projeto busca ampliar a área de lavoura irrigada na região.
Responsável: Ebisa – Empreendimentos Energéticos Binacionais.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Elaboração de projetos de utilização produtiva das águas da represa para irrigação de lavouras temporárias.
Justificativa: O clima subtropical do Estado do Rio Grande do Sul apresenta características cíclicas entremeadas de períodos de chuvas abundantes e estiagens relativamente prolongadas. Os meses de verão são os mais críticos. A cada temporada de estiagem, uma das primeiras constatações é a de que muitos produtores familiares acabam vendendo suas propriedades e buscando alternativas. Em geral, estas alternativas significam emigrar para centros maiores, como a Grande Porto Alegre, região da Serra ou até outros Estados. Com a iminência de construção da Usina Hidrelétrica Panambi, o uso das águas represadas para fins de irrigação de lavouras temporárias torna-se alternativa para a manutenção da população ribeirinha no campo. Há de se considerar que tais projetos de irrigação não comprometem a vazão do Rio Uruguai, uma vez que os volumes são insignificantes dada a magnitude do lago. Outro grande diferencial proporcionado pela irrigação é o aumento dos índices de produtividade das lavouras. Dados técnicos demonstram que a viabilidade econômica de tais projetos é excelente, uma vez que se pagam, em média, em três anos.
Beneficiários: Agricultores familiares da área ribeirinha ao lago da barragem da Usina Hidrelétrica Panambi. Municípios de Doutor Mauricio Cardoso, Novo Machado, Porto Mauá, Alecrim e Porto Vera Cruz
Resultados pretendidos: Curto prazo: instalar sistemas de irrigação em 500 hectares nos dois primeiros anos. Médio prazo: atingir 2.000 hectares irrigados na região. Longo prazo: com o aumento da produtividade, garantir o aumento da renda dos produtores rurais.
Alinhamento Estratégico: Infraestrutura e gestão pública.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Fomento à irrigação
Meta: Irrigar 2.000 hectares de lavouras.
Custo: R\$ 14.000.000,00.
Prazo: 60 meses.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:															
Equipe do Projeto: Agricultores familiares ribeirinhos à barragem.															
Órgãos Públicos Envolvidos: Seapi, Fepam, Eletrobras.															
Organizações parceiras: Governos federal e estadual.															
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Fonte de Financiamento: Seapi, Barrisul.															
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.															
Desapropriação: Não.															
Licença Ambiental: Sim.															
Licitação: Não.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 14.000.000,00.															
Fontes de recursos: Governo Federal e Eletrobras															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.															
Investimentos: R\$ 14.000.000,00.															
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 14.000.000,00															
Produto 2:															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1					X	X	X	X	X						

2 – Infraestrutura e Gestão Pública

Dotar a região de infraestrutura voltada ao desenvolvimento proporcionando competitividade, resolutividade e melhoria nas condições de vida para a população da região.

Estratégia 2 – Projeto 1 – Prioridade 12

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Elaboração de Plano da Bacia dos Rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela execução: Ministério do Meio Ambiente e SEMA
<p>Escopo:</p> <p>O Plano da Bacia deverá identificar as necessidades no que se refere aos usos, programas e projetos para a recuperação e a conservação das águas. Para tanto, mostra-se imperativa a adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento, a divisão em sub-bacias e a divisão dos cursos de água em trechos de rio, com indicação dos usos em cada trecho, para expressar diagnóstico e propostas, de curto, médio e longo prazos.</p>
Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo, Santo Cristo e Santa Rosa
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Elaborar o plano da Bacia Hidrográfica.
<p>Justificativa:</p> <p>O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), estabelecido pela Lei nº 9.433/97, é um dos instrumentos que orienta a gestão das águas no Brasil. O conjunto de diretrizes, metas e programas que constituem o</p>

PNRH foi construído em amplo processo de mobilização e participação social.

(Fonte: <http://www.mma.gov.br/agua/recursos-hidricos/plano-nacional-de-recursos-hidricos>).

No artigo 1º, inciso V, da Lei 9.433, fica estabelecido: V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. As decisões pertinentes a uma Bacia Hidrográfica serão tomadas no âmbito do Comitê de Bacia, que conta com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Diante disso, o projeto pretende viabilizar o gerenciamento das águas via fortalecimento do Comitê de Bacias Hidrográficas.

Beneficiários: População das Regiões Cealero e Noroeste.

Resultados pretendidos: Plano elaborado e divulgado na região.

Alinhamento Estratégico: Setorial Meio Ambiente e Saneamento.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Elaborar o Plano da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo.

Meta: Elaborar o plano de acordo com os preceitos do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Custo: R\$ 600.000,00.

Prazo: 24 meses.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo.

Órgãos Públicos Envolvidos: Órgãos ambientais, Cofron, Comudes, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Corsan, Sema, Fepam.

Organizações parceiras: Órgãos ambientais, Cofron e municípios.

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Recursos Hídricos.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Sim.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00.
Fontes de recursos: Governos federal, estadual e municipal.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: R\$ 600.000,00.
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 600.000,00.
Produto 2:
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017 a 2019

Estratégia 2 – Projeto 2 – Prioridade 4

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover o Projeto de Saneamento Regional: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e tratamento de resíduos (urbanos, rurais e industriais).
Localização: Região da Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000.000,00.

Duração do projeto: 138 meses.
Responsável pela execução: Corsan e prefeituras.
Escopo: Expandir a infraestrutura de serviços públicos de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, abastecimento e água e drenagem urbana na região.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar e qualificar a estrutura e os serviços de saneamento básico nos municípios da região.
Justificativa: <p>No Corede FN os serviços de água e esgoto são prestados pela Companhia Rio-Grandense de Saneamento (Corsan) em 15 dos 20 municípios. Nos cinco municípios restantes: Alegria, Novo Machado, Porto Mauá, Senador Salgado Filho e Nova Candelária, os serviços são prestados pelos Departamentos Municipais de Águas. Exceto por Santa Rosa, os demais municípios do Corede FN não contam com serviços de tratamento de esgoto</p> <p>Já com relação ao RS, 48% dos domicílios estão ligados à rede de esgoto, (FEE, 2016). Os planos de saneamento municipais, de acordo com a Lei n.º 11.445/2007, a Lei de Saneamento Básico, todas as prefeituras têm obrigação de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Sem o PMSB, a partir de 2014 a prefeitura não pode receber recursos federais para projetos de saneamento básico. Tais obrigações vêm sendo adiadas, entretanto é urgente a realização de ações no sentido de cumprimento da legislação vigente.</p>
Beneficiários: População do Corede Fronteira Noroeste.
Resultados pretendidos: <ul style="list-style-type: none">• Ampliação da cobertura territorial do saneamento básico municipal.• Preservação das águas subterrâneas.• Melhoria das condições ambientais no âmbito do Corede.

<ul style="list-style-type: none"> • Uso e destinação adequada da carga orgânica animal. • Uso do solo e urbanização adequada à sua preservação.
Alinhamento Estratégico: Dimensão Infraestrutural e Gestão Pública
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Executar obras de saneamento e drenagem nos municípios de acordo com os respectivos planos de saneamento básico.
Meta: Universalização de acesso ao saneamento nos municípios da região.
Prazo: 180 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Corsan, Empresas Municipais de Saneamento, Associações Hídricas, Secretarias Municipais de Obras e de Meio Ambiente, Consórcios Intermunicipais, Comitês de Bacias Hidrográficas.
Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, Emater, Ministério Público, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades.
Organizações parceiras: Universidades, Associações de Municípios, Comitês de Bacias Hidrográficas, Coredes.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Sim.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Sim.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000.000,00.

Fontes de recursos: Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Obras, Corsan, Associações Hídricas, Empresas Municipais de Saneamento.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$ 300.000.000,00.															
Despesas Correntes: -															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 300.000.000,00.															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Estratégia 2 – Projeto 3 – Prioridade 1

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Pavimentação asfáltica aos acessos municipais e melhorias nos acessos aos núcleos urbanos.
Localização: Região Corede Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 210.800.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela execução: Daer.
Escopo: Asfaltamento aos acessos municipais e ligações intermunicipais.
Responsável: 14ª Superintendência do Daer – Santa Rosa.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Realização dos acessos asfálticos até as sedes dos municípios e acessos intermunicipais.

<p>Justificativa: A logística de transportes é considerada um dos fatores mais importantes que proporcionam competitividade em termos de desenvolvimento local e regional.</p> <p>Além disso, o asfalto proporciona conforto de deslocamento ao cidadão, rapidez, segurança e redução do custo de transporte.</p> <p>Na região da Fronteira Noroeste ainda existem vários trechos considerados importantes, os quais não possuem ligação asfáltica. Os trechos a serem asfaltados propostos neste projeto constam das prioridades apontadas neste plano e demais iniciativas regionais em se tratando de infraestrutura.</p>
<p>Beneficiários: População da Região Fronteira Noroeste.</p>
<p>Resultados pretendidos: Curto prazo: pavimentação asfáltica dos trechos Horizontina a Crissiumal e Independência a Alegria</p> <p>Médio Prazo: pavimentação asfáltica dos demais trechos descritos no Produto 1.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Infraestrutura e gestão pública.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Pavimentação asfáltica: Independência a Alegria = 25 km.</p> <p>Pavimentação asfáltica: Senador Salgado Filho a Santa Rosa = 22 km.</p> <p>Pavimentação asfáltica: São José do Inhacorá até a BR 472 (dois trechos) = 15 km.</p> <p>Pavimentação asfáltica: Cândido Godoi a Cerro Largo = 27 km.</p> <p>Pavimentação asfáltica: Horizontina a Crissiumal = 35 km.</p> <p>Meta: Asfaltamento de 124 km.</p> <p>Custo: 210.800.000,00.</p> <p>Prazo: 120 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Secretaria dos Transportes.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, Secretaria dos Transportes, Daer</p>
<p>Organizações parceiras: Prefeituras.</p>

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Fonte de Financiamento: Secretaria dos Transportes.															
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.															
Desapropriação: Sim.															
Licença Ambiental: Sim.															
Licitação: Sim.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 151.300.000,00.															
Fontes de recursos: Ministério dos Transporte – DNIT e da Secretaria Estadual de Transportes e Logística															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$ 151.300.000,00															
Despesas Correntes:															
Produto 1: R\$ 151.300.000,00															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				

Estratégia 2 – Projeto 4 – Prioridade 7

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Gerenciamento e Recuperação Ambiental – Recuperação de Matas Ciliares.

Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 900.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsáveis pela execução: Sema, STR, Prefeituras, ONGs.
Escopo: Recuperar a vegetação ciliar e viabilizar projetos de pagamento por serviços ambientais.
Responsáveis: Sema, Prefeituras, Secretarias de Meio Ambiente.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Viabilizar projetos de gerenciamento e recuperação ambiental, das matas ciliares e áreas degradadas.
Justificativa: Historicamente as áreas ao longo dos rios foram ocupadas pelo homem devido à facilidade de acesso à água para seus afazeres domésticos e dessedentação animal. Esta ação causou pressão sobre a vegetação ciliar, resultando no desmatamento destas áreas e ocupação por moradias na área urbana e pela agricultura e criação de animais na área rural. Para a conservação da qualidade e quantidade da água faz-se necessária a recuperação urgente destas áreas.
Beneficiários: População da Região Fronteira Noroeste.
Resultados pretendidos: Sustentabilidade ambiental na região.
Alinhamento Estratégico: Dimensão Meio Ambiente.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Cercamento das áreas a serem recuperadas. Meta: 100.000 metros de cerca instalada e mudas plantadas. Custo: R\$ 800.000,00. Prazo: 50 meses.
Produto 2: Monitoramento da área efetivamente recuperada. Custo: R\$100.000,00.

Meta: 70% de área que deve ser ocupada pela vegetação ciliar recuperada.
Prazo: 120 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Membros do Comitê de Bacias, Sema, Prefeituras, ONGs, STR, SR, cooperativas, produtores rurais.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Meio Ambiente, Secretarias Municipais e Estadual de Meio Ambiente, Prefeituras.
Organizações parceiras: Universidade Federal Fronteira Sul, Instituto Federal Farroupilha, Órgãos Ambientais, Cofron, Comudes, municípios.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governos federal, estadual e municipal – FNMA.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Sim.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00.
Fontes de recursos: Governos federal, estadual e municipal – FNMA, FERH, Petrobras Ambiental, BNDES.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material

de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 800.000,00
Produto 2: R\$ 100.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017 a 2026 –

Estratégia 2– Projeto 5 – Prioridade 3

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Resíduos Sólidos
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$6.500.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsáveis pela execução: Prefeituras, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Saneamento.
Escopo: O projeto pretende contribuir para a execução dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos de acordo com o que preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Responsáveis: Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Saneamento.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Executar os Planos Municipais de Resíduos Sólidos e instalar sistemas de reciclagem de resíduos sólidos em pelo menos quatro municípios da região.
Justificativa: Este projeto surge a partir da situação atual relativa ao sistema existente de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e aspectos socioeconômicos. Está subdividido em quatro etapas: Caracterização dos resíduos sólidos urbanos e rurais; Caracterização das unidades de manejo de resíduos sólidos existentes; Caracterização

da estrutura gerencial, técnica e operacional existente e Estudo de mercado atual e potencial e aspectos socioeconômicos.

O problema do destino dos resíduos foi apresentado em todas as reuniões municipais na ocasião da discussão do Plano Estratégico. Em razão da busca de escala, da necessidade de eficiência e redução de custos, a alternativa proposta é de que se instalem quatro sistemas de reciclagem na região, de acordo com estudos técnicos a serem realizados.

Beneficiários: População da Região Fronteira Noroeste.

Resultados pretendidos: Melhoria da qualidade de vida, direcionamento dos resíduos para aproveitamento, preservação do meio ambiente.

No curto prazo: Aumento da reciclagem nos municípios.

No médio e longo prazos: Melhoria das condições ambientais da região.

Alinhamento Estratégico: Infraestrutura e gestão pública.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Contratação de empresa para realização do plano de gerenciamento dos resíduos sólidos da região.

Meta: Apresentar plano de gerenciamento.

Custo: R\$ 500.000,00.

Prazo: 24 meses.

Produto 2: Instalação de sistemas de reciclagem e beneficiamento de resíduos.

Custo: R\$ 6.000.000,00.

Meta: Construir plantas em pelos menos 4 municípios.

Prazo: 48 meses.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Órgãos ambientais, Cofron, Comudes e Secretarias Municipais.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Meio Ambiente, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Prefeituras, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.															
Organizações parceiras: Universidade Federal Fronteira Sul, Instituto Federal Farroupilha, Órgãos ambientais, Cofron, Comudes e Secretarias Municipais.															
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Fonte de Financiamento: Governos federal, estadual e municipal.															
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.															
Desapropriação: Não.															
Licença Ambiental: Sim.															
Licitação: Sim.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: investimentos+despesas correntes.															
Fontes de recursos: Governos federal, estadual e municipal.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$ 6.500.000,00.															
Despesas Correntes:															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 500.000,00.															
Produto 2: R\$ 6.000.000,00.															
7– CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1		x	x												
Produto 2			x	x	x	x	x	x	x	x	x				

Estratégia 2 – Projeto 6 – Prioridade 11

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Proteção a Biodiversidade
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.200.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela execução: Secretarias Municipais de Meio Ambiente.
<p>Escopo:</p> <p>É necessário que sejam conhecidos os estoques dos vários habitats naturais e dos modificados existentes na Região Fronteira Noroeste, de forma a desenvolver uma abordagem equilibrada entre conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, considerando o modo de vida das populações locais.</p> <p>Espera-se com a execução desse projeto primeiramente uma atuação mais preventiva na conservação da diversidade biológica, sendo uma das propriedades fundamentais da natureza, responsável pelo equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas. Segundo porque se acredita que a diversidade biológica representa um imenso potencial de uso econômico, em especial pela biotecnologia. Terceiro porque se acredita que a diversidade biológica esteja se deteriorando, inclusive com aumento da taxa de extinção de espécies, devido ao impacto das atividades antrópicas.</p>
Responsável: Prefeituras.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo: Preservar a natureza, evitando a redução da biodiversidade que leva a perdas ambientais. Manter os mecanismos naturais que permitem a regulação do clima; purificação do ar; proteção dos solos e das bacias hidrográficas contra a erosão; controle de pragas, etc.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>A grande preocupação que existe hoje é a de que o ser humano esteja provocando o desaparecimento de muitas espécies num curto espaço de tempo, o que poderá conduzir à redução drástica dessa</p>

biodiversidade. Esse desaparecimento deve-se à prática intensiva da agricultura, à construção de barragens, à crescente urbanização, à destruição das florestas, à poluição e a outros fatores humanos.

Razões de ordens diversas estão na base deste princípio mundialmente aceito da preservação:

- Motivos éticos, pois o ser humano tem o dever moral de proteger outras formas de vida, como espécie dominante no planeta;
- Motivos estéticos, uma vez que as pessoas apreciam a natureza e gostam de ver animais e plantas no seu estado selvagem;
- Motivos econômicos, a diminuição de espécies pode prejudicar atividades já existentes (pesca de uma espécie com elevado valor comercial que está a desaparecer). Pode ainda comprometer a sua utilização futura (ex. para produção de medicamentos). Não podemos esquecer que pelo menos 40% da economia mundial e 80% das necessidades dos povos dependem dos recursos biológicos;
- Motivos funcionais da natureza, dado que a redução da biodiversidade leva a perdas ambientais. Isto acontece porque as espécies estão interligadas por mecanismos naturais com importantes funções (ecossistemas), como a regulação do clima; purificação do ar; proteção dos solos e das bacias hidrográficas contra a erosão; controle de pragas, etc.

Beneficiários: População da Região Fronteira Noroeste e macrorregião.

Resultados pretendidos: Preservação da natureza e melhoria da qualidade de vida.

Alinhamento Estratégico: Articulação das Cadeias produtivas da região com políticas e programas públicos indutores do processo de desenvolvimento sustentável.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Mapeamento e geoprocessamento das microbacias da região.

Meta: 65% do uso do solo planejando por microbacia.

Custo: R\$ 600.000,00.

Prazo: 60 meses.

Produto 2: Adoção e execução de todas as etapas do plantio direto, e práticas conservacionistas nas microbacias identificadas.

Custo: R\$ 600.000,00.
Meta: 80% dos produtores rurais.
Prazo: 60 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Emater, Cooperativas e Secretarias Municipais de Agricultura.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Estadual e Municipal, Cofron, Emater/Ascar.
Organizações parceiras: Universidade Federal da Fronteira Sul, Instituto Federal Farroupilha de Santa Rosa, Unijuí campus Santa Rosa.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Ministério do Meio Ambiente.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Sim.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.200.000,00.
Fontes de recursos: Governos federal, estadual e municipal.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: R\$ 1.200.000,00.
Despesas Correntes
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 600.000,00
Produto 2: R\$ 600.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017 a 2026 –

Estratégia 2 – Projeto 7 – Prioridade 2

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Infraestrutura – Melhorias nos Aeroportos de Santa Rosa e Horizontina.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000.000,00.
Duração do projeto: 60 meses.
Responsável pela execução: DAP – Departamento Aeroportuário do Estado.
Escopo: O projeto se refere à ampliação do aeroporto de Santa Rosa para 1,7 mil metros e obras de sinalização do aeroporto de Horizontina.
Responsável: Governos federal, estadual e municipal.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliação e qualificação dos serviços aeroviários, com investimentos nos aeroportos regionais de Santa Rosa e de Horizontina.
Justificativa: Com o avanço das relações globais entre as nações, e por consequência empresas e pessoas, as viagens aéreas tornaram-se comuns na atualidade. Também as novas relações baseadas nos sistemas globalizados exigem rapidez e uso racional do tempo por parte da sociedade. Santa Rosa e Horizontina, juntas, consolidam-se como um terceiro polo metal- mecânico do Estado do RS. Além disso, estão presentes importantes empresas da área do agronegócio, a montante e a jusante. Para garantir voos regionais regulares fazem-se necessários investimentos de melhorias nos aeroportos existentes.
Beneficiários: Empresas e toda população do Estado e da região.
Resultados pretendidos: Otimização dos transportes e agilização dos fluxos logísticos.

Alinhamento Estratégico: Dimensão Infraestrutura.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Elaboração do Projeto Técnico. Meta: Elaboração dos Projetos Técnico e Executivo para ambos os Aeroportos Prazo: 24 meses.
Produto 2: Execução das obras de melhorias nos dois aeroportos Custo: 25.000.000,00. Meta: Ampliação e melhorias dos aeroportos de Horizontina e Santa Rosa. Prazo: 24 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: DAE – Departamento Aeroportuário do RS.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério dos Transportes, DAE, Prefeituras.
Organizações parceiras: Governos federal, estadual e municipal.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Ministério dos Transportes.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Sim.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Sim.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos+despesas correntes.
Fontes de recursos: Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim															
Investimentos: R\$ 30.000.000,00.															
Despesas Correntes: Laboração de projetos R\$ 5.000.000,00.															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 5.000.000,00.															
Produto 2: R\$ 25.000.000,00.															
7- CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1		x	x												
Produto 2			x	x	x	x									

Estratégia 2 – Projeto 8 – Prioridade 10

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO													
Título: Construção de Cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas.													
Localização: Região Fronteira Noroeste.													
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000.000,00.													
Duração do projeto: 120 meses.													
Responsável pela implementação: Cooperativas de geração e empresas de geração.													
Escopo: Instalação de cinco novas PCHs nos Rios Comandaí, Santa Rosa e Buricá.													
Responsáveis: Cooperativas e setor privado.													
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO													
Objetivo: Instalação de cinco novas PCHs aproveitando as potencialidades do Rio Comandaí													

<p>Justificativa: A energia é um dos insumos fundamentais para o desenvolvimento local. O Comitê dos Rios Turvo, Santo Cristo e Santa Rosa tem reiterado a grande disponibilidade de águas na região da Fronteira Noroeste. O uso racional das águas, a diversificação da matriz energética, são questões da atual pauta da sustentabilidade.</p> <p>Na região da Fronteira Noroeste os Rios Santa Rosa, Buricá, Santo Cristo e Comandaí estão devidamente inventariados nos termos que preconizam as resoluções da Aneel. Neles estão identificados potenciais de energia, instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas de um somatório de até 30 MW de potência instalada. Sua construção depende agora da aprovação dos projetos básicos e dos processos de licenciamento ambiental.</p> <p>A inclusão de projetos desta natureza no PED justifica-se pela busca conjunta, Estado e iniciativa privada, de financiamento para as obras de instalação das usinas. Neste primeiro momento está se propondo a instalação de 10MW de potência instalada em cinco PCHs, cada uma com suas características próprias.</p>
<p>Beneficiários: População da Região Fronteira Noroeste.</p>
<p>Resultados pretendidos: Geração de 10 MW.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Infraestrutura e Gestão Pública.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Viabilizar a instalação de 5 PCHs.</p> <p>Meta: 10MW de potência instalada na região.</p> <p>Custo: R\$ 60.000.000,00.</p> <p>Prazo: 60 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Cooperativas de geração e empresas de geração.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, BRDE, Banrisul, Aneel.</p>
<p>Organizações parceiras: Cooperativas de Eletrificação.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: BRDE e Banrisul.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>

Desapropriação: Sim.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000.000,00.
Fontes de recursos: Eletrobrás e BRDE
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.
Investimentos: R\$ 60.000.000,00.
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 60.000.000,00.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
60 meses a partir do segundo semestre de 2017.

Estratégia 2 – Projeto 9 – Prioridade 9

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Elaboração e revisão dos Planos Diretores Municipais e zoneamento ambiental e urbanístico.
Localização: Região Corede Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 250.000,00.
Duração do projeto: 72 meses.
Responsável pela execução: Secretarias de Planejamento dos municípios
Escopo: Elaboração/revisão dos Planos Diretores dos Municípios
Responsáveis: Municípios

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Proporcionar aos municípios recursos financeiros e técnicos para a elaboração dos Planos Diretores nos municípios de fronteira (Dr. Mauricio Cardoso, Novo Machado, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Alecrim e Porto Lucena).

Justificativa:

O processo de urbanização vem se observando mesmo nos pequenos municípios. Apesar de parte significativa da população seguir desenvolvendo atividades no campo, o local de moradia passa a ser o perímetro urbano das cidades.

O Plano Diretor é um conjunto de diretrizes e propostas, descritas na forma de lei municipal, com o objetivo de garantir o desenvolvimento socioeconômico, a organização espacial dos diferentes usos e das redes de infraestrutura, para curto, médio e longo prazos, sendo sua efetivação de responsabilidade de cada município.

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 30 que é competência do poder público municipal a execução da política urbana, de modo a ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e de garantir o bem-estar de seus habitantes, sendo o Plano Diretor, como já citado, o instrumento básico de sua efetivação. O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº10.257/2001, veio regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da política urbana e estabelecer diretrizes e instrumentos para orientar e dar suporte aos municípios na construção da política de desenvolvimento urbano local, regulamentando o uso da propriedade urbana em função do interesse público e garantindo a participação da população em todas as etapas de elaboração do Plano Diretor.

Conhecimento técnico, estudos setoriais, assessorias especializadas e ações como seminários e consultas públicas, são ferramentas importantes para que os planos elaborados atendam aos quesitos técnicos e aos anseios da população.

Beneficiários: População dos municípios de fronteira da região.

Resultados pretendidos: Ordenamento urbano.

Alinhamento Estratégico: Diretriz Gestão Pública.

3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Preparação das equipes técnicas para elaboração dos Planos Diretores.
Meta: Qualificar equipes técnicas dos municípios.
Custo: R\$ 50.000,00.
Prazo: 12 meses.
Produto 2: Assessoria técnica para elaboração dos Planos Diretores
Custo: R\$ 200.000,00.
Meta: Atender aos 20 municípios da região
Prazo: 10 anos.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Equipes municipais das Secretarias de Administração e Planejamento.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério das Cidades, Famurs, Secretaria de Planejamento do Estado e Municípios.
Organizações parceiras: Ministério das Cidades.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Estado e municípios.
Elaboração de Projeto Executivo: não.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 250.000,00.
Fontes de recursos: Governo do Estado do RS

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.																
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.																
Investimentos: R\$ 200.000,00.																
Despesas Correntes: R\$ 50.000,00.																
Investimentos e despesas correntes por produto:																
Produto 1: R\$ 50.000,00.																
Produto 2: R\$ 200.000,00.																
7- CRONOGRAMA DO PROJETO																
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
Produto 1		x														
Produto 2		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x					

Estratégia 2 – Projeto 10 – Prioridade 14

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Instalação de uma Usina de Etanol
Localização: Região Funcional ou Corede ou municípios de incidência do projeto: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00.
Duração do projeto: 36 meses.
Responsável pela instalação: Cooperativa Godoiense de Energia Renovável.
Escopo: Produção de etanol a partir de produtos da agricultura familiar.
Responsável: Cooperger, Coop. Godoiense de Energ. Renovável.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instalação de planta para geração de Bioenergia em Cândido Godói.

Justificativa:

A energia é um dos insumos fundamentais para o desenvolvimento local.

Uma das fontes renováveis, com ampla utilização no país, é o etanol. Juntamente com o biodiesel, é alternativa de grande importância na busca de substituição dos combustíveis fósseis. A produção de etanol nos estabelecimentos de agricultura familiar representa uma alternativa de diversificação e renda para os produtores.

A comunidade de Cândido Godói criou uma cooperativa com fins específicos para buscar alternativas de produção de energia a partir da biomassa.

No caso específico do projeto está prevista a instalação de uma usina de extração de etanol com uma capacidade de produzir 350 litros/hora. A inclusão de projetos desta natureza no PED se justifica pela busca conjunta, Estado e iniciativa privada, de financiamento para as obras de instalação da usina.

Beneficiários: População da Região Fronteira Noroeste.

Resultados pretendidos: Produção de etanol a partir da cana e sorgo.

Alinhamento Estratégico: Infraestrutura e Gestão Pública

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Instalação de Usina de Produção de Etanol resultado intermediário obtido ao longo do projeto.

Meta: Produção de 350 litros etanol/hora.

Custo: R\$ 1.000.000,00.

Prazo: 36 meses.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Copergs.

Órgãos Públicos Envolvidos: ANP, Petrobras.

Organizações parceiras: Cooperativas e setor privado.

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Fonte de Financiamento: BRDE, Badesul.															
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.															
Desapropriação: Não.															
Licença Ambiental: Sim.															
Licitação: Não.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00.															
Fontes de recursos: Sistema público de financiamento.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.															
Investimentos: R\$ 1.000.000,00.															
Despesas Correntes															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 1.000.000,00.															
7– CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1		x	x	x	x	x									

Estratégia 2 – Projeto 11 – Prioridade 5

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Elaboração e Aplicabilidade de Planos de Mobilidade Urbana.
Localização: Corede Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 612.000,00.
Duração do projeto: 24 meses.
Responsável pela execução: Prefeituras dos 20 municípios do Corede Fronteira Noroeste.

Escopo: Formar e qualificar equipes técnicas preparadas para a execução dos planos de mobilidade urbana de acordo com os preceitos legais.

Responsável: Corede

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Contribuir para a instalação dos planos de mobilidade urbana nos municípios da região.

Justificativa:

A mobilidade urbana e suas configurações é um tema que está diretamente relacionado com a qualidade de vida de toda a sociedade. O desafio de proporcionar um ambiente social agradável, pautado na mobilidade urbana sustentável, é iminente e necessário, haja vista que uma das principais insatisfações da população brasileira atualmente está baseada neste eixo de planejamento público. Gerenciar o conflito de interesses, a dispersão das atividades das cidades, o aumento da frota veicular, entre outros fatores, representa desafios para os gestores públicos e sociedade.

A interferência direta das políticas públicas relacionadas à mobilidade urbana e dos mecanismos de gestão vinculados ao tema apresenta forte e pronunciada interface com o bem-estar da sociedade.

Não há como se discutir cidades sustentáveis sem incluir no planejamento políticas públicas que envolvam a mobilidade urbana. O desenvolvimento econômico dos municípios, a atração e afastamento de pessoas, indústrias, investimentos e empregos têm vínculo direto com a situação da mobilidade urbana.

Beneficiários: População do Corede Fronteira Noroeste.

Resultados pretendidos: Garantir a plena execução dos Planos de Mobilidade Urbana.

Curto prazo: Instituir os planos.

Médio prazo: Melhorar a mobilidade e acessibilidade nos núcleos urbanos da região

Longo prazo: Garantir a qualidade de vida da população por meio da mobilidade urbana e adequação das estruturas para acessibilidade nas cidades.

Alinhamento Estratégico: Infraestrutura e Gestão Pública

3 – PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Formação do grupo técnico de trabalho e desenvolvimento de proposta.</p> <p>Meta: Formação de uma equipe por prefeitura pertencente ao Corede Fronteira Noroeste e realização de estudo para assessorá-la na execução dos planos de mobilidade urbana.</p> <p>Custo: R\$ 10.000,00 por equipe/prefeitura, totalizando R\$ 200.000,00.</p> <p>Prazo: 8 meses.</p>
<p>Produto 2: Realização de audiências públicas para colaboração da população na consolidação da proposta, diagnóstico da realidade municipal e audiências públicas para a discussão das metas e propostas.</p> <p>Custo: R\$ 2.000,00 por equipe/prefeitura, totalizando R\$ 20.000,00.</p> <p>Meta: Realização de 20 audiências, uma por município, coordenadas pelas equipes técnicas.</p> <p>Prazo: 24 meses.</p>
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
<p>Equipe do Projeto: biólogos e/ou engenheiros ambientais e sanitários e/ou engenheiros civis e/ou engenheiros agrônomos das prefeituras; secretários municipais; prefeitos, sujeitos atuantes em áreas afins.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério das Cidades, Secretaria dos Transportes do RS, Associação dos Municípios da Região da Grande Santa Rosa, Comudes, Secretarias Municipais de Planejamento e/ou de Mobilidade Urbana.</p>
<p>Organizações parceiras: Universidade, empresas, ONGs, cooperativas, etc.</p>
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Identificação da origem dos recursos.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>
<p>Desapropriação: Não.</p>
<p>Licença Ambiental: Sim.</p>

Licitação: Sim.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos+despesas correntes
Fontes de recursos: Governo do Estado do RS
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 200.000,00.
Produto 2: R\$ 20.000,00.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1: 12 meses.
Produto 2: 24 meses.

Estratégia 2 – Projeto 12 – Prioridade 13

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fomentar a instalação de sistemas de energia distribuída.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.000.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela instalação: Cooperativas de geração e empresas de geração.
Escopo: Instalação de sistemas de energia distribuída solar, eólica e hidráulica.
Responsável: Cooperativas e setor privado.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Fomentar a instalação de sistemas de energia distribuída na região.

Justificativa: A energia é um dos insumos fundamentais para o desenvolvimento local. A resolução 482/2012 da Aneel, que trata da energia distribuída, incentiva a instalação de sistemas de energia limpa em estabelecimentos conectados à rede de distribuição. Inclusive na região existem várias empresas especializadas em energia fotovoltaica e eólica, assim como provedores de equipamentos para minigeração hidrelétrica.

O incentivo a estas formas de geração de energia visa a melhorar os índices de sustentabilidade, assim como contribuir para o fortalecimento da indústria de equipamentos instalada na região. Outro ponto importante é o desenvolvimento tecnológico que é incentivado à medida que tais projetos são instalados e passam a ser referência regional.

A expectativa de que se reduza o grau de subsídio na energia consumida no meio rural fará com que haja um impacto tarifário neste tipo de consumidor. Sendo insumo para grande parte dos estabelecimentos, a adoção de sistemas de energia distribuída torna-se alternativa econômica a ser adotada nos níveis de escala produtiva.

A inclusão de projetos desta natureza no PED justifica-se pela busca conjunta, Estado e iniciativa privada, de financiamento das obras de instalação dos sistemas.

Beneficiários: População da Região Fronteira Noroeste.

Resultados pretendidos: Popularização dos sistemas de energia distribuída.

Curto prazo: Instalação de pelo menos cinco sistemas de energia distribuída nos municípios da região.

Médio prazo: Difundir a energia distribuída na região.

Longo prazo: Popularização do uso de sistemas de energia distribuída e aumento da consciência relativa à sustentabilidade na região.

Alinhamento Estratégico: Infraestrutura e Gestão Pública.

3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Fomento à instalação de sistemas de energia distribuída (solar fotovoltaica, eólica, minicentrals hidrelétricas).
Meta: 2 MW de sistemas de energia distribuída instalados na região.
Custo: R\$10.000.000,00.
Prazo: 60 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Cooperativas de geração e empresas de geração.
Órgãos Públicos Envolvidos: BRDE, Banrisul, Aneel.
Organizações parceiras: Cooperativas de Eletrificação.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: BRDE e Banrisul.
Elaboração de Projeto Executivo: Não.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.000.000,00.
Fontes de recursos: Permissionárias de Distribuição de Energia
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.
Investimentos: R\$ 10.000.000,00.
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 10.000.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
60 meses a partir do primeiro semestre de 2018.

Estratégia 2 – Projeto 13 – Prioridade 6

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fomentar as dimensões de inovação e empreendedorismo junto as empresas, organizações do terceiro setor e setor público da região Fronteira Noroeste
Localização: Corede Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.
Duração do projeto: 60 meses.
Responsável pela execução: Instituições de Ensino Superior e Conselhos Municipais de Desenvolvimento.
Escopo: Por meio de ações dos Conselhos Municipais de Inovação, potencializar ações de empreendedorismo nas áreas pública e privada.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Gerar ações de inovação e empreendedorismo na região da Fronteira Noroeste.
<p>Justificativa: Um dos pilares do desenvolvimento econômico, atualmente fortemente alicerçado na geração de novas tecnologias, é o empreendedorismo baseado em empresas e ações tecnologicamente inovadoras. Promover ações de inovação é instrumento de alavancagem de fontes de renda com alto valor agregado.</p> <p>A formação e promoção de locais adequados para a produção desse conhecimento ou para a aplicação de conhecimentos existentes em produtos e processos transforma tecnologia em agregação de valor, fortalecendo o desenvolvimento regional. Os usos destas tecnologias tornam mais competitivas as indústrias locais, além de promover a diversificação produtiva, formando novos <i>clusters</i> e fortalecendo os já existentes. Hoje em dia é difícil enxergar o desenvolvimento regional sem transpassar por ele o desenvolvimento tecnológico.</p> <p>De acordo com Büttgenbender (2008) os empreendedores procuram ambientes em que possam criar laços de cooperação, compartilhar conhecimento e desenvolver projetos inovadores, com universidades e centros de pesquisa. Esses ambientes são chamados de habitats de inovação e assim são conceituados: “Habitats de inovação são ambientes que oferecem estímulos ao desenvolvimento empreendedor nas várias fases da empresa, desde o nascimento da ideia até a</p>

consolidação de uma grande organização com foco em tecnologia e inovação”.
Assim, entende-se fundamental a interferência desses atores de desenvolvimento tecnológico na lógica da geração de valor e crescimento sustentável regional.
Beneficiários: 207.000 pessoas (população da Fronteira Noroeste).
Resultados pretendidos: Curto prazo: Organizar comitês regionais e locais de geração de inovação e fomento ao empreendedorismo. Médio prazo: Gerar projetos de inovação e empreendedorismo. Longo prazo: Aumentar a geração de empresas de inovação na Fronteira Noroeste, incrementando emprego e renda.
Alinhamento Estratégico: Econômica.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Formar Conselhos Municipais de Inovação e Empreendedorismo Custo: R\$ 100.000,00. Meta: Conselhos operando. Prazo: 12 meses.
Produto 2: Prestar assistência técnica aos projetos de inovação aprovados pelos Comudes. Custo: R\$ 1.900.000,00. Meta: Criação de 10 empreendimentos inovadores na região. Prazo: 60 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Corede FN, Cofron, Nepi.
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras.
Organizações parceiras: Associação dos Municípios da Região, Sebrae, ACIs, Agência de Desenvolvimento.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.

Licitação: Não.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00															
Fontes de recursos: Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Prefeituras.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.															
Investimentos: R\$ 600.000,00.															
Despesas Correntes: -															
Investimentos															
Produto 1: R\$ 100.000,00															
Produto 2: R\$ 1.900.000,00															
7– CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1	x														
Produto 2		x	x	x	x	x									

Estratégia 2 – Projeto 14 – Prioridade 8

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO															
Título: Elaboração e implementação de plano de uso, manejo e conservação do solo e da água.															
Localização: Região da Fronteira Noroeste.															
Valor total estimado do projeto: R\$ 2. 800.000,00.															
Duração do projeto: 48 meses.															
Responsável pela execução: Cofron e Corede Fronteira Noroeste.															
Escopo: Fomentar um programa de uso, manejo e conservação do solo e da água na região de acordo com o plano da Bacia Hidrográfica da região.															
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO															
Objetivo: Introduzir práticas comunitárias para a conservação do solo e da água nos municípios da Fronteira Noroeste.															

Justificativa:

De acordo com o plano da Bacia Turvo, Santo Cristo e Santa Rosa, considera-se de grande importância para o desenvolvimento da fauna, flora (inclusive campos e florestas nativas), diversidade biológica, patrimônio biótico, mata ciliar, preservação de nascentes, fontes de água e demais recursos que constituem a riqueza natural da bacia.

A abundante disponibilidade hídrica também é um fator positivo. A disponibilidade é quantitativa (as vazões médias são maiores que a demanda) e qualitativa (preservação da água). Além dos recursos hídricos superficiais, as águas subterrâneas da bacia também têm destaque, principalmente em razão do seu papel para o abastecimento humano. De acordo com o plano, a região é uma das mais bem servidas de recursos hídricos no Estado, principalmente no que respeita ao número de nascentes existentes.

O uso intensivo da terra, a exploração agropecuária e a urbanização têm causado degradação em níveis preocupantes. A rápida expansão da pecuária leiteira e a forte presença da suinocultura têm gerado contaminação dos lençóis freáticos e a decorrente contaminação das nascentes e córregos. Além disso, o uso intensivo de agroquímicos é outra grande fonte de poluição das águas.

A falta de recursos financeiros para tratar dejetos e a escassez de investimentos em esgotamento domiciliar, industrial e no meio rural é uma fraqueza que explica essa situação. A destruição ou degradação de mata ciliar, ocupação de APPs e outras áreas frágeis, degradação de APPs, má conservação de nascentes e matas ciliares são outros tipos de fraquezas apontadas que contribuem para a destruição da bacia.

A baixa articulação entre políticas ambientais tanto internamente nos municípios quanto entre municípios vizinhos e a falta de planos mais amplos colaboram para a degradação dos rios e do meio ambiente.

O fomento para uma rápida instituição do programa de uso, manejo e conservação do solo e da água é prioridade para a manutenção de um desenvolvimento sustentável regional.

Beneficiários: 207.000 pessoas (população da Fronteira Noroeste).

<p>Resultados pretendidos:</p> <p>Curto prazo:</p> <p>Conscientização populacional para com as questões ambientais e cuidado com as águas.</p> <p>Médio prazo:</p> <p>Redução da poluição dos rios e arroios; uso consciente de agrotóxicos; Preservação da fauna e flora.</p> <p>Longo prazo:</p> <p>Preservação das águas subterrâneas, sustentabilidade ambiental da Região Fronteira Noroeste, preservação do solo.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Divulgação e introdução do plano de uso, manejo e conservação do solo e água.</p> <p>Meta: Programa em execução nos 36 municípios da Bacia Hidrográfica.</p> <p>Custo: R\$ 800.000,00 (R\$ 15.000,00 com material didático por município da região, anualmente em 4 edições).</p> <p>Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto: Criação de equipes de monitoramento e apoio aos municípios.</p> <p>Meta: Montar equipes para auxiliar e monitorar ações nos 20 municípios.</p> <p>Custo: R\$ 2.000.000,00</p> <p>Prazo: 48 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Secretarias Municipais de Meio Ambiente; CRE – Coordenadoria Regional de Educação – Fepam, Comitê da Bacia Hidrográfica.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, Vigilâncias Sanitárias, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Seapi, Secretarias Municipais de Meio Ambiente ou similares, Secretarias Municipais da Agricultura ou similares e Secretaria de</p>

Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.															
Organizações parceiras: empresas, cooperativas, universidades, Codeter, Emater; Secretarias e Conselhos Municipais de Agricultura; Associações de Municípios, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, escolas técnicas.															
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.															
Desapropriação: Não.															
Licença Ambiental: Não.															
Licitação: Não.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.800.000,00.															
Fontes de recursos: Orçamento federal e estadual.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$ 2.800.000,00.															
Despesas Correntes:															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 800,000,00.															
Produto 2: R\$ 2.000.000,00.															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1	x	x	x	x											
Produto 2		x	x	x	x	x	x								

3 – Educação:

Constituir um sistema educacional que garanta a qualidade do ensino, a cidadania e a igualdade entre os cidadãos.

Estratégia 3 Projeto 1 – Prioridade 2

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ações de Formação Continuada para Docentes do Meio Rural.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 280.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela execução: Unijuí, IES.
<p>Escopo:</p> <p>Realização de oficinas de formação nas escolas do meio rural.</p> <p>Capacitar permanentemente os educadores e criar condições de melhoria do ensino nas escolas do meio rural.</p>
Responsável: Coordenadoria Regional de Educação.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo: Promover de forma eficiente e eficaz a inclusão dos discentes do meio rural em uma escola de ensino regular, como reza a Constituição de 1988, com profissionais treinados e capacitados para promover a inclusão na sua integralidade e de todas as formas, visando à permanência do indivíduo no meio rural.</p> <p>Transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor para todos, no qual o processo de aprendizagem seja colaborativo, contínuo, valorize e responda às diferenças humanas.</p>

Justificativa:

Ensinar constitui a atividade principal na profissão do docente e por isso deve ser compreendida como uma “arte” que envolve aprendizagem contínua e envolvimento pessoal no processo de construção permanente de novos conhecimentos e experiências educacionais, as quais preparam o docente para resolver novas situações ou problemas emergentes no dia a dia da escola e da sala de aula.

Atualmente não temos uma política específica de educação para a população que vive no campo brasileiro. No Brasil existem 76 mil escolas rurais, com mais de 6,2 milhões de matrículas e 342 mil professores. Outro dado relevante: 23,18% da população rural com mais de 15 anos é analfabeta e 50,95% não concluiu o Ensino Fundamental (MEC, 2016).

Na Região Fronteira Noroeste 32% da população é do meio rural, onde mais se tem perda populacional nos últimos 20 anos. Destaca-se a questão da identidade local, uma vez que muitas escolas estão no campo, mas não são consideradas do campo. Além disso, há um número considerável de escolas urbanas que atendem alunos oriundos do campo. Nesse sentido, uma escola com foco nas questões pertinentes ao meio rural pode contribuir para que se evite o êxodo rural que traz, entre as principais consequências, o inchaço dos bolsões de pobreza na cidade.

Beneficiários: Corpo docente, crianças, jovens e adultos em idade escolar, das Séries Iniciais ao Ensino Médio do meio rural.

Resultados pretendidos

Pretende-se inserir na pedagogia da escola do campo, no seu cotidiano escolar e no processo de ensino e aprendizagem, a educação popular, valorizando, assim, os sujeitos que a ela pertencem. Adequar os currículos escolares à realidade vivida pelas comunidades. Na formação docente, as atividades e metodologias de ensino-aprendizagem propostas neste material destinam-se a promover participação ativa dos docentes em seu processo de revisão e aprendizagem de práticas de ensino inovadoras e inclusivas, assim como construir novos conteúdos de aprendizagem a partir de seus conhecimentos e experiências anteriores.

Alinhamento Estratégico: Educação – Formação Continuada.

3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Cursos de Formação Continuada para docentes do meio rural.
Meta: 80% dos docentes municipais e estaduais participando das formações.
Custo: R\$ 280.000,00.
Prazo: 120 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Unijuí e Instituições de Ensino Superior da região.
Órgãos Públicos Envolvidos: 17ª Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias Municipais de Educação, prefeituras, Ministério da Educação.
Organizações parceiras: Instituições de Ensino Superior: Unijuí, Fema, Setrem, IFF SR, UFFS.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo federal, estadual e municipal.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 280.000,00.
Fontes de recursos: Governo federal, estadual e municipal.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.

Investimentos: gastos com impressão de materiais, equipamentos, material permanente, transporte, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 180.000,00.
Produto 2: R\$ 100.000,00.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017 – Projeto Executivo.
2018 – Lançamento do Projeto.
2020 – Avaliação e divulgação dos resultados.

Estratégia 3 Projeto 2 – Prioridade 1

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Formação Continuada na Área da Inclusão.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: IES.
Escopo: Serão oferecidas condições básicas para o desenvolvimento do Projeto. Ao longo do período serão realizadas oficinas de formação nas escolas, com a utilização do material de formação docente dos órgãos competentes.
Responsável: IES, Coordenadoria Regional de Educação.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Promover de forma eficiente e eficaz a inclusão dos discentes com as suas diversas diferenças em uma escola de ensino regular, como dispõe a Constituição de 1988, com profissionais treinados e capacitados para promover a inclusão na sua integralidade e de todas as formas.

Transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor para todos, no qual o processo de aprendizagem seja colaborativo, contínuo, valorize e responda às diferenças humanas.

Justificativa:

Ensinar constitui a atividade principal da profissão do docente e por isso deve ser compreendida como uma “arte” que envolve aprendizagem contínua e envolvimento pessoal no processo de construção permanente de novos conhecimentos e experiências educacionais, as quais preparam o docente para resolver novas situações ou problemas emergentes no dia a dia da escola e da sala de aula.

Na Constituição Federal de 1988 (CF/88), consta que a educação é direito de todos e o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educativas especiais tem de ser efetivado preferencialmente na rede regular de ensino. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394 de 1996 (LDBEN/96), especifica-se com mais detalhes como deve ser esse atendimento especializado, apresentando, em um capítulo denominado “Da Educação Especial” (Capítulo V), os seus dispositivos nos artigos. 58, 59 e 60. E, mais recentemente, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2016).., a qual

[...] tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado

e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (p. 14).

Beneficiários: Corpo docente, crianças, jovens e adultos em idade escolar, das Séries Iniciais ao Ensino Médio.

Resultados pretendidos

Pretende-se auxiliar os profissionais da educação na reflexão e revisão de suas concepções e práticas educacionais, atitudes em relação aos estudantes e crenças sobre os alunos e alunas com necessidades educacionais especiais, visando a transformar as práticas de ensino em sala de aula a partir da participação em oficinas de formação para o uso de práticas de ensino inclusivas que respondam de forma mais efetiva às necessidades educacionais dos estudantes e à diversidade nas escolas.

Na formação docente, as atividades e metodologias de ensino-aprendizagem propostas neste material destinam-se a promover a participação ativa dos docentes em seu processo de revisão e aprendizagem de práticas de ensino inovadoras e inclusivas, assim como construir novos conteúdos de aprendizagem a partir de seus conhecimentos e experiências anteriores.

Alinhamento Estratégico: Estratégia Educação – Formação continuada.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Realização de Oficinas e Cursos de Formação Continuada.

Meta: 80% dos docentes municipais e estaduais participando das formações.

Custo: R\$ 200.000,00.

Prazo: 120 meses.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Departamento de Humanidades e Educação da Unijuí.

Órgãos Públicos Envolvidos: 17ª Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias Municipais de Educação, prefeituras, Ministério da Educação.
Organizações parceiras: Instituições de Ensino Superior: Unijuí, Fema, Setrem, IFF SR, UFFS.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo federal, estadual e municipal.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00.
Fontes de recursos: Governo federal, estadual e municipal.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: gastos com impressão de materiais, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 150.000,00.
Produto 2: R\$ 50.000,00.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017 – Projeto Executivo.
2018 – Lançamento do Projeto.
2020 – Avaliação e divulgação dos resultados.

Estratégia 3 Projeto 3 – Prioridade 3

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Formação Continuada – Uso de Novas Tecnologias na Aprendizagem.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsáveis pela execução: IES, Unijuí.
Escopo: <p>Por novas tecnologias entende-se a convergência de tecnologias e mídias para um único dispositivo, que pode ser o notebook, o celular, o tablet, a lousa digital, o robô e quaisquer outras que surjam. Para o uso educacional, interessa particularmente a produção colaborativa de conhecimento, em que alunos e professores juntos também sejam coautores.</p> <p>Usar tecnologias em sala de aula, na escola, em casa e nas ruas faz parte da rotina de muitos estudantes, portanto as novas tecnologias devem fazer parte do cotidiano escolar, como é o livro, o quadro negro e o giz. É necessário oferecer condições para promoção da educação de nosso tempo, que deve estar integrada ao local em que estivermos.</p> <p>Embora as tecnologias tenham um papel importante no ensino-aprendizagem, sempre será necessário um professor para proporcionar conhecimento científico aos alunos, oferecer-lhes a mediação do conhecimento. Além disso, um dos papéis importantes do docente é o de auxiliar o aluno e capacitá-lo para incluí-lo na cultura digital. Dessa forma, a mediação pedagógica se faz necessária para que o aprendiz saia da sala de aula com plena capacidade de usufruir das possibilidades que o universo digital oferece. (Fonte: <www.ensino.eb.br/portaledu/conteudo/artigo7780.pdf>. Acesso em: 7.dez.2016).</p>
Responsável: Coordenadoria Regional de Educação.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

Entender, criar e dar vazão a uma nova escola, que vislumbre o currículo como o caminho a ser construído para e pelos aprendizes, incluindo alunos, professores, gestores e familiares.

Justificativa: Toda e qualquer profissão exige de seus profissionais uma formação constante, até mesmo porque o mundo está em contínua evolução. No entendimento da formação dos educadores muito há o que se analisar, mas faz-se mister que eles possam ser educados com e para as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O uso da tecnologia como ferramenta aponta muitas vantagens, até porque possibilita ao educador em processo de formação que possa desfrutar das oportunidades que a Internet oferece como elemento agregador de valor ao seu processo de construção e reelaboração do conhecimento. Apesar dos desafios que elas compreendem, cabe ao educador uma disposição de pesquisador para utilizar esta ferramenta no seu processo de formação e no seu desenvolvimento profissional (Pimentel, 2016).

Para Mercado (1999), na formação de professores é exigido deles que saibam incorporar e utilizar as novas tecnologias no processo de aprendizagem, exigindo-se uma nova configuração do processo didático e metodológico tradicionalmente usado em nossas escolas, nas quais a função do aluno é a de mero receptor de informações, e uma inserção crítica dos envolvidos, formação adequada e propostas de projetos inovadores.

Neste sentido é que se entende que a formação do educador seja além do técnico. Não é a quantidade e a qualidade dos equipamentos que irão garantir que a formação será de qualidade. Para irmos além deste pensamento tecnológico, Para evitar ou superar o uso ingênuo dessas tecnologias, é fundamental conhecer as novas formas de aprender e de ensinar, bem como de produzir, comunicar e representar conhecimento, possibilitadas por esses recursos, que favoreçam a democracia e a integração social (Pimentel, 2016).

Beneficiários: Corpo docente, crianças, jovens e adultos em idade escolar, das Séries Iniciais ao Ensino Médio.

<p>Resultados pretendidos</p> <p>Capacitar os profissionais da educação oferecendo condições e recursos tecnológicos para o aperfeiçoamento na área das tecnologias quanto ao uso pedagógico desses recursos de ensinar e aprender.</p> <p>Curto prazo: Modernizar o processo de ensino aprendizagem com o uso de tecnologias.</p> <p>Médio prazo: Melhoria na qualidade da educação.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Estratégia Educação</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Cursos e oficinas de Formação Continuada voltados para o uso de tecnologia na educação.</p> <p>Meta: 90% dos docentes municipais e estaduais participando das formações.</p> <p>Custo: R\$ 300.000,00.</p> <p>Prazo: 120 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Departamento de Humanidades e Educação da Unijui. e Instituições de Ensino Superior da região.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: 17ª Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias Municipais de Educação, prefeituras, Ministério da Educação.</p>
<p>Organizações parceiras: Instituições de Ensino Superior: Unijuí, Fema, Setrem, IFF SR, UFFS.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Governo federal, estadual e municipal.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não.</p>

Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00.
Fontes de recursos: Secretaria da Educação RS.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: gastos com impressão de materiais, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 200.000,00.
Produto 2: R\$ 100.000,00.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017 – Projeto Executivo.
2018 – Lançamento do Projeto.
2020 – Avaliação e divulgação dos resultados.

Estratégia 3 Projeto 4 – Prioridade 4

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Modernização de Bibliotecas – Interatividade.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 250.000,00.
Duração do projeto: 60 meses.

Responsáveis pela execução: Prefeituras, Secretarias de Educação e Cultura, Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Escolas Estaduais de Ensino Médio.

Escopo:

Estabelecer um novo conceito de biblioteca, mais interativa e dinâmica, que já vem sendo desenvolvido com sucesso em outros países. A essência do modelo de biblioteca interativa é a circularidade da informação.

A tradicional hora do conto é substituída por rodas de história, quando as crianças podem contar episódios das suas vidas, do seu cotidiano, da sua cultura. A biblioteca interativa conta com uma multiplicidade de recursos, tais como: os próprios livros, alguns escritos pelas próprias crianças, computadores, música e televisão.

O mobiliário deve ser constituído de forma dinâmica, que possibilite a composição dos ambientes conforme a necessidade, com peças intercambiáveis, nunca estáticas. Mais do que apenas justapor diferentes meios, no entanto, o intuito é oferecer o estímulo para que os alunos possam aprender a se relacionar com a informação nos mais diferentes grupos.

Responsável: Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias de Educação e Cultura.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

Este projeto pretende exigir um dinamismo e não mais o armazenamento estanque da circularidade de informações, daí o acesso por *tablets* dos recursos eletrônicos, como e-books, revistas e teses.

Transformar a biblioteca em um espaço interativo de experimentação, lúdico, em que os comportamentos incentivados são a autonomia, a sociabilidade e a postura igualitária entre educadores e alunos, resultando numa atuação com mais liberdade e compromisso. Também tem como objetivo perceber como um novo conceito de busca de conhecimento poderia atuar numa melhor relação entre a criança e o conhecimento escrito.

<p>Justificativa:</p> <p>Este projeto tem como objetivo oportunizar à criança o acesso aos bens culturais, ao lazer, às novas tecnologias de informação e à construção da cidadania buscando na solidariedade, na cooperação e na afetividade ferramentas para o desenvolvimento cognitivo. Além disso, despertar e incentivar na criança o prazer pela leitura, dentro de um processo de autoconstrução de conhecimento.</p>
<p>Beneficiários: População estudantil e comunidades em geral da Região Fronteira Noroeste.</p>
<p>Resultados pretendidos: Um maior acesso às bibliotecas, bem como um maior interesse dos alunos e comunidade em geral na busca pelo conhecimento por meio dos recursos tecnológicos atuais, mais próximos da realidade das novas gerações.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Educação – Tecnologias.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Instalar bibliotecas interativas com o uso de recursos de informática.</p> <p>Meta: 100% dos discentes acessando os materiais.</p> <p>Custo: R\$ 250.000,00.</p> <p>Prazo: 60 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Secretarias de Educação dos municípios.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação, prefeituras.</p>
<p>Organizações parceiras: Universidades, empresa locais, ONGs, cooperativas, etc.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Ministério da Educação.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>

Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Sim.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 250.000,00.
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: salas já existentes nas escolas, mesas, cadeiras, livros, jogos, televisores, tablets, computadores, <i>pen drives</i> , etc.
Despesas Correntes: papel ofício e outros, lápis para colorir, canetinhas, tesouras, colas diversas, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 250.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017– Elaboração do projeto executivo.
2018 a 2019 – Execução.
2020 a 2021 – Consolidação do projeto.

4 – Saúde

Garantir o bem-estar da população instituindo políticas de saúde que atendam à plenitude das demandas regionais.

Estratégia 4 – Projeto 1 – Prioridade 2

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos em hortaliças consumidas na Região Noroeste do Estado do RS e ações educacionais ao trabalhador rural.
Localização: Corede Fronteira Noroeste e Corede Noroeste Colonial.
Valor total estimado do projeto: R\$1.000.000,00.
Duração do projeto: 12 meses.
Responsável pela execução: Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
<p>Escopo:</p> <p>1. Desenvolvimento de Método para Análise de Resíduos de Agrotóxicos.</p> <p>Disponibilidade de metodologia analítica para determinação de resíduos de agrotóxicos em amostras de água, alface, pimentão e tomate.</p> <p>2. Realizar três coletas e analisar amostras de água dos municípios de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e Cruz Alta, municípios-sede das Coordenadorias Regionais de Saúde, pertencentes à região dos Centros Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador – Cerest Missões e Cerest Fronteira Noroeste, que integram o estudo. Avaliar a qualidade da água potável de pontos estratégicos pertencentes à região de abrangência dos Centros Regionais.</p> <p>3. Realizar três amostragens e avaliar a presença de resíduos de agrotóxicos em amostras de alface, tomate e pimentão em cinco pontos</p>

de venda nos municípios de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e Cruz Alta, municípios-sede das Coordenadorias Regionais de Saúde, pertencentes à região dos Centros Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador – Cerest Missões e Cerest Fronteira Noroeste, que integram o estudo.

Avaliar a qualidade dos alimentos consumidos na região de abrangência dos Centros Regionais.

4. Relacionar variáveis relativas à ocupação, sintomas físicos e emocionais, local de origem de agricultores que utilizam agrotóxicos com a ocorrência de transtornos mentais comuns.

Avaliar os riscos ocupacionais dos trabalhadores rurais participantes da pesquisa.

5. Elaborar, testar e validar instrumento educativo, ilustrativo, que possa ser utilizado por trabalhadores rurais e respectivas famílias.

Contribuir com um subsídio educacional, na perspectiva de empoderar o trabalhador participante da pesquisa para o cuidado de si e do ambiente.

6. Realizar ações educacionais com trabalhadores rurais e familiares referentes aos danos decorrentes do uso de agrotóxicos para a saúde e o ambiente, aliados aos cuidados na manipulação de materiais em contato com as respectivas substâncias.

Contribuir para a promoção, proteção da saúde e prevenção de doenças ao trabalhador, extensivo aos seus familiares e comunidade.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

1. Estudar e desenvolver método analítico para determinação de resíduos de agrotóxicos em amostras de água potável, alface, pimentão e tomate.

2. Realizar intervenções educacionais com trabalhadores rurais.

3. Avaliar a ocorrência de transtornos mentais comuns em trabalhadores que utilizam agrotóxicos e relacioná-los com sintomas físicos e emocionais referidos.

<p>Justificativa:</p> <p>A agricultura moderna passou a utilizar diferentes técnicas e insumos, agrotóxicos e fertilizantes, a fim de minimizar as perdas na produção e atender à demanda crescente por alimentos, o que possibilita incremento tanto na produtividade quanto em rentabilidade. O uso indiscriminado desses diferentes insumos, entretanto, pode acarretar diversos prejuízos à saúde humana e ambiental (Veiga, 2007).</p>
<p>Beneficiários: estudantes, agricultores, técnicos, população da RF7.</p>
<p>Resultados pretendidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Consolidar a infraestrutura da Unijuí para análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos, tornando-se um centro de referência regional. – Apoiar ações do poder público municipal e regional para avaliação da qualidade dos alimentos adquiridos para a merenda escolar.
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Método Analítico para Determinação de Resíduos de Agrotóxicos em água, alface, pimentão e tomate.</p> <p>Meta: 4 métodos desenvolvidos.</p> <p>Prazo: 6 meses.</p>
<p>Produto 2: Análise de Resíduos de Agrotóxicos em amostras de água.</p> <p>Meta: 120 análises realizadas.</p> <p>Prazo: 12 meses.</p>
<p>Produto 3: Análise de Resíduos de Agrotóxicos em amostras de alface.</p> <p>Meta: 60 análises realizadas.</p> <p>Prazo: 12 meses.</p>
<p>Produto 4: Análise de Resíduos de Agrotóxicos em amostras de tomate.</p>
<p>Meta: 60 análises realizadas.</p>

Prazo: 12 meses.
Produto 5: Análise de Resíduos de Agrotóxicos em amostras de pimentão.
Meta: 60 análises realizadas.
Prazo: 12 meses.
Produto 6: Intervenções educacionais com trabalhadores rurais e familiares referentes aos danos decorrentes do uso de agrotóxicos.
Meta: Desenvolver 2 Seminários Educacionais.
Prazo: 12 meses.
Produto 7: Cartilha educativa.
Meta: Confeção e distribuição de mil cartilhas educativas.
Prazo: 12 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador – Cerest Fronteira Noroeste e Cerest Missões. Emater – Escritório Regional de Santa Rosa.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00.
Fontes de recursos: Ministério da Saúde.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos:						
Reagentes e padrões cromatográficos: R\$ 58.000,00.						
Vidrarias: R\$ 2.000,00.						
Consumíveis e Outros Materiais de Laboratório: R\$ 30.000,00.						
Despesas Correntes: R\$ 10.000,00.						
Investimentos e despesas correntes por produto:						
Produto 1: Atlas de Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos em hortaliças consumidas na Região Noroeste do Estado do RS e ações educacionais ao trabalhador rural.						
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO						
Etapas/Produtos	2 meses	4 meses	6 meses	8 meses	10 meses	12 meses
Desenvolvimento de Método de Análise de Resíduos de Agrotóxicos	x	x	X			
Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Água				x	x	x
Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alface				x	x	x
Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Pimentão				x	x	x
Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Tomate				x	x	x

Análise e Sistematização dos Dados						
Elaboração de Cartilha Educativa		x	X	x	x	
Distribuição de Cartilha Educativa						x
Seminários Educacionais			X			x

Estratégia 4 – Projeto 2 – Prioridade 3

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento das ações da 14ª Coordenadoria de Saúde.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: A definir.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: 14ª Coordenadoria de Saúde.
Escopo: Por meio da qualificação das ações da 14ª Coordenadoria de Saúde, garantir acesso universalizado aos serviços de saúde na região.
Responsáveis: 14ª Coordenadoria Regional de Saúde, Cogere e Associação dos Municípios.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Apoio à Atenção Básica, qualificação das Unidades Básicas de Saúde e demais espaços de saúde (com destaque aos dependentes químicos). Disponibilidade de recursos para construção e melhorias nas UBSs e equipamento e material permanente.
Justificativa: A Constituição de 1988, em seu texto, garante acesso universal aos serviços de saúde. A partir daí inicia-se a instituição do SUS, Sistema Único de Saúde. Sua criação, funcionamento e cumprimento dos preceitos constitucionais são objetos de construção

<p>cotidiana da sociedade brasileira. Na região da Fronteira Noroeste o sistema está em funcionamento e é bem avaliado pela população.</p> <p>Este sistema complexo necessita de constante aperfeiçoamento, reaparelhamento e capacitação das pessoas envolvidas na gestão e execução das atividades.</p>
<p>Beneficiários: População da região da Fronteira Noroeste – 22 municípios de abrangência da 14ª CRS.</p>
<p>Resultados pretendidos: Qualificação dos espaços públicos com acesso que garanta atendimento humanizado para a população usuária do SUS.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Saúde – Fortalecimento da 14ª Coordenadoria e gestão do SUS.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Realizar ações que garantam o pleno funcionamento do SUS.</p> <p>Meta: Acesso qualificado a todos os cidadãos.</p> <p>Custo: R\$ 200.000,00</p> <p>Prazo: 120 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: 14ª Coordenaria Regional de Saúde.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde.</p>
<p>Organizações parceiras: Secretarias Municipais de Saúde e Fumssar.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Ministério da Saúde.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não.</p>
<p>Licença Ambiental: Não.</p>
<p>Licitação: Não.</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 – RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00</p>

Fontes de recursos: Governo do Estado através da Secretaria Estadual da Saúde.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: A ser definido com os órgãos técnicos regionais.
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: Fortalecimento das ações da 14ª Coordenadoria de Saúde.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
120 meses.

5 – Indústria e Comércio

Constituir na região um ambiente empresarial que proporcione crescimento das empresas por meio do empreendedorismo, inovação tecnológica e geração de resultado econômico que se converta em desenvolvimento econômico regional.

Estratégia 5 – Projeto 1 – Prioridade 3

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00.
Duração do projeto: 24 meses.
Responsáveis pela execução: Secretarias Municipais de Assistência Social.

Escopo:

Este projeto visa a atender às necessidades profissionais respeitando a territorialidade por meio da promoção de cursos técnicos profissionalizantes, oportunizando assim que os indivíduos em situação de vulnerabilidade social qualifiquem-se e abram as portas do mercado de trabalho na sua região.

Os principais resultados são oportunizar aos beneficiários dos programas assistenciais a superação da situação de vulnerabilidade.

Responsáveis: Secretarias Municipais de Assistência Social.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Qualificar profissionalmente os usuários em vulnerabilidade social.

Justificativa:

A ausência de qualificação profissional para as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social está cada vez mais em destaque na Região Fronteira Noroeste. A contratação de pessoas qualificadas vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a manutenção da qualidade da prestação dos serviços oferecidos.

Parte-se do pressuposto de que há oferta de trabalho para pessoas qualificadas, porém falta oportunidades de qualificação e direcionamento para as áreas desassistidas de mão de obra qualificada. Nesse contexto, a formação/qualificação do trabalhador adquire função estratégica nas políticas públicas de trabalho, qualificação e geração de renda.

O projeto pretende trazer oportunidade para a população em risco de vulnerabilidade social de qualificação profissional visando não apenas à inserção no mercado de trabalho, mas o estímulo ao empreendedorismo para que o participante não tenha apenas a opção de ser empregado, mas também de ser empregador, gerando ainda mais emprego e renda para a Região Fronteira Noroeste.

Beneficiários: Usuários dos programas de assistência social dos governos federal e municipais de acordo com os referidos cadastros.

Resultados pretendidos: Inclusão produtiva e acesso ao mercado formal de trabalho de jovens em situação de vulnerabilidade social.

Curto prazo: Oferecer opções de cursos de capacitação.

Médio prazo: Qualificação profissional e inclusão de jovens ao mercado de trabalho.
Longo prazo: Redução do consumo de entorpecentes e dos índices de violência.
Alinhamento Estratégico: Inclusão social.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Cursos profissionalizantes.
Meta: 80% dos beneficiários dos programas assistenciais.
Custo: R\$ 350.000,00.
Prazo: 24 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Equipe Multidisciplinar de profissionais da saúde e desenvolvimento social
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Trabalho, Secretaria de Desenvolvimento Social, prefeituras, Escolas Técnicas, IFF, Senai, Sesi, Senac.
Organizações parceiras: Comissões Municipais de Emprego e Renda, SJDS (Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social), FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), Sebrae.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: MDS, FAT e FGTAS.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00 + R\$ 150.000,00.
Fontes de recursos: MDS, FAT e FGTAS.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: Contratação de profissionais ministrantes dos cursos,

local, divulgação, etc.
Despesas Correntes: Materiais didáticos, de expediente, manutenção física do local, produtos de higiene e limpeza, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: Programa de Qualificação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
6 meses – Elaboração do projeto executivo e divulgação.
18 meses – Execução.

Estratégia 5 – Projeto 2 – Prioridade 1

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Capacitação de Gestão de MPEs do Setor Metalmeccânico.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 400.000,00.
Duração do projeto: 60 meses.
Responsáveis pela execução: IES, ACIs.
Escopo: Programas de capacitação das micro e pequenas empresas do setor metalmeccânico.
Responsáveis: Nepi, Unijuí.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: O projeto pretende capacitar tecnicamente os gestores das micro e pequenas empresas do setor metalmeccânico da Região Fronteira Noroeste, garantindo assim a sua permanência no mercado.
Justificativa: As indústrias do setor metalmeccânico são responsáveis por aproximadamente 20% do produto industrial do Rio Grande do Sul, o que tornou o Estado um dos principais polos metalmeccânicos do país. Entre as empresas deste setor destacam-se as micro e pequenas empresas de autopeças e de máquinas e implementos agrícolas, todas exportando uma parcela significativa de sua produção. A Região

Noroeste se constitui no segundo polo metal- mecânico do Rio Grande do Sul. Especificamente na Região Fronteira Noroeste estão presentes grandes empresas produtoras de máquinas e implementos agrícolas. Sendo o agronegócio um dos principais geradores de riqueza em âmbito nacional e a sua competitividade cada vez maior, o setor de insumos ligado a ele, por decorrência, também entra em uma espiral de competitividade.

Beneficiários: Micro e pequenas empresas do setor metalmeccânico.

Resultados pretendidos: Micro e pequenas empresas do setor metalmeccânico capacitadas em sua gestão.

Alinhamento Estratégico: Dimensão econômica.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Realizar diagnóstico das principais necessidades de capacitação em gestão nas empresas.

Meta: Identificar as quatro principais áreas que necessitam capacitação.

Custo: R\$ 50.000,00.

Prazo: 6 meses.

Produto 2: Realizar cursos de capacitação para as empresas de acordo com o diagnóstico.

Custo: R\$ 350.000,00.

Meta: Capacitar 300 empresas/colaboradores.

Prazo: 36 meses.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Técnicos a serem contratados.

Órgãos Públicos Envolvidos: IES, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, ACIs, Sebrae.

Organizações parceiras: Unijuí campus Santa Rosa, Instituto Federal Farroupilha campus Santa Rosa, Sebrae.

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Sec. Desenv. Ciência e Tecnologia, Sebrae, MDIC, BNDES.

Elaboração de Projeto Executivo: Sim.															
Desapropriação: Não.															
Licença Ambiental: Não.															
Licitação: Não.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 400.000,00.															
Fontes de recursos: Sedai, Sebrae, MDIC.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$ 400,000,00															
Despesas Correntes: material didático, quilometragem, aluguéis e outros.															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 50.000,00															
Produto 2: R\$ 350.000,00															
7– CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1		x													
Produto 2		x	x	X	X	x									

Estratégia 5 – Projeto 3 – Prioridade 4

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO													
Título: Fomento à infraestrutura de turismo decorrente do lago da UHE Panambi													
Localização: Região Funcional ou Corede ou municípios de incidência do projeto: Região Fronteira Noroeste.													

Valor total estimado do projeto: R\$ 40.000.000,00.
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela execução: Empresas da região.
Escopo: Fomentar a instalação de infraestrutura voltada ao turismo regional decorrente da formação do lago da Usina Hidrelétrica Panambi. Instalação de hotéis, balneários e pousadas na região constituída pelas margens do lago.
Responsável: AMGSR, Corede e entidades regionais de desenvolvimento.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: O projeto visa a aumentar a oferta de infraestrutura voltada ao turismo na região.
Justificativa: <p>O Brasil, através de sua matriz energética brasileira, comparativamente ao restante do mundo, é um dos países que possui um dos maiores percentuais de energia advinda de fontes renováveis. No caso da energia elétrica, 75% da oferta é oriunda de fontes renováveis (dados do MRE para 2015). Na região da Fronteira Noroeste está prevista a construção de Usina Hidrelétrica Panambi, no Rio Uruguai. O projeto prevê a potência instalada de mais de 600 MW. O lago da referida Usina deverá se estender em uma faixa de mais de 50 km à margem esquerda do Rio, atingindo os municípios de Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Alecrim e Porto Mauá. O lago deverá trazer uma nova configuração do ponto de vista paisagístico natural. Assim como em outras experiências semelhantes, o lago formado cria novas alternativas de lazer e turismo local. O cuidado que se deve observar, além de seguir rigorosamente as normativas ambientais, é a exploração sustentável do potencial.</p> <p>A instalação de infraestrutura voltada ao turismo regional apresenta-se como alternativa de geração de emprego e renda para a população regional.</p>
Resultados pretendidos: Obter infraestrutura necessária para atender à demanda local.

Alinhamento Estratégico: Infraestrutura e gestão pública.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Fomento à instalação de infraestrutura voltada ao turismo regional.
Meta: Instalação de 5 hotéis e 5 balneários.
Custo: R\$ 40.000.000,00.
Prazo: 10 anos.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Empresas da região.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ibama, Eletrobrás, Ebisa, Embratur Secretaria Estadual do Turismo.
Organizações parceiras: Governo federal, estadual e empreendedor.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Embratur.
Elaboração de Projeto Executivo: sim.
Desapropriação: Sim.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 40.000.000,00
Fontes de recursos: Ministério do Turismo
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.
Investimentos: R\$ 40.000.000,00.

Despesas Correntes:															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 40.000.000,00.															
7- CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			

Estratégia 5 – Projeto 5 – Prioridade 2

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criação de um sistema de inteligência de mercado.
Localização: Corede Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.400.000,00.
Duração do projeto: 60 meses.
Responsável pela implementação: Corede Fronteira Noroeste.
Escopo: Criação de um sistema de inteligência de mercado e cooperação entre as pequenas e microempresas da Região Fronteira Noroeste.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Proporcionar aumento da competitividade e inserção no mercado das pequenas e microempresas da Região Fronteira Noroeste.
Justificativa: Assim como no restante do Brasil as pequenas e microempresas são responsáveis pelo maior número de empregos gerados nos setores secundário e terciário. Um dos gargalos que encontram estes estabelecimentos são as ferramentas de busca e inserção em novos mercados. No decorrer das últimas décadas as empresas da região já alcançaram patamares significativos de melhorias em seus processos produtivos mediante a introdução de recursos tecnológicos modernos, assessorias especializadas em gestão e execução de processos e melhorias em seu gerenciamento. Programas como Peiex, Nepi,

<p>programas do Sebrae, Senai e outros produziram resultados significativos em termos de crescimento empresarial. A conquista de novos mercados, contudo, por empresa de forma isolada, ainda é um desafio para tais empreendimentos. Uma ação com conhecimento especializado e focado na busca de novos mercados faz-se necessária a fim de que as pequenas e microempresas conquistem um salto de qualidade.</p>
<p>Beneficiários: Pequenas e microempresas industriais da Fronteira Noroeste.</p>
<p>Resultados pretendidos: Curto prazo: Identificar mercados potenciais para as pequenas e microempresas. Médio prazo: Aumento do número de empregos. Longo prazo: Consolidar as empresas em âmbito regional.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Dimensão Econômica.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Identificação das empresas e setores a serem envolvidos no projeto. Meta: incluir 8 setores e 60 empresas. Investimento: R\$ 100.000,00. Prazo: 6 meses.</p>
<p>Produto 1: Realização de trabalho de identificação de mercados potenciais para as empresas da região Meta: incluir 8 setores e 60 empresas. Investimento: R\$ 2.300.000,00. Prazo: 36 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Nepi, Unijuí.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Sebrae, Secretarias de Desenvolvimento Econômico dos municípios.</p>

6 – Segurança Pública

Mediante a busca constante de melhorias nos recursos físicos, tecnológicos e aprimoramento do efetivo atuando de forma integrada com a sociedade, proporcionar aos cidadãos da região um sistema de segurança pública baseado no respeito à vida.

Estratégia 6 – Projeto 1 – Prioridade 1

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aumento de Efetivo da Segurança Pública.
Localização: Região Funcional ou Corede ou municípios de incidência do projeto: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Duração do projeto: 2015 a 2030
Responsável pela execução: Secretaria de Justiça e Segurança.
Escopo: síntese do que será feito e principais resultados do projeto.
Responsáveis: Cmdo 4º BPAF, Ch DR Polícia, IGP, Dir. Presídio de Santa Rosa, Polícia Federal.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Viabilização do aumento de efetivo dos órgãos da segurança pública.
Justificativa: A Região Fronteira Noroeste, por se tratar de região fronteira, sofre com a ação do tráfico e descaminho, principalmente. Apesar da presença da política de segurança em fronteiras e do conjunto de ações da Brigada Militar e Polícia Civil, é necessário reforço permanente do contingente. Tais questões foram amplamente debatidas nas assembleias municipais no processo de elaboração do Plano Estratégico do Corede.
Beneficiários: População da Região Fronteira Noroeste.

Resultados pretendidos: Melhor atendimento à comunidade regional.
Alinhamento Estratégico: alinhamento com as Diretrizes do PEDR.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Garantir o efetivo ideal em cada município de acordo com a normatização técnica da segurança pública.
Meta: Garantia de efetivo ideal em cada município.
Custo: de acordo com a normativa estadual.
Prazo: 144 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Brigada Militar e Secretaria da Segurança Pública RS.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério de Defesa, Ministério da Integração nacional, Secretaria de Segurança Pública do RS
Organizações parceiras: BM, PC, IGP, Susepe, AMSGR e Corede – FN.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Estado do RS.
Elaboração de Projeto Executivo: Não.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos+despesas correntes
Fontes de recursos: Ministério de Defesa, Ministério da Integração nacional, Secretaria de Segurança Pública do RS
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 2.000.000,00

Despesas Correntes:
Produto 1: Viaturas, Equipamentos de Segurança e capacitação para os órgãos de segurança pública na região
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
144 meses.

Estratégia 6 – Projeto 2 – Prioridade 2

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.
Localização: Corede Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 217.000,00.
Duração do projeto: 24 meses.
Responsável pela execução: Delegacia da Mulher.
Escopo: Reuniões periódicas entre organizações da sociedade civil e instituições que trabalham com a temática do enfrentamento à violência contra a mulher com o objetivo de criar e manter: estratégias de articulação interinstitucional, ações de caráter educativo e a organização de um fluxo de informações pedagógicas.
Responsável: Corede.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Consolidar ações inovadoras e coletivas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.
Justificativa: Uma pesquisa realizada pelo instituto Avon mostrou que 3 em cada 5 mulheres jovens no Brasil já sofreram violência em relacionamentos.

Já outra pesquisa apoiada pela campanha Compromisso e Atitude evidenciou que do total de atendimentos realizados pelo Ligue 180 no 1º semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência. Entre esses relatos, 51,06% corresponderam à violência física; 31,10%, violência psicológica; 6,51%, violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30%, violência sexual; 1,93%, violência patrimonial e 0,24%, tráfico de pessoas (instituto Patrícia Galvão, 2016)

Este fenômeno exige o desenvolvimento de ações coletivas para o enfrentamento desse tipo de violência, a partir de uma rede que promova uma tomada de consciência coletiva, possibilitando uma visão ampla sobre o problema e viabilizando ações que melhorem o desempenho das instituições e organizações da sociedade civil. É importante, também, evitar a duplicação de esforços e canalizá-los para a resolutividade do problema exposto anteriormente.

Beneficiários:

Mulheres vítimas de violência residentes na população da Região Fronteira Noroeste.

Resultados pretendidos:

Diminuir as desigualdades entre homens e mulheres, erradicando a violência de gênero.

Alinhamento Estratégico:

Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, inclusão, diversidade e inclusão digital e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Definir estratégias de articulação interinstitucional sob a coordenação da Delegacia da Mulher.

Meta: Reuniões mensais.

Custo: R\$ 5.000,00.

Prazo: 12 meses.

<p>Produto 2: Ações de caráter educativo de acordo com as estratégias definidas no produto. 1</p> <p>Custo: R\$ 12.000,00.</p> <p>Meta: Campanhas de comunicação, elaboração de cartilhas e selo de identificação.</p> <p>Prazo: 12 meses.</p>
<p>Produto 3: Aquisição de um automóvel que fique à disposição do Centro de Referência de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.</p> <p>Meta: Aquisição de um veículo.</p> <p>Custo: R\$ 80.000,00.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos:</p> <p>Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro Referência Assistência Social (Cras), Delegacias de Polícia, Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica, Batalhão da Polícia Militar, Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica, Secretarias de Assistência Social; Secretarias da Saúde; prefeituras.</p>
<p>Organizações parceiras: Diretorias dos hospitais regionais, Programas de Atenção e Atendimento às Vítimas de Violência, Conselhos Tutelares, Coordenadoria Regional de Educação (CRE), Instituto Federal Farroupilha de Panambi; Unijuí; Coletivos Feministas.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Saúde (SES/RS); Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS/RS).</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>
<p>Desapropriação: Não.</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim.</p>

6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: investimentos+despesas correntes															
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Saúde (SES/RS); Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS/RS).															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.															
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 5.000,00.															
Produto 2: R\$ 12.000,00.															
Produto 3: R\$ 80.000,00.															
7– CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1	x	x													
Produto 2		x	x												
Produto 3		x	x	x											

Estratégia 6 – Projeto 3 – Prioridade 3

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto de redução de acidentes
Localização: Região Funcional ou Corede ou municípios de incidência do projeto: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 110.000,00.
Duração do projeto: a partir de 2018.

Responsável pela execução: Brigada Militar.
Escopo: Instituir programa de prevenção e redução de acidentes de trânsito na Região Fronteira Noroeste.
Responsável: Brigada Militar e AMGSR.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Organização de Programa de Prevenção de Acidentes.
<p>Justificativa:</p> <p>O Brasil é o quarto país no mundo com maior número de mortes por acidentes de trânsito. O custo social desta triste estatística é extremamente alto à medida que a sociedade despende altos valores com a perda de vidas humanas e o tratamento de saúde para o restabelecimento das vítimas. A Região Fronteira Noroeste é dotada de uma série de vias federais e estaduais que apresentam altos índices de acidentes.</p> <p>Um programa educativo nas escolas, aparelhamento das forças de segurança nas estradas e ações ostensivas são de grande importância para a redução dos acidentes. O presente projeto visa a reforçar ações de prevenção no sentido de reduzir o índice de acidentes de trânsito na região.</p>
Beneficiários: População da Região Fronteira Noroeste.
<p>Resultados pretendidos: Reduzir o volume de acidentes de trânsito na região.</p> <p>Curto prazo: Execução das atividades do projeto.</p> <p>Médio prazo: Reduzir o número de acidentes de trânsito.</p> <p>Longo prazo: Melhorias na segurança do trânsito da região.</p>
Alinhamento Estratégico: Segurança Pública.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Realização de oficinas, palestras em escolas, empresas e eventos públicos sobre segurança no trânsito.</p> <p>Meta: realização de 50 oficinas e palestras.</p> <p>Custo: R\$ 30.000,00.</p> <p>Prazo: 36 meses.</p>
Produto 2: Aparelhar a Polícia Rodoviária Estadual com equipamentos didáticos, radares e bafômetros.

Custo: R\$ 80.000,00.															
Meta: Aquisição de cinco bafômetros e material didático para as oficinas.															
Prazo: 12 meses.															
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:															
Equipe do Projeto: Polícia Rodoviária Federal e Brigada Militar.															
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Justiça e Segurança, Brigada Militar, Ministério da Justiça.															
Organizações parceiras: Órgãos de Segurança Pública e municípios.															
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO															
Fonte de Financiamento: Secretaria da Justiça e Segurança.															
Elaboração de Projeto Executivo: Não.															
Desapropriação: Não.															
Licença Ambiental: Não.															
Licitação: Sim.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 110.000,00.															
Fontes de recursos: Governos Federal e Estadual e Polícia Rodoviária Federal e Brigada Militar.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$ 90.000,00.															
Despesas Correntes: R\$ 20.000,00.															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 20.000,00.															
Produto 2: R\$ 90.000,00.															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1		x	x	x	x										
Produto 2		x	x	x	x	x	x	x							

7 – Inclusão Social

Promover o respeito à diversidade buscando igualdade, dignidade e a cidadania, garantindo os direitos humanos e construindo um sistema de justiça social

Estratégia 7 – Projeto 1 – Prioridade 3

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Oficinas de práticas restaurativas.
Localização: Corede Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.800,00.
Duração do projeto: 2018/2019.
Responsável pela execução: 17ª Coordenadoria Regional de Educação.
<p>Escopo</p> <p>Este projeto de cunho preventivo, por meio da metodologia restaurativa, coloca o cidadão a pensar nas práticas cotidianas que naturalizam a violência como a familiar, de gênero, etc.</p> <p>Serão realizadas, assim, oficinas sobre prevenção à violência e estabelecimento de práticas restaurativas em contextos escolares, para que se construa um pacto pela cidadania.</p>
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover a prevenção à violência e efetivar práticas restaurativas nos ambientes escolares por meio da sensibilização de professores e técnicos de ensino na rede pública estadual.
<p>Justificativa</p> <p>O mapa da violência de 2016 mostra que, no Brasil, de 2003 a 2014, houve um aumento de mais de 20% nas mortes geradas por violência. Este problema chega a ser ainda maior devido à subnotificação de mortes causadas pela polícia. Violência de gênero figura como uma das mais preocupantes.</p>

<p>A responsabilização do agressor e o atendimento às vítimas de violência são atendidos por intermédio da lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, numa perspectiva punitiva, entretanto mostra-se necessário um trabalho preventivo, que promova o diálogo, a tomada de consciência e a autorresponsabilização dos indivíduos.</p> <p>Assim, pretende-se promover a cultura da paz mediante a prevenção da violência no ambiente escolar, uma vez que este é o locus privilegiado para a promoção de uma mudança cultural efetiva na sociedade.</p>
<p>Beneficiários: Professores e estudantes de escolas públicas dos municípios da Fronteira Noroeste.</p>
<p>Resultados pretendidos: Instrumentalizar os professores da rede pública de ensino para que estabeleçam práticas restaurativas no ambiente escolar.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Realizar oficinas de práticas restaurativas nos 20 municípios do Corede.</p>
<p>Meta: 20 oficinas de práticas restaurativas de 30 horas cada.</p>
<p>Prazo: 36 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Poder Judiciário; Secretarias Municipais de Educação do Corede Fronteira Noroeste; 17ª Coordenadoria Regional de Educação; Coordenação do Projeto “Cidadania para todos” (Unijuí).</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>
<p>Desapropriação: Não.</p>
<p>Licença Ambiental: Não.</p>
<p>Licitação: Sim.</p>
<p>6 – RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00.</p>
<p>Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual e Municipal e Órgãos da Região</p>

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.
Investimentos: Publicação de um livro: R\$ 7.000,00.
Despesas Correntes¹: Hora/aula docentes: R\$ 60,00 h/aula. Deslocamento: R\$ 3,50 km rodado. Alimentação: R\$ 25,00 (almoço ou janta). Apostilas: R\$ 0,10/página. Outros materiais de expediente: R\$ 1.000,00 (Canetas, confecção de cartazes, emissão de certificados).
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2018 – Fevereiro e março – Planejamento e organização de cronograma de execução nas escolas. Abril a junho – Execução de oficinas. Julho – Período de férias escolares. Agosto a outubro – Execução de 5 oficinas. Novembro – Avaliação e encerramento das atividades.
2019 – Fevereiro e março – Planejamento e organização de cronograma de execução nas escolas. Abril a junho – Execução de 15 oficinas. Julho – Período de férias escolares. Agosto a outubro – Execução de 15 oficinas. Outubro a novembro – Produção do livro. Dezembro: Lançamento e distribuição ³ do livro em formato impresso.
³ Locais de distribuição a serem definidos em planejamentos específicos.

Estratégia 7 – Projeto 2 – Prioridade 2

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Geração de renda visando à inserção/inclusão/redução da pobreza e assistência social voltadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família (projeto-piloto).
Localização: Corede Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.200.000,00.
Duração do projeto: 36 meses.
Responsável pela execução: Secretarias de Assistência Social dos Municípios.
Escopo: Proporcionar alternativas de renda aos beneficiários do Programa Bolsa Família buscando alternativa a que estas não dependam mais deste programa assistencial.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aumentar a renda das famílias juntamente com inclusão social.
Justificativa: <p>Quando enfatizados os programas de transferência de renda, no caso do Programa Bolsa Família, que atende famílias com rendimento médio mensal abaixo de R\$ 85,00, no caso de extrema pobreza, e R\$ 170,00 para famílias consideradas na pobreza. No caso da Região Fronteira Noroeste no ano de 2015 contava com 7.548 famílias beneficiárias do Programa.</p> <p>O maior município da região, Santa Rosa, contava com 2.345 famílias beneficiárias do Programa, ou seja, 31% dos beneficiários em um município. Outra característica importante é o fato de que a região, à exceção de Santa Rosa, possui um alto índice de população residente no meio rural. Nesse meio também encontram-se bolsões de pobreza. Nesses espaços encontra-se um grande número de beneficiários do Programa, os quais restam poucas alternativas de saída que não a migração para o meio urbano. A instituição de</p>

programas-piloto de geração de renda para estas populações é alternativa para que se reduza a dependência do Programa.
Beneficiários: 7.548 famílias (beneficiários do Bolsa Família).
Resultados pretendidos: Qualificar beneficiários do Programa Bolsa Família.
Alinhamento Estratégico: Educação.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Diagnóstico da situação de vida e renda de distintos grupos de beneficiários do Programa Bolsa Família. Meta: Identificação de 10 grupos no meio rural e urbano. Prazo: 12 meses.
Produto 2: Realizar cursos aos beneficiários do projeto. Meta: Cursos efetivados. Prazo: 24 meses.
Produto 3: Programa de qualificação e realização de ações de fortalecimento da economia local. Meta: Cursos e ações realizados. Prazo: 36 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Assistência Social Municipal.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social RS, MDS.
Organizações parceiras: Universidades, Cofron, Corede FN.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não.

Licença Ambiental: Não.															
Licitação: Sim.															
Outros:															
6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.200.000,00.															
Fontes de recursos: Secretaria do Trabalho e MDS.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$ 2.200.000,00.															
Despesas Correntes: –															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 100.000,00.															
Produto 2: R\$ 600.000,00.															
Produto 3: R\$ 1.500,00.															
7– CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1	X														
Produto 2	X	x													
Produto 3		x	x	x	x	x	X								

Estratégia 7– Projeto 2 – Prioridade 5

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Habitação para famílias em situação de vulnerabilidade social.
Localização: Corede Fronteira Noroeste.

Valor total estimado do projeto: R\$ 20.200.000,00.
Duração do projeto: 120 em meses.
Responsável pela execução: Secretarias Municipais de Habitação.,
Escopo: Executar projetos de habitação em áreas rurais e urbanas voltada às famílias em situação de vulnerabilidade social as quais não são alcançadas pelos programas tradicionais de habitação.
Responsável: Municípios.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Executar programa de moradia contemplando as famílias em situação de vulnerabilidade social.
Justificativa: As periferias urbanas, e alguns bolsões de pobreza no meio rural ainda persistem na região, apesar do grande volume de investimentos realizado pela Caixa Econômica Federal. Entre os anos 2010 e 2015 foram investidos R\$ 615 milhões no financiamento da habitação popular. Em sua ampla maioria os locais em que se encontram estes contingentes populacionais, os terrenos são fruto de ocupação, organizada ou não. Além das precárias condições de infraestrutura, a situação legal dos terrenos, das moradias e demais equipamentos urbanos não está devidamente regularizada. Esta situação dificulta o acesso aos programas oficiais de financiamento habitacional. Programas de moradia decente são importantes para proporcionar dignidade às famílias e proporcionar acesso aos serviços públicos mais básicos.
Beneficiários: População em situação de vulnerabilidade do Corede Fronteira Noroeste. Os beneficiários serão cadastrados pelas respectivas Secretarias Municipais de Assistência Social.
Resultados pretendidos: Reduzir o déficit habitacional. Curto prazo: Cadastrar beneficiários e realizar projeto habitacional. Médio prazo: Construir habitações. Longo prazo: Reduzir o déficit habitacional.
Alinhamento Estratégico: Diretriz Infraestrutura.

3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Identificação, por parte das Secretarias de Assistência Social dos municípios, das famílias a serem atendidas pelo projeto. Meta: Identificação das famílias em todos os municípios. Custo: R\$ 20.000,00 Prazo: 6 meses
Produto 2: Identificação e regularização das áreas onde será executado o projeto. Custo: R\$ 200.000,00. Meta: Identificar áreas nos municípios. Prazo: 18 meses.
Produto 3: Construção de moradias. Custo: R\$ 20.000.000,00. Meta: Construção de 400 moradias. Prazo: 36 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Secretarias de Habitação.
Órgãos Públicos Envolvidos: MDS, Secretarias de Habitação.
Organizações parceiras: CEF, Secretaria Estadual de Habitação.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Caixa Econômica Federal, Banrisul.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Sim.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Sim.
Outros:

6 – RECURSOS DO PROJETO																
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.220.000,00.																
Fontes de recursos: Ministério das Cidades																
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.																
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.																
Investimentos.																
Despesas Correntes:																
Investimentos e despesas correntes por produto:																
Produto 1: R\$ 20.000,00																
Produto 2: R\$ 200.000,00.																
Produto 3: R\$ 2.000.000,00.																
7– CRONOGRAMA DO PROJETO																
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
Produto 1		x														
Produto 2		x	x													
Produto 3			x	x	x	x	x									

Estratégia 7 – Projeto 4 – Prioridade 4

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento do Estatuto do Idoso e das normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa.
Localização: Corede Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 160.000,00.
Duração do projeto: 12 meses.
Responsável pela execução: Secretarias de Assistência Social.

Escopo:

Este projeto deverá assegurar os direitos e garantias previstas no Estatuto do Idoso, consolidando a lei 12.213/2010 que vigora desde o ano de 2011, referente à instituição de um Fundo Nacional do Idoso, que autorizou a dedução do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas a doações efetuadas aos respectivos fundos municipais, estaduais e nacional.

Responsável: Corede.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Garantir a aplicação do Estatuto do Idoso na Região Fronteira Noroeste.

Justificativa:

A lei nº 8.842, de 4/1/94, a Lei Federal nº 10.741, de 1/10/2003 (Estatuto do Idoso) e demais leis de caráter estadual ou municipal prescrevem a proteção à pessoa idosa. Além disso, vigora desde o ano de 2011, referente à instituição de um Fundo Nacional do Idoso, como já citado no escopo deste projeto.

Com o aumento da longevidade, as questões relacionadas à terceira idade passam a ter grande relevância no âmbito da elaboração de políticas públicas. Assim, é essencial incentivar a criação do fundo especial para captação de recursos destinados a atender estas políticas, além de ações e programas destinados à pessoa idosa, via Conselhos Municipais do Idoso.

Beneficiários: Pessoas idosas da Região Fronteira Noroeste.

Resultados pretendidos:

Promover a criação e a efetividade dos Conselhos Municipais do Idoso; efetivar o Fundo Nacional do Idoso.

Alinhamento Estratégico:

Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, inclusão, diversidade e inclusão digital e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.

3 – PRODUTOS DO PROJETO	
<p>Produto 1: Elaboração de cartilhas, cartazes e campanha de comunicação.</p> <p>Meta: Realização de uma campanha informativa sobre a importância do respeito ao Estatuto do Idoso.</p> <p>Custo: R\$ 20.000,00.</p> <p>Prazo: 12 meses.</p>	
<p>Produto 2: Realizar a Conferência Regional do Idoso.</p> <p>Custo: R\$ 20.000,00.</p> <p>Meta: Realizar uma Conferência Regional do Idoso.</p> <p>Prazo: 12 meses após campanha.</p>	
<p>Produto: Realização de oficinas municipais esclarecendo a população sobre os direitos do idoso.</p> <p>Custo: R\$ 120.000,00.</p> <p>Meta: Realizar 30 oficinas nos municípios da região.</p> <p>Prazo: 12 meses após a aprovação do projeto.</p>	sobre os dir
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:	
Equipe do Projeto:	
Secretários(as) Municipais de Assistência Social do Corede Fronteira Noroeste	
Órgãos Públicos Envolvidos:	
Ministério Público, Conselho Estadual e Municipais do Idoso, Vigilância Sanitária, Conselho Estadual e Municipais de Assistência Social, Corpo de Bombeiros, Brigada Militar, Promotoria Pública, prefeituras.	
Organizações parceiras:	
Sesc/RS; Clubes de Terceira Idade; Programa Integrado da Terceira Idade (Piti) Unijuí, Emater/Ascar.	

Estratégia 7 – Projeto 5 – Prioridade 1

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estruturação dos Serviços de Assistência Social Básica.
Localização: Região Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00.
Duração do projeto: 24 meses.
Responsável pela execução: Consórcio Público Fronteira Noroeste
Escopo: Instituição definitiva do Sistema Único de Assistência Social
Responsável: Prefeitura, Secretarias Municipais de Assistência Social.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Efetivação plena do Suas.
<p>Justificativa: A Política Nacional de Assistência Social passa a assumir conformação mais clara a partir da 4ª Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em dezembro de 2003. Decorrente da Conferência, é criada a Política Nacional de Assistência Social. Para a sua efetivação é criado o Suas – Sistema Único de Assistência Social. O Suas baseia-se na noção do pacto federativo com definição de competências dos entes nas diferentes esferas de governo. Também considera os diferentes níveis de complexidade por território, regiões e portes por município.</p> <p>Trata-se de um sistema articulador que leva em conta a proteção social básica e a proteção social especial, ambas devidamente conceituadas por legislação correspondente.</p> <p>A execução plena e definitiva desta política nos municípios garante a redução da desigualdade social, inclusão e emancipação dos cidadãos da região.</p>
Beneficiários: Usuários da Assistência Social.
Resultados pretendidos: Criação dos Centros de Referência de

Assistência Social. Curto prazo: Proporcionar condições de execução plena do Suas. Médio prazo: Funcionamento pleno do Suas na região. Longo prazo: Redução da pobreza na região.
Alinhamento Estratégico: Assistência Social.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Instalação do Suas. Meta: Instalar integralmente o Suas em 18 municípios da região. Custo: R\$ 1.500.000,00. Prazo: 36 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Secretarias de Assistência Social dos municípios.
Órgãos Públicos Envolvidos: MDS, Secretarias Municipais.
Organizações parceiras: MDS e SSP.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: MDS e municípios.
Elaboração de Projeto Executivo: Não.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Sim.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00.
Fontes de recursos: MDS
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.															
Investimentos: R\$ 1.500.000,00.															
Despesas Correntes															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 1.500.000,00.															
7– CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1		X	X	X											

Estratégia 7 – Projeto 6 – Prioridade 6

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título: Profissionalização de jovens carentes.	
Localização: Corede Fronteira Noroeste.	
Valor total estimado do projeto: R\$ 700.000,00.	
Duração do projeto: 24 meses.	
Responsável pela execução: Direções dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps).	
Escopo: Realização de cursos profissionalizantes para jovens em situação de vulnerabilidade social.	
Responsável: Corede.	
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO	
Objetivo: Elevar o nível de profissionalização de jovens carentes, suprimindo demandas do mercado regional.	
Justificativa: Problemas como a falta de acesso à instrução formal e a baixa	

<p>qualidade de ensino ocasionam a falta de empregos apropriados, especialmente para os jovens. Acredita-se que uma força de trabalho pouco qualificada gera problemas sérios para a economia regional, uma vez que os mercados ficam presos a atividades de baixo valor agregado.</p>
<p>Beneficiários: Jovens carentes e com baixa escolaridade; indústrias de laticínios.</p>
<p>Resultados pretendidos: Incluir os jovens carentes no mercado de trabalho; melhorar o desempenho econômico da região.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Educação</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Realizar cursos de qualificação para jovens carentes. Meta: Qualificar, pelo menos, 10% dos jovens carentes e com baixa instrução. Custo: R\$ 500.000,00. Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 2: Estabelecer Parcerias Público-Privadas. Custo: R\$ 200.000,00. Meta: Estabelecer, pelo menos, duas grandes parcerias com empresas na área do agronegócio. Prazo: 24 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Pessoas capacitadas e responsáveis por viabilizar alguns produtos do projeto, constituindo uma equipe.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria Estadual da Justiça e Direitos Humanos; Caps; Secretarias Municipais de Assistência Social.</p>
<p>Organizações parceiras: Sistema S; Instituto Federal Farroupilha; Unijuí, Fema, Setrem, Fahor.</p>

Estratégia 7 – Projeto 7 – Prioridade 7

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Residência Inclusiva.
Localização: Corede Fronteira Noroeste.
Valor total estimado do projeto: R\$ 550.000,00.
Duração do projeto: 18 meses.
Responsável pela execução: Apae/Santa Rosa.
Escopo: Este projeto visa à construção de uma residência inclusiva, nos termos da recente lei de acessibilidade, n. 13.146, de 6 de julho de 2015.
Responsável: Corede Fronteira Noroeste.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Acolher jovens e adultos portadores de deficiência, oferecendo apoio psicossocial em residência inclusiva nos termos da lei n. 13.146. de 6 de julho de 2015.
Justificativa: A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O artigo 31 do Capítulo 5º desta lei diz que “(...) a pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou desacompanhada, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva”. A região do Corede Noroeste Colonial não possui uma residência inclusiva, revelando-se este projeto fundamental para que essas pessoas tenham acesso ao direito estabelecido em lei.
Beneficiários: Jovens e adultos portadores de deficiência que não têm condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

<p>Resultados pretendidos: Ofertar, de forma qualificada, proteção integral a jovens e adultos com deficiências e necessidades especiais.</p> <p>Curto prazo: Edificar prédio adequado para receber as pessoas identificadas no projeto.</p> <p>Médio prazo: Proporcionar acesso adequado para as pessoas que necessitam do serviço.</p> <p>Longo prazo: Proporcionar qualidade de vida às pessoas.</p>
<p>Alinhamento Estratégico:</p> <p>Saúde e assistência Social.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Construção de residência inclusiva, no município de Santa Rosa, para o atendimento de jovens e adultos portadores de deficiência que não têm condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.</p> <p>Meta: Construção de uma residência inclusiva para atendimento de, no mínimo, 10 jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, conforme as normas estabelecidas em lei.</p> <p>Custo: R\$ 550.000,00.</p> <p>Prazo: 18 meses após a aprovação do projeto executivo.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Equipe técnica da Apae Santa Rosa.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretarias Municipais de Assistência Social.</p>
<p>Organizações parceiras: Associações de Assistência à Criança com Deficiência; Federação Estadual Associação Pais e Amigos dos Excepcionais do RS.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Ministério do Desenvolvimento Social.</p>

Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Sim.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Sim.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00.
Fontes de recursos: Governo do Estado do RS
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 550.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
18 meses após aprovação do projeto executivo.

7 – GESTÃO E INSTITUIÇÃO DO PLANO

O planejamento estratégico da Região da Fronteira Noroeste, consubstanciado neste documento, é resultado do trabalho comunitário regional. O Corede, como instância de governança regional, desempenha o papel de discutir, avaliar e impulsionar as ações de desenvolvimento regional

O processo de construção do plano levou em conta os valores democráticos e buscou a participação cidadã de forma permanente. A região é caracterizada pela sua longa trajetória de construção do desenvolvimento baseada na participação e seu capital social é, em grande parte, resultado das ações comunitárias e decisões em que são levadas em conta a opinião e avaliação da cidadania.

O planejamento, considerado uma forma de a sociedade buscar alguma forma de moldar o seu futuro, desenhar seu próprio destino, deve ser trabalhado de forma responsável, séria e utilizando-se de ferramentas experimentadas. A teia de interesses presentes em nossa sociedade, as necessidades insatisfeitas levam a que se trate o tema de modo a garantir o máximo de participação e voz aos distintos grupos sociais.

A instituição do Plano Estratégico Regional da Fronteira Noroeste pressupõe uma solução de continuidade baseada na governança territorial regional, a qual se consubstancia na própria constituição orgânica do Corede. Além das instituições estatutariamente garantidas na composição do Conselho, o plano deve estar permanentemente aberto e em discussão pela sociedade para que seja efetivado e garantido o seu acompanhamento pela sociedade regional.

Para tanto, propõe-se em âmbito macrorregional um projeto de governança regional, elaborado pelo professor doutor Pedro Luis Büttenbender (Item 7 deste documento), o qual constrói interface tanto da Região Funcional 7 quanto da Região da Fronteira Noroeste. À diretoria da Corede compete a função pública de permanente

acompanhamento da execução dos projetos oriundos das prioridades estratégicas elencadas.

Por sua vez, as instituições que fazem parte do Corede devem ter o compromisso, ao tomarem suas decisões particulares, de levar em conta que existe um plano regional, construído com a sua participação, o qual deve ser considerado para as suas próprias decisões de planejamento. Desta forma, estabelece-se uma rede de interligações que consubstancia, de fato, uma sociedade que constrói seu futuro de forma conjunta.

8 – PROPOSTA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL REGIONAL

Pedro Luís Büttenbender²

No âmbito da elaboração e definição dos 28 Planos Estratégicos de Desenvolvimento – PEDs – das regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes – e das prioridades estratégicas para cada uma das 9 Regiões Funcionais de Planejamento – RFPs – do Estado do Rio Grande do Sul, a abrangência desta proposta de governança para a Região Funcional de Planejamento – RFP7 – abrange os Coredes Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial.

A execução das prioridades constantes em cada um dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento articula-se na região funcional de planejamento a partir dos seminários e reuniões de concertação realizados durante o processo de planejamento. Este processo de planejamento e gestão dos PEDs perpassa diferentes concepções do desenvolvimento regional explicitados em cada um dos planos. Considera-se que este é resultado da construção da governança territorial que emerge da participação cidadã e da construção do capital social, das instituições partícipes constituídas a partir da liderança dos Coredes.

Nesta construção, o processo de desenvolvimento elaborado de forma participativa está sustentada na definição que “a democracia constitui um sistema político complexo, no sentido de que vive de pluralidades, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade” (Morin, 2001, p. 108). Em complemento, tratando dos processos de desenvolvimento regional construídos de forma participativa, salientam Sekiguchi e Pires (1995, p. 230) que, “na prática, a única solução é a união de forças que busquem, de fato, uma democracia verdadeiramente sustentável, tanto política e econômica, como cultural, social e eticamente”. Para Büttenbender, Siedenberg e Allebrandt (2011, p. 311), “a definição das políticas públicas de desenvolvimento, das estruturas de governança regional e dos

² Doutor em Administração, Professor Pesquisador da Unijui/Dacec, Presidente do Corede por 5 gestões (2007 a 2017), Vice-Presidente do Fórum dos Coredes RS. pedrolb@unijui.edu.br

processos de planejamento e gestão requer o envolvimento do governo e da sociedade civil, atuando em diferentes espaços de organização social através de diversos instrumentos e mecanismos de participação”.

Neste contexto e âmbito que o planejamento foi elaborado e será posto em prática, possibilitando que as redes de relações e a atuação cidadã possam conformar e possibilitar o desenvolvimento da Região Funcional 7 e, por extensão, cada uma das quatro regiões “coredianas” abrangidas.

Os processos de planejamento governamental do Rio Grande do Sul são descritos por Siedenberg, Büttendbender e Allebrandt (2011, p.191-211), associados às experiências de planejamento do desenvolvimento no Brasil. Destacam os autores que os fundamentos da descentralização dos processos de planejamento do desenvolvimento regional estão diretamente relacionados à gênese dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Os fundamentos constituintes com a criação das condições para a regionalização e descentralização da ação governamental, prevê que a definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento caberia a órgão específico, com representação paritária do governo do Estado e da sociedade civil. Os Coredes passam a se constituir na institucionalidade que assume esta função, prevista na Constituinte do Rio Grande do Sul.

Neste âmbito, pensar, dialogar e propor um planejamento para o desenvolvimento regional, como destaca Frey (2001, p. 2), “um é desafio político e de exercício de poder, que coloca em pauta a questão das instituições político-administrativas, da participação e do processo político”. Justifica-se desta forma, como enfatizam Ferreira e Ferreira (1995, p. 29), “que a busca pelo desenvolvimento perpassa a atuação de Organizações Não Governamentais, grupos comunitários, empresários, instituições científicas e principalmente na atuação do Estado, que “desempenha papel indispensável como indutor e gerenciador de uma parte dessas transformações”.

Assim, para possibilitar o desenvolvimento regional, Becker e Bandeira (2003, p. 16) registram que as iniciativas devem levar em conta e promover a acumulação do capital social, propiciando a

participação dos vários atores sociais na busca de soluções de problemas de interesse comum. A interação entre os diferentes segmentos da sociedade civil e a administração pública, por meio da participação local na formulação e na execução das ações governamentais, deve ser vista como um instrumento importante para a consolidação de relações de confiança entre os atores sociais, políticos e econômicos, públicos e privados, contribuindo, portanto, em longo prazo, para a acumulação de capital social.

A partir desta perspectiva, como define Dallabrida (2007, p. 6), “os acordos sociais, via participação cidadã e construção do capital social, possibilitam diferenciados modelos de governança territorial, esta entendida aqui como referindo-se às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”.

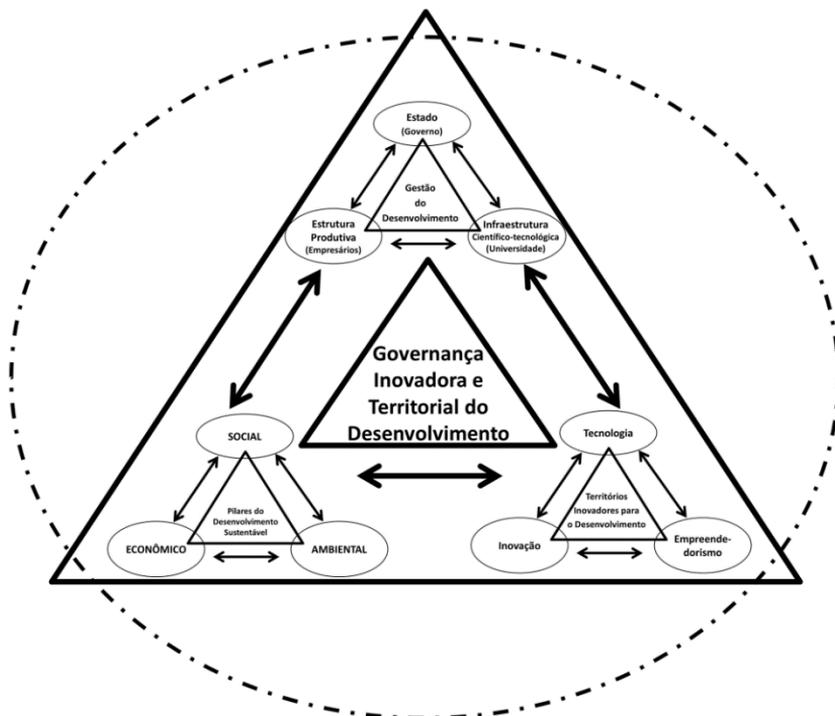
Visando à constituição de um ambiente de governança inovadora e territorial do desenvolvimento, com a fundamentação “triple-tri” proposta por Büttgenbender (2014, p.175), sustenta que a governança inovadora e de desenvolvimento territorial possui uma amplitude, diversidade e complexidade das relações e instituições envolvidas. A simplicidade sugere uma superficialidade no apoio ao processo de desenvolvimento e sustentabilidade contínua ao longo do tempo. No constructo apresentado combina as múltiplas dimensões do processo de governança, dimensionadas em três abordagens triangulares. A primeira, quando ressalta as contribuições de Etzkowitz (2009) com a tríplice hélice, combinando a cooperação entre o Estado (governo), indústria (empregadores) e universidade. A segunda abordagem com os fundamentos de Julien (2010), com a combinação de investimentos em tecnologia, inovação e empreendedorismo, reconhecendo as relações intra (dentro de cada vértice), entre (entre os três vértices) e extra (entre cada um dos vértices com o ambiente externo do espaço em que estão localizados). A terceira abordagem com as definições de Elkington (1998) e Días (2009) aportando as dimensões econômica, social e ambiental. Estas variáveis também são impactadas pelas relações políticas e territoriais. O constructo “triple-tri” de governança inovadora e territorial do desenvolvimento, reconhecido com um sistema aberto, complexo e

dinâmico, é expresso pelo contorno circular descontínuo. A ilustração consta na Figura 1.

Na RFP nº 7, e em cada uma das regiões “coredianas”, as instituições vinculadas ao planejamento são todas as previstas estatutariamente, acrescidas do direito de participação a cada um dos cidadãos da região. Por decorrência, este conjunto, além de inserido no planejamento, assume também elementos de responsabilidade na gestão e na governança do processo de desenvolvimento regional.

Neste modelo de gestão e de governança são considerados elementos prioritários e de maior responsabilidade, os líderes dirigentes dos Coredes, dos Conselhos de Representantes, as Comissões Setoriais, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, os prefeitos, vereadores, representantes de entidades locais e regionais e todos os membros da Assembleia Regional.

Figura 1 – Constructo de Governança Inovadora e Territorial do Desenvolvimento.



Fonte: Büttgenbender, 2014, p. 175.

Acrescidos a estes relacionados estão o conjunto dos cidadãos e suas representações, assentadas ou não na Assembleia Regional dos Coredes, e que poderão contribuir, vigiar e avaliar os processos de gestão e governança regional dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento e das Prioridades Estratégicas da Região Funcional.

Este processo de gestão e governança regional requer investimentos na qualificação e capacitação dos agentes integrantes e participantes do sistema socioterritorial.

Trata-se, portanto, de respeitar e destacar os valores de cada região, propor a alteração dos papéis do Estado e da sociedade

organizada e transformar a democracia participativa em participante, respeitando as diversidades socioculturais. Isso tudo poderá promover a cultura democrática e a participação cidadã na construção do capital social.

Em síntese, os atores locais e/ou regionais, aqui entendidos como as mais diversas representações públicas e privadas, das instituições organizadas, atuando em rede, possibilitam diferentes formas de gestão e instituição do Plano Estratégico de Desenvolvimento. As definições aqui registradas resultam de deliberações tomadas pelos Seminários Regionais da RFP nº 7 realizados, respectivamente: em 26.4.2016 e 24.11.2016 na URI, em Santo Ângelo; 26.10.2016 na Unijuí, em Santa Rosa; 16 e 17.11.2016 no Encontro Anual dos Coredes na Unicruz, em Cruz Alta, e 16.12.2016 na Câmara de Vereadores de Campo Novo. São acrescentadas as diversas reuniões e seminários realizados em cada uma das regiões “coredianas”, gerando proposições e posteriormente validando as diretrizes macrorregionais deste arcabouço do modelo de gestão do plano.

Tendo presente que as diretrizes estratégicas e prioridades definidas de forma conjunta pelos membros da RFP nº7 contemplam:

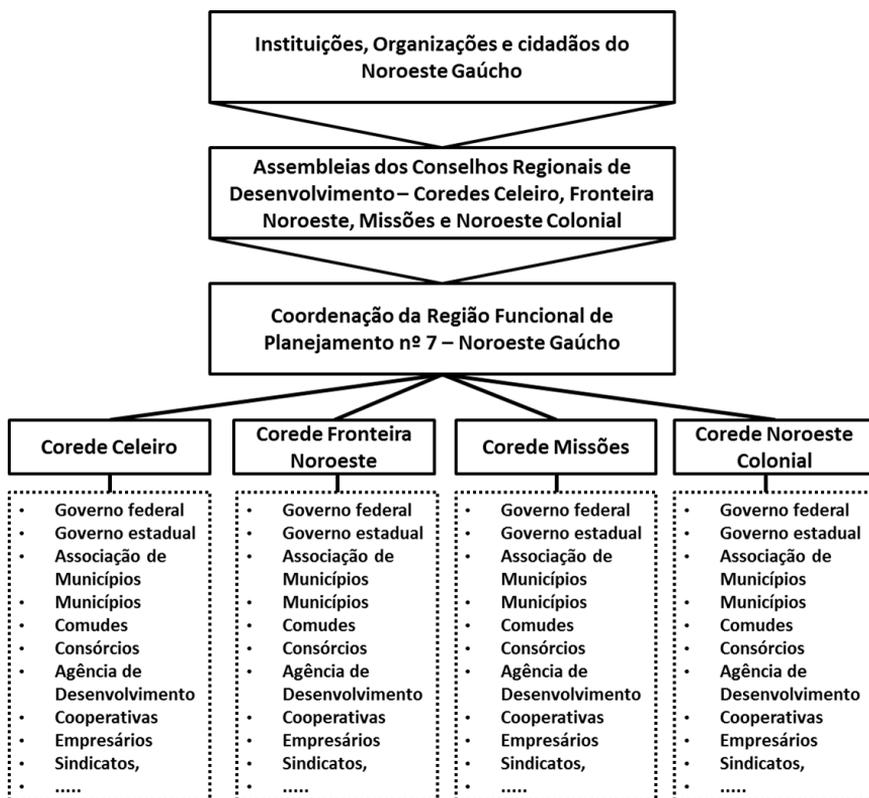
1. Qualificação da infraestrutura logística, energética e de comunicação na região, abrangendo:
 - a. Logística: Por meio de investimentos na qualificação e ampliação das possibilidades de transporte de mercadorias e pessoas pelos modais logísticos rodoviário, ferroviário, aeroviário e fluvial (hidrovia do Rio Paraná).
 - b. Energética: Mediante investimentos para a qualificação da geração e distribuição de energias limpas, por exemplo: geração de energia elétrica via Pequenas Centrais Hidrelétricas (hidroenergias – PCHs), energia eólica, energia solar e bioenergias.
 - c. Comunicação: Por meio de investimentos para a qualificação da comunicação, com melhoria da performance das tecnologias de comunicação corporativa via investimentos nas inforedes e o acesso à Internet no meio rural.
2. Qualificação, agregação de valor e maior competitividade das cadeias produtivas, por meio de investimentos na inovação,

- empreendedorismo, ciência e tecnologia.
- a. Investimentos e constituição de um Parque Tecnológico do Noroeste Gaúcho, de estrutura disseminada, abrangendo as cadeias produtivas de: alimentos, indústrias de máquinas agrícola, móveis e confecções, gestão ambiental e biodiversidade e turismo (Rotas Turísticas do Yucumã, Rio Uruguai e Missões).
3. Qualificação da governança territorial (regional), com investimentos na capacitação de gestores públicos, privados e comunitários, fortalecendo a cooperação inter e suprarregional.
- a. Capacitação das políticas públicas, com programas afirmativos de investimentos públicos no desenvolvimento da região, que integra a faixa de fronteira internacional.
 - b. Constituição de agência público-privada de desenvolvimento, de natureza suprarregional, com capacidade de elaborar projetos, captar recursos nacionais e internacionais e gerir a sua aplicação na região
 - c. Promover a constituição de um aglomerado urbano-regional (metropolização) visando à elaboração de plano estratégico e integrado de desenvolvimento regional, com ordenamento integrado de projetos, gestão conjunta de recursos e serviços públicos, com maior integração e unificação de estruturas administrativas do Estado na região, otimizando resultados em prol do desenvolvimento.

Estas diretrizes têm a finalidade de alinhar e executar as prioridades da Região Funcional e a constituição de uma estrutura de gestão e governança regional do plano. Para isto, esta estrutura possui como espaço e plenário maior, o conjunto de instituições, organizações e cidadãos da região, sustentados pelas Assembleias de cada um dos Coredes membros da RFP-7. A partir destas deliberações, a gestão seria liderada pela Coordenação Regional da RFP-7. Em termos de execução, as prioridades e projetos macrorregionais, e específicos de cada um dos Coredes, sendo executados sob a articulação dos Coredes em conjunto com governo federal, governo estadual, Associação de Municípios, municípios, Comudes, consórcios, Agências de Desenvolvimento, cooperativas,

empresários, sindicatos e outros de acordo com a característica de cada região. A estrutura de governança e gestão, em termos de execução, apoiados nas estruturas locais-regionais, estaduais e federais, conforme a ilustração na Figura 2.

Figura 2 – Modelo de governança e gestão da Região Funcional de Planejamento nº 7 para o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2030.



Fonte: Elaborado pelos Coordenadores, com base nas conclusões dos seminários realizados.

Esta estrutura de gestão e governança, juntamente com as prioridades dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento de cada uma

das regiões, bem como as prioridades e projetos macrorregionais deverão ser objeto de contínuo processo de avaliação pelo tecido institucional e de cidadania envolvidos no processo de gestão e de governança do desenvolvimento da região.

A elaboração das prioridades, resultados a serem gerados e os impactos na agregação de valor ao desenvolvimento da região serão diretamente proporcionais à capacidade da região em se capacitar e qualificar os seus mecanismos de organização, articulação, mobilização em torno das políticas públicas de desenvolvimento, abrangendo todos os atores locais-regionais, públicos, privados e comunitários.

9 – PROJETOS NO ÂMBITO DA REGIÃO FUNCIONAL 7

Nesta seção são apresentados os projetos no âmbito da Região Funcional 7, abrangendo os Coredes Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial. No Quadro 5 são apresentados e enumerados os projetos apresentados pela RF7.

Quadro 5 – Relação dos Projetos apresentados pela Região Funcional 7

N.	TÍTULO:
1	INSTALAÇÃO DE REDES DE ENERGIA TRIFÁSICA NA REGIÃO DA REGIÃO FUNCIONAL 7
2	PARQUE TECNOLÓGICO DO NOROESTE GAÚCHO E ECOSSISTEMA INOVADOR.
3	CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO – REGIÃO FUNCIONAL 7.

PROJETO 1

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: INSTALAÇÃO DE REDES DE ENERGIA TRIFÁSICA NA REGIÃO DA REGIÃO FUNCIONAL 7
Localização: Região Funcional 7.
Valor total estimado do projeto: R\$ 175.000.000,00.
Duração do projeto: 60 meses.
Responsável pela execução: Cooperativas de eletrificação, RGE.
Escopo: Instalação de 4.500 km de rede elétrica trifásica no meio rural com o objetivo de garantir energia de qualidade nos estabelecimentos de produção agrícola.
Responsável: Governança dos Coredes.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instalar 4.500 km de redes de energia trifásica na área rural da Região Funcional 7.
<p>Justificativa: A grande Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul passou a ser atendida com energia elétrica nas áreas rurais a partir dos anos 70. Em programas inseridos na modernização da agricultura gaúcha, foram criadas inúmeras cooperativas de eletrificação rural no Estado. Estas entidades foram responsáveis pela execução de um grande programa de eletrificação rural. Tal programa levou até os estabelecimentos agropecuários energia de baixa tensão. Até então o produtor rural era visto como um consumidor de tecnologias modernizantes. Neste caso, salvo exceções, a energia não era vista como um insumo para as atividades produtivas.</p> <p>Com a evolução das tecnologias de produção, cada vez mais a energia elétrica passa a ser vista como um insumo fundamental na maior parte dos processos produtivos rurais.</p> <p>Nos dias atuais, com o avanço da produção leiteira, do aumento dos investimentos em sistemas de armazenagem nas propriedades, da instalação das agroindústrias familiares, do avanço dos sistemas de</p>

irrigação e de tantos outros investimentos na área de produção, a falta de energia como insumo tornou-se um gargalo em muitas atividades.

Assim como a chegada da energia elétrica no meio rural há meio século, representou um grande avanço tecnológico, agora faz-se mister outro salto de qualidade. A instalação de energia de qualidade com capacidade de mover a estrutura produtiva presente na região.

A instalação de vigoroso programa de eletrificação trifásica tem a capacidade de aumentar a capacidade produtiva regional de forma exponencial. Não se pode mais pensar em produzir riquezas apenas com base nas fontes de energia fóssil.

Beneficiários: Estabelecimentos de produção agropecuária.

Resultados pretendidos: Aumento da produção e produtividade em nível de estabelecimento agropecuário. Instalar um maior número de agroindústrias familiares na região. Tornar a agropecuária regional mais competitiva, reduzindo custos de produção.

Alinhamento Estratégico: Investimentos em infraestrutura e logística na região.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Melhoria da estrutura de distribuição de energia no meio rural da região.

Meta: Instalar 4.500 km de redes de energia trifásica na RF7.

Custo: R\$ 157.500.000,00.

Prazo: 60 meses.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Engenheiros e corpo técnico das permissionárias e concessionárias de energia.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Minas e Energia RS, Aneel, bancos públicos, Ministério das Minas e Energia.

Organizações parceiras: Universidade, empresa, ONGs, cooperativas, etc.

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Os recursos oriundos de fontes de financiamento de recursos próprios das cooperativas, BRDE, Badesul e BNDES.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Sim.
Licença Ambiental: Não (será necessário para algumas subestações).
Licitação: Não.
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 175.500.000,00.
Fontes de recursos: Mistério de Minas e Energia, Ministério da Agricultura e outros ministérios afins, Governo do Estado do RS e Permissionárias Distribuidoras de Energia elétrica na região.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: Instalação de redes de energia, subestações e transformadores.
Produto 1: Qualificação das redes de distribuição de energia no meio rural da região e ampliação da abrangências da redes trifásicas.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Elaboração de projetos de Engenharia: 12 meses.
Encaminhamento aos órgãos financiadores: 3 meses.
Construção de redes e subestações: 48 meses.

PROJETO 2

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: PARQUE TECNOLÓGICO DO NOROESTE GAÚCHO E ECOSISTEMA INOVADOR.
Localização: Região Funcional de Planejamento 7 (Coredes Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial).
Valor total estimado do projeto: R\$ 67.650.000,00.
Duração do projeto: 180 meses.
Responsáveis pela execução: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Universidades, Parques Científicos e Tecnológicos, Polos Tecnológicos e Incubadoras Tecnológicas.
Escopo: Incorporar e desenvolver a cultura da inovação e do empreendedorismo regional, constituindo um ecossistema inovador vinculado à maior competitividade das cadeias produtivas do Noroeste gaúcho, incentivando o desenvolvimento e a acumulação de novas competências tecnológicas e o incentivo aos negócios inovadores.
Responsáveis: Corede Celeiro, Corede Fronteira Noroeste, Corede Missões e Corede Noroeste Colonial.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo direcionadas à maior competitividade das cadeias produtivas. • Incentivar um ecossistema inovador com o desenvolvimento tecnológico e a agregação de valor por meio da geração de inovação em produtos e processos. • Difundir a importância da cultura da inovação tecnológica e da pesquisa e desenvolvimento entre as empresas e órgãos governamentais municipais da região. • Ampliar a articulação regional na perspectiva do desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e inovação.

Justificativa:

Desse modo, o desenvolvimento regional deve ser considerado como um elemento estratégico no enfrentamento dos desafios colocados para o Estado do Rio Grande do Sul. A base institucional de que dispomos permite identificar com maior precisão as oportunidades e os potenciais regionais para impulsionar o desenvolvimento do conjunto do Estado, mais especificamente para desenhar e executar políticas de estímulo e fomento específicas, adequadas às peculiaridades de cada uma das regiões. Esse detalhamento favorece ainda a mobilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, aumentando a efetividade de políticas e programas de ação, além de estimular as práticas de transparência dos órgãos públicos e o controle por parte das comunidades e dos cidadãos.

A contextualização da Região Noroeste do Rio Grande do Sul é expressa por meio da configuração territorial da Região Funcional 7 – RF7 – ,que abrange os Coredes Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Celeiro e Missões. Mais adiante a abordagem será mais específica para os três primeiros Coredes citados, por ser a região de atuação preferencial da Fidene/Unijuí.

A Região Funcional 7 reúne os Coredes Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial. Apresenta uma população de 759.591 habitantes, correspondendo a 7% da população gaúcha. Desta, 31% residem na área rural e 69% na área urbana. A Região possui forte tradição na atividade agrícola voltada para a produção de grãos, com destaque para a soja, milho e trigo, e na pecuária, com produção de leite e criação de aves e suínos. As atividades primárias possuem boas possibilidades perante a expansão de novos setores, como o biodiesel e a produção de frutas.

No período 2000-2010, a RF7 apresentou a menor taxa de crescimento demográfico do Estado, de -0,31% ao ano. O Corede Noroeste Colonial foi o único da região a apresentar crescimento positivo, de 0,32% ao ano, enquanto os Coredes Fronteira Noroeste, Celeiro e Missões tiveram taxas de -0,33%, -0,56% e -0,57%. Os municípios com as maiores taxas de crescimento são alguns dos mais importantes da RF7, destacando-se Panambi, com 1,56% ao ano, Redentora (1,46%), Santa Rosa (0,54%), Cerro Largo (0,48%), Ijuí (0,41%) e Horizontina

(0,36%).

O Produto Interno Bruto da RF7 era de R\$ 16,3 bilhões em 2012, correspondendo a 5,9% do estadual. O PIB está bem distribuído entre três Coredes: Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial, com participações em torno de 30%. O Corede Celeiro participa com 15% do total do PIB.

Analisando os valores de produção por município, destacamos os municípios de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e Panambi, que têm peso significativo na composição do PIB da RF7, com Ijuí sendo responsável por 52% do PIB do Corede Noroeste Colonial (Figura 1).

O projeto proposto justifica-se, portanto, pela prioridade, oportunidade e pertinência de fomento da inovação como fonte de desenvolvimento de habilidades empreendedoras. Possibilita avançar na diversificação da economia regional e também trazer possibilidades de geração de emprego e renda, bem como possibilitar o conhecimento de novas tecnologias e troca de experiência. Há a necessidade na região de se difundir entre as empresas e os órgãos governamentais a importância da cultura da inovação tecnológica e da pesquisa, por meio de ações de cooperação e parceria entre o setor empresarial, o setor governamental e as universidades, de modo a superar a situação de baixa cooperação existente entre esses agentes e instituições. Por fim, é fundamental o apoio a pesquisa como propulsora de negócios inovadores.

Beneficiários: população de 759.591 habitantes da Região Funcional 7

Resultados pretendidos:

- Instalação de um Parque Tecnológico Regional voltado às cadeias produtivas, de estrutura disseminada na região, com instalações em cada uma das microrregiões, com gestão compartilhada e em cooperação de Universidades e Instituições de Ensino Superior da região.
- Ampliar a cultura do empreendedorismo e inovação.
- Ampliação dos níveis de inovação tecnológica e competitividade das empresas da região.
- Diversificar a matriz produtiva da região.
- Criar novas empresas, empregos e geração de renda.

Alinhamento Estratégico:

Estratégia Regional da Região Funcional de Planejamento 7:

Estratégia: Qualificação, agregação de valor e maior competitividade das cadeias produtivas, através de investimentos na inovação, empreendedorismo, ciência e tecnologia.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Instituição do Parque Tecnológico do Noroeste Gaúcho com estrutura disseminada na região com criação de um ecossistema inovador.

Meta: Ampliar e consolidar parcerias regionais.

Custo: R\$ 15.000.000,00.

Prazo: 180 meses.

Produto 2: Criação de uma rede integrada de incubadoras tecnológicas e empresariais, integrando as incubadoras já existentes e geridas pelas Universidades e Instituições de Ensino Superior e outras que forem criadas.

Meta: Execução de três projetos de ciência e tecnologia, em cada região, por ano.

Custo: R\$ 1.500.000,00 /anual, totalizando R\$ R\$ 22.500.000,00

Prazo: 180 meses.

Produto 3: Ampliação da estrutura das Incubadoras Tecnológicas e Empresariais existentes na região.

Meta: Criação de uma rede de Distritos Industriais da região, vinculados aos municípios, de forma articulada e integrada com as Incubadoras Tecnológicas e empresariais.

Custo: R\$ 400.000,00/anual, totalizando R\$ 6.000.000,00 .

Prazo: 180 meses.

Produto 4: Programas de qualificação em empreendedorismo, inovação, extensão produtiva, redes de cooperação e novas metodologias para universitários, empresários, lideranças e gestores públicos (intraempreendedores, atores dos conselhos municipais e

instâncias de articulação regionais, gestão pública e empresários).
Meta: Composição e manutenção de uma equipe de extensionistas na região, acompanhados da formação de no mínimo 4 novas redes de micro e pequenas empresas e a realização de no mínimo 10 cursos anuais de curta duração
Custo: R\$ 700.000,00/anual, totalizando R\$ 10.500.000,00.
Prazo: 180 meses.
Produto 5: Equipamentos para execução de pesquisa em ciência e tecnologia nos Parques Tecnológicos regionais.
Meta: Aquisição de equipamentos para pesquisas.
Custo: R\$ 800.000,00/anual, totalizando R\$ 12.000.000,00.
Prazo: 180 meses.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Parques Tecnológicos, Polos Tecnológicos, Incubadoras Tecnológicas, Universidades e Coredes.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Ministério de Ciência e Tecnologia, Polos de Modernização Tecnológica, Finep, CNPq, Fapergs e outros.
Organizações parceiras: Associações Comerciais e Industriais, Universidades, Sebrae, Anprotec e outras.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Órgãos de fomento, governo federal, governo estadual e instituições regionais.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim, no montante de R\$ 1.650.000,00
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Sim.

6 – RECURSOS DO PROJETO															
Valor total estimado do projeto: R\$ 67.650.000,00.															
Fontes de recursos: Orçamento federal e estadual, instituições regionais, recursos próprios.															
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.															
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.															
Investimentos: R\$ 35.000.000,00.															
Despesas Correntes: R\$ 32.650.000,00															
Investimentos e despesas correntes por produto:															
Projeto : R\$ 1.650.000,00															
Produto 1: R\$ 15.000.000,00.															
Produto 2: R\$ 22.500.000,00.															
Produto 3: R\$ 6.000.000,00.															
Produto 4: R\$ 10.500.000,00.															
Produto 5: R\$ 12.000.000,00.															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 3	x		x		x		x		x		x		x		x
Produto 4	x		x		x		x		x		x		x		x
Produto 5	x		x		x		x		x		x		x		x

PROJETO 3

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Curso Técnico em Guia de Turismo – Região Funcional 7.

Localização: Região Funcional 7.

Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00.
Duração do projeto: 24 meses.
Responsável pela execução: Corede Celeiro.
<p>Escopo: Criação de curso Técnico em Guia de Turismo, subsequente de nível médio, que atende tanto às exigências apontadas na LDB (Lei 9.394/96) quanto ao conjunto de leis, decretos, pareceres e referenciais curriculares que normatizam a Educação Profissional no sistema educacional brasileiro, a se desenvolver na Região Funcional 7 com vistas a integrar e potencializar a região, contemplando os Coredes Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial, que apresentam uma população de 759.591 habitantes, correspondendo a 7% da população gaúcha, e, desta, 31% residem na área rural e 69% na área urbana. O curso Técnico em Guia de Turismo deverá ser desenvolvido por uma instituição regional devidamente conveniada a fim de que tenhamos formação de técnicos em nível médio de guia turístico para atuar nas três esferas: municipal, estadual e federal. Dos requisitos de ingresso: poderão ingressar no curso alunos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente, independente de formação específica, com idade mínima de 18 anos.</p> <p>O acesso ao curso Técnico em Guia de Turismo dar-se-á por processo seletivo próprio que deverá ser regulamentado por edital público amplamente divulgado. Conforme determinação legal, estabelecida na LDB, será exigida frequência mínima de 75% do total da carga horária letiva para a aprovação e a organização curricular deverá observar as determinações legais. O projeto do curso propõe a organização das disciplinas em um corpo de conhecimentos básicos, técnicos e práticos, articulados em semestres, devidamente interligados. Os conteúdos de formação geral estão contemplados nos primeiros semestres, bem como o enfoque no turismo regional nas disciplinas profissionalizantes, enquanto nos últimos semestres, são abordados conteúdos relacionados ao turismo nacional e da América do Sul. A aprendizagem de línguas estrangeiras ocorre ao longo dos semestres. O processo de avaliação quando em consonância com a concepção do curso promove a adequação do programa de aprendizagem às aptidões, propiciando o alcance aos objetivos propostos.</p> <p>Ao integralizar a totalidade da carga horária de componentes</p>

curriculares e as atividades práticas obrigatórias (Prática de Guiamento Regional e Nacional e América do Sul) o aluno receberá a certificação de Técnico em Guia de Turismo.

Responsável: Presidente do Corede Celeiro.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Formar Técnicos em Guia de Turismo com domínio teórico-prático, permitindo o desenvolvimento profissional pautado na autonomia, competência e prática ética para atuar em hotéis, empresas de turismo, agências de viagens, operadoras, prefeituras, organismos turísticos públicos e privados, por meio da prestação de serviços autônomos, temporários ou contrato efetivo.

Objetivos específicos:

- ✓ Promover espaço qualificado de construção de conhecimentos, alicerçado nas bases científicas, tecnológicas e humanísticas.
- ✓ Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável do turismo nos eixos econômico, social e ambiental.
- ✓ Orientar, assistir e conduzir pessoas ou grupos durante translados, passeios, visitas, viagens, com ética profissional e respeito ao ambiente, à cultura e à legislação.
- ✓ Apresentar opções de roteiros e itinerários turísticos disponíveis, considerando os interesses e as necessidades do visitante.
- ✓ Informar sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros de interesse do turista.

Justificativa: Com base no diagnóstico realizado, sustentados pelo Perfil – Região Funcional de Planejamento 7 – 2015 (base estratégica do PPA 2016-2019) elaborado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul por meio da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional – Departamento de Planejamento Governamental, o patrimônio histórico-cultural e natural, com destaque para as Missões Jesuíticas, o Parque Estadual do Turvo e o Salto do Yucumã, são atrativos turísticos de grande potencial, mas que, atualmente, ainda registram baixos níveis de frequência de turistas. Nesse sentido, o fortalecimento do turismo na região depende de uma melhor

organização da atividade, com a integração e ampliação dos roteiros, garantindo maior atratividade de turistas e maior tempo de permanência na região. Entendemos, por essas razões, que se justifica o projeto proposto.

Na Região Funcional 7 os estabelecimentos como hotéis, restaurantes, agências de turismo receptivo, agências de viagens e organizadores de eventos são carentes de profissionais qualificados.

O turismo na região tem capacidade de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as. Nesse sentido, este nicho precisa ser desenvolvido juntamente com a capacitação para o setor de eventos e turismo que pode e deve empregar a população local, de forma a evitar a migração de pessoas, especialmente as mais jovens, para outros centros maiores.

O turismo é um setor que está em franca expansão, como podemos acompanhar e vivenciar dia a dia por meio do aumento considerável da atividade em nosso Estado e na nossa Região Funcional 7, no entanto, como em qualquer setor, a procura maior é por profissionais bem qualificados.

A escassez de mão de obra qualificada para o recebimento dos turistas é um dos maiores entraves para o crescimento do turismo na região. Em vista disso, existe a necessidade de criação de um curso, em nível técnico, para a formação de guias de turismo.

O curso oferecido insere-se em uma nova realidade da educação profissional. Propõe uma formação que integra educação e trabalho, rompendo com a lógica que marcou historicamente a educação profissional, em que as pretensões eram simplesmente formar mão de obra para o mercado de trabalho.

O curso visa a oferecer uma formação integral, para além de aspectos técnicos da profissão; deve contemplar uma ampla bagagem cultural, capacidade de lidar com pessoas e administrar situações difíceis. Trata-se de um aprendizado útil tanto no campo profissional como na vida pessoal.

Busca-se por meio do curso técnico profissionalizante atender às expectativas da comunidade regional e, por se tratar de uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, somente

profissionais devidamente habilitados podem exercer a profissão no país.

O panorama socioeconômico da região de abrangência e o seu potencial turístico destacam como promissor o oferecimento do Curso Técnico em Guia de Turismo como contribuição para o desenvolvimento local e regional.

FORÇA – Parcela significativa da população em idade economicamente ativa. Aumentou a expectativa de vida ao nascer no Corede Celeiro. Composição da população com a presença numerosa de habitantes autodeclarados indígenas. Região Funcional 7 inserida na Região de Fronteira com possibilidades de fomentar novos mercados. Existência de Ensino Técnico e Ensino Superior. Potencial turístico e hídrico. Aquífero Guarani. Capacidade de mobilização social. Sistema rodoviário amplo, facilitando interligações. Professores de instituições regionais com alta qualidade técnica. Instituições de ensino que aquecem a economia regional com os cursos voltados para as potencialidades regionais.

FRAQUEZAS – Investimento limitado. Falta de visão regional. Escassez de oportunidades.

OPORTUNIDADES – Opinião pública favorável. Evolução do Mercosul. Promover políticas públicas com o viés coletivo. Estrutura organizacional universitária. Sinergia entre as instituições.

POTENCIALIDADES – População em idade economicamente ativa. Região de Fronteira. Força de Trabalho. Região Produtiva. Unidade de Conservação – Parque Estadual do Turvo. Oferta de cursos de Ensino Superior. Potencial turístico. Reservas indígenas com potencialidade de turismo cultural. Consórcios intermunicipais. Boa quantidade de mídia escrita e falada. Missões jesuíticas. Parque Estadual do Turvo (Unidade de Conservação Parque Estadual do Turvo, onde se encontra a queda d'água conhecida como Salto do Yucumã, maior salto horizontal do planeta).

DESAFIOS – Promover o empreendedorismo. Integração com a cultura indígena. Promover a integração de fronteira. Incentivar a integração da cultura indígena. Ampliar as oportunidades. Romper com o comodismo. Promover investimentos. Integrar os roteiros turísticos.

<p>Ampliar a transparência. Incrementar o diálogo entre público e privado. Formar lideranças. Ampliar a representatividade política e classista.</p> <p>RISCOS – Migração. Descontinuidade dos programas e projetos. Visão míope da problemática.</p> <p>LIMITAÇÕES – Dependência do repasse de FPM – Fundo de Participação dos Municípios. Concentração das atividades econômicas na agricultura e pecuária.</p> <p>A visão individualista sobrepõe-se à coletiva, fazendo com que o planejamento regional venha a fragmentar as ações na região.</p>
<p>Beneficiários: População residente na Regional Funcional 7, formada pelos Coredes: Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial.</p>
<p>Resultados pretendidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Formar guias de turismo para atender à demanda da Região Funcional 7.
<p>Alinhamento Estratégico: alinhamento com as Diretrizes do PEDR: 1, 3, 7,8, 11, 12, 15 e 16.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Técnicos em Guia de Turismo da Regional Funcional 7.</p>
<p>Meta: Formar 200 guias de turismo.</p>
<p>Custo: R\$ 200.000,00.</p>
<p>Prazo: 24 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Técnicos, professores e colaboradores.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministérios, Secretarias Estaduais, prefeituras e Corede Celeiro.</p>
<p>Organizações parceiras: Associações de Municípios.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: União, Estado e municípios.</p>

Elaboração de Projeto Executivo: Não.					
Desapropriação: Não.					
Licença Ambiental: Não.					
Licitação: Sim.					
Outros:					
6 – RECURSOS DO PROJETO					
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00.					
Fontes de recursos: União, Estado e municípios.					
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.					
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.					
Investimentos: R\$ 40.000,00.					
Despesas Correntes: R\$ 160.000,00.					
Investimentos e despesas correntes por produto:					
Produto 1: R\$ 160.000,00.					
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO					
Prazo previsto de 24 meses.					
PRODUTO/ META	CUSTO DA META	ETAPA	CUSTO/E TAPA	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO
1. Curso Técnico em Guia de Turismo – Região Funcional 7	R\$ 200.000,00	1.1 Elaboração do Termo de Referência	R\$ 5.000,00	Mês 1	Mês 4
		1.2 Contratação do Curso	R\$ 195.000,00	Mês 4	Mês 24

10 – REFERÊNCIAS

AGDI/RS. *Plano de implantação de uma nova política industrial desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: AGDI/RS; Governo do Estado do RS, 2013.

BECKER, D.; BANDEIRA, P. *Programa de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião da metade sul*. Santa Maria: Pallotti, 2003.

BÜTTENBENDER, P. L.; VAN DER SAND, A. *Estudo sobre o potencial logístico para exportação de grãos no Noroeste Gaúcho pela hidrovia do Rio Paraná*. Projeto e Relatório de Pesquisa e Estudo. Documento impresso Seleção Banco de Serviços. Santa Rosa/RS, 2016.

BÜTTENBENDER, Pedro L.; SIEDENBERG, Dieter R.; ALLEBRANDT, Sergio L. Coredes: estruturação, articulações intra e inter-regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. In: DALLABRIDA, Valdir R. (Org.). *Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. *Estratégia, inovação e aprendizagem organizacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. O cooperativismo e o desenvolvimento regional: estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento da região da Grande Santa Rosa. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo/RS, Unisinos, n. 36, vol. 29, n. 86, p. 99-142, 1995. (Série Cooperativismo).

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. *Prácticas innovadoras de gestión del desarrollo de región de frontera: el caso de la Región del Noroeste del Estado do Rio Grande do Sul*. 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Misiones, Posadas/MI/Argentina, 2014. Orientador doutor Jorge Oneide Sausen.

CAIXA. Caixa Econômica Federal. *Folha de pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF)*. Disponível em: <www.caixa.gov.br>. Acesso em: 7 abr. 2016.

CARGNIN, Antônio Paulo. *Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais*. Brasília/DF: Ministério da Integração Nacional, 2014.

CDESRS. Diálogo para o desenvolvimento. *Revista de Balanço das atividades realizadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do RS – CDES*. Porto Alegre. 2011.

COMITÊ TURVO. *Plano da bacia hidrográfica dos Rios Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo*. Porto Alegre/RS: Sema-Fepam; Engeplus, 2012.

COREDE. *Plano estratégico de desenvolvimento*. Região Fronteira Noroeste (2010-2030). Corede Fronteira Noroeste. Três de Maio/RS: Gráfica Sul, 2010.

COREDE/FN. *Plano estratégico de desenvolvimento Região Fronteira Noroeste 2010-2030*. Corede – Fronteira Noroeste, Conselho Regional de Desenvolvimento Fronteira Noroeste, 2010.

COREDES-RS. PRÓ-RS IV. *Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)*. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Passo Fundo: Passografic Indústrias Gráficas, 2010.

COREDES-RS. PRÓ-RS IV. *Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)*. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Passo Fundo: Passografic Indústrias Gráficas, 2010.

COREDES-RS. PRÓ-RS V. *Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2018)*. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) – Lajeado/RS: Ed. da Univates, 2014.

COREDES-RS. PRÓ-RS V. *Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2018)*. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Lajeado/RS: Ed. da Univates, 2014.

COREDES-RS. PRÓ-RS I. *Estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul*, 1998.

COREDES-RS. PRÓ-RS I. *Estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul*, 1998.

COREDES-RS. PRÓ-RS II. *Estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul*, 2002.

COREDES-RS. PRÓ-RS II. *Estratégias Regionais Pró-Desenvolvimento do Rio Grande do Sul*, 2002.

COREDES-RS. PRÓ-RS III. *Estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul*, 2006.

COREDES-RS. PRÓ-RS III. *Estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul*, 2006.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. In: *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245, 1º ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24520.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2008.

DALLABRIDA, Valdir R. (Org.). *Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DALLABRIDA, Valdir R.; BÜTTENBENDER, Pedro Luis (Org.). *Planejamento estratégico territorial – a experiência de planejamento do desenvolvimento na região Fronteira Noroeste-RS-Brasil*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

DIAS, Reinaldo. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 41.

DNIT. *Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de um programa de investimentos para otimizar a conexão entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina*. Comissão Binacional Argentina – Brasil para novas pontes sobre o Rio Uruguai. Brasília, DF: COMBI; DNIT, 2016.

DUK, Cynthia. *Educar na diversidade*: material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2005.

ELETROBRAS. *UnE Garabi-Panambi*. Site institucional. Brasil: Disponível em: <<http://www.eletrobras.com/elb/data/Pages/LUMIS39833F64PTBRIE.htm>>. Acesso em: 12 out. 2016.

ELKINGTON, John. *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.

EMBRAPA. *Informativo técnico*. Disponível em: <<http://www.cnpma.embrapa.br/informativo/intermed.php3#127>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

ETZKOWITZ, Henry. *Hélice tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em ação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Série histórica e nova metodologia*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

FEE/RS. *RS em úmeros*. Porto Alegre/RS: SEPLAN/FEE/RS, 2015.

FELIPPI, Ângela C. T.; SILVEIRA, Rogério L. L. da; ALLEBRANDT, Sérgio L. *Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental. Disponível em: <www.fepam.rs.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2016.

FERREIRA, L. da C.; FERREIRA, L. da C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Unicamp, 1995. p. 13-36.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. In: *Ambiente & Sociedade*, ano IV, n. 9, 2º semestre 2001.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Pesquisa revela que dois terços dos brasileiros viram uma mulher ser agredida*. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

JULIEN, Pierre André A. *Empreendedorismo regional e economia do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2010.

MEC. Ministério de Educação e Cultura. Brasil. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2016

MERCADO, Luis Paulo. *Formação continuada de professores e novas tecnologias*. Maceió: Edufal, 1999.

MINAS e ENERGIA. *Pequenas centrais hidroelétricas*. Secretaria de Minas e Energia do RS. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://minasenergia.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17083235-14-sme-pequenas-centrais-hidreletricas.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

MMA. *Caderno da região hidrográfica do Uruguai*. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2006.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MTE. Ministério de Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

NOVA CENDELÁRIA. *Plano estratégico de desenvolvimento municipal de Nova Candelária/RS, 2014-2030*. Prefeitura Municipal de Nova Candelária, 2014.

OCERGS. Organização das cooperativas do Estado do RGS. Disponível em: <www.ocergs.com.br>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ODORICO Konrad et al. *Atlas das biomassas do Rio Grande do Sul para produção de biogás e biometano*. Lajeado: Ed. da Univates, 2016.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PIMENTEL, Fernando Sílvio Cavalcante. *Aprender a aprender que é necessário reaprender todos os dias*. Disponível em: <www.ensino.eb.br/portaledu/conteudo/artigo7780.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2016.

PORTO MAUÁ. *Plano estratégico de desenvolvimento municipal de Porto Mauá/RS, 2013-2030*. Prefeitura Municipal de Porto Mauá, 2014.

PORTO VERA CRUZ. *Plano estratégico de desenvolvimento municipal de Porto Vera Cruz/RS, 2014-2024*. Prefeitura Municipal de Porto Vera Cruz, 2014

PROJETO CNE/UNESCO 914BRZ1136.3. *Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade*. Brasília, 4 jun. 2013.

RAMBO, Anelise G. et al. Dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural: Laços fracos e instituições em experiências da agricultura familiar na Região Sul do Brasil. In: BADALOTTI, R. M.; COMERLATTO, D. *Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional*. Passo Fundo: Ed. IMED, 2016.

RS/RELINTER. *Plano de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul – PDIFF/RS*. Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira. Governo do Estado do RS. Porto Alegre/RS. 2012. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201604/11112501-pdif-rs-versao-final-site-relinter.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

RS/SCP. *Rumos 2015: estudo sobre o desenvolvimento regional e logística no Rio Grande do Sul (Documento Síntese)*. SCP/DEPLAN-DCAPET. Porto Alegre: SCP, 2006.

RS/SEPLAN/DEPLAN. *Governo do RS: regionalização de produtos e metas*. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre/RS: Seplan/RS, 2015.

SANTA ROSA. *Plano estratégico de desenvolvimento municipal de Santa Rosa/Rs – Santa Rosa 100 Anos (2014-2030)*. Santa Rosa: Prefeitura Municipal de Santa Rosa, 2014.

SÃO JOSÉ DO INHACORÁ. *Plano estratégico de desenvolvimento municipal de São José do Inhacorá/RS, 2014-2024*. Prefeitura Municipal de São José do Inhacorá, 2014.

SEKIGUCHI, C.; PIRES, E. L. S. Agenda para uma economia política da sustentabilidade: potencialidades e limites para o seu desenvolvimento no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 195-207.

SEMA. SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE NO RIO GRANDE DO SUL. *As 17 Leis Ambientais*. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/>> Acesso em: 7 ago. 2016.

SENADOR SALGADO FILHO. *Plano estratégico de desenvolvimento municipal de Senador Salgado Filho/RS, 2014-2024*. Prefeitura Municipal de Senador Salgado Filho, 2014.

SEPLAN. *RS 2030: Agenda de desenvolvimento territorial*. Porto Alegre: Seplag, 2014.

SEPLAN/COREDES. *Convênio Seplan 1636 entre o governo do RS/Seplan e o Fórum dos Coredes/RS com o objetivo de atualizar os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional*.

SEPLAN/RS. *Cadernos de regionalização do PPA 2016-2019*. Região Funcional 7. Porto Alegre: Seplan/RS, 2016a.

SEPLAN/RS. *Perfil Socioeconômico do Corede Fronteira Noroeste*. Porto Alegre: Seplan/RS, 2016b.

SES. *Informativo da Secretaria Estadual de Saúde*. 14ª Coordenadoria Regional de Saúde. Santa Rosa/RS. Disponível em: <www.ses.rs.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2016.

SIEDENBERG, Dieter R. (Org.). *Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico local/regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

SIEDENBERG, Dieter R.; BÜTTENBENDER, Pedro L.; ALLEBRANDT, Sergio L. A trajetória do planejamento governamental no Rio Grande do Sul: dos primórdios aos Coredes. In: DALLABRIDA, Valdir R. (Org.). *Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2011.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1957.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

SLEIMAN, Jorge. *A indústria agropecuária na Fronteira Noroeste do RS*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 2014.

TRÊS DE MAIO. *Plano Estratégico de desenvolvimento municipal de Três de Maio/RS, 2014-2030*. Prefeitura Municipal de Três de Maio. 2014.

TUPARENDI. *Plano estratégico de desenvolvimento municipal de Tuparendi/RS, 2014-2020*. Prefeitura Municipal Tuparendi. 2014.

VEIGA, José Eli da. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: PIQUET, R.; OLIVEIRA, E. de. (Org.). *Economia e Território no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ZWICK, R. A. *Aspectos ambientais da produção leiteira em propriedades rurais familiares do Noroeste do Rio Grande do Sul*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Unijuí, Ijuí, 2014.

11. ANEXOS

SEMINÁRIOS MUNICIPAIS DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE 2015–2030

REALIZADOS DE 6/6/2016 ATÉ 17/6/2016







**ASSEMBLEIAS SETORIAIS DO PLANO
ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
FRONTEIRA NOROESTE 2015 – 2030 – COREDE FN.
REALIZADAS NA UNIJUÍ CAMPUS SANTA ROSA DE
ABRIL A DEZEMBRO DE 2016**





Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste

2015-2030

Corede Fronteira Noroeste

**Conselho Regional de Desenvolvimento
Corede Fronteira Noroeste
Conselhos Municipais de Desenvolvimento
Comudes dos Municípios**

Alecrim	Porto Lucena
Alegria	Porto Mauá
Boa Vista Do Buricá	Porto Vera Cruz
Campina Das Missões	Santa Rosa
Cândido Godói	Santo Cristo
Doutor Maurício Cardoso	São José Do Inhacorá
Horizontalina	Senador Salgado Filho
Independência	Três De Maio
Nova Candelária	Tucunduva
Novo Machado	Tuparendi

Corede
Fronteira Noroeste

**Plano Estratégico de Desenvolvimento
da Região Fronteira Noroeste**

**Missão do Corede
Fronteira Noroeste**

Ser espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento.

**Missão do Fórum
dos Coredes do RS**

Ser espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em âmbito regional, por meio da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul.

2015-2030

